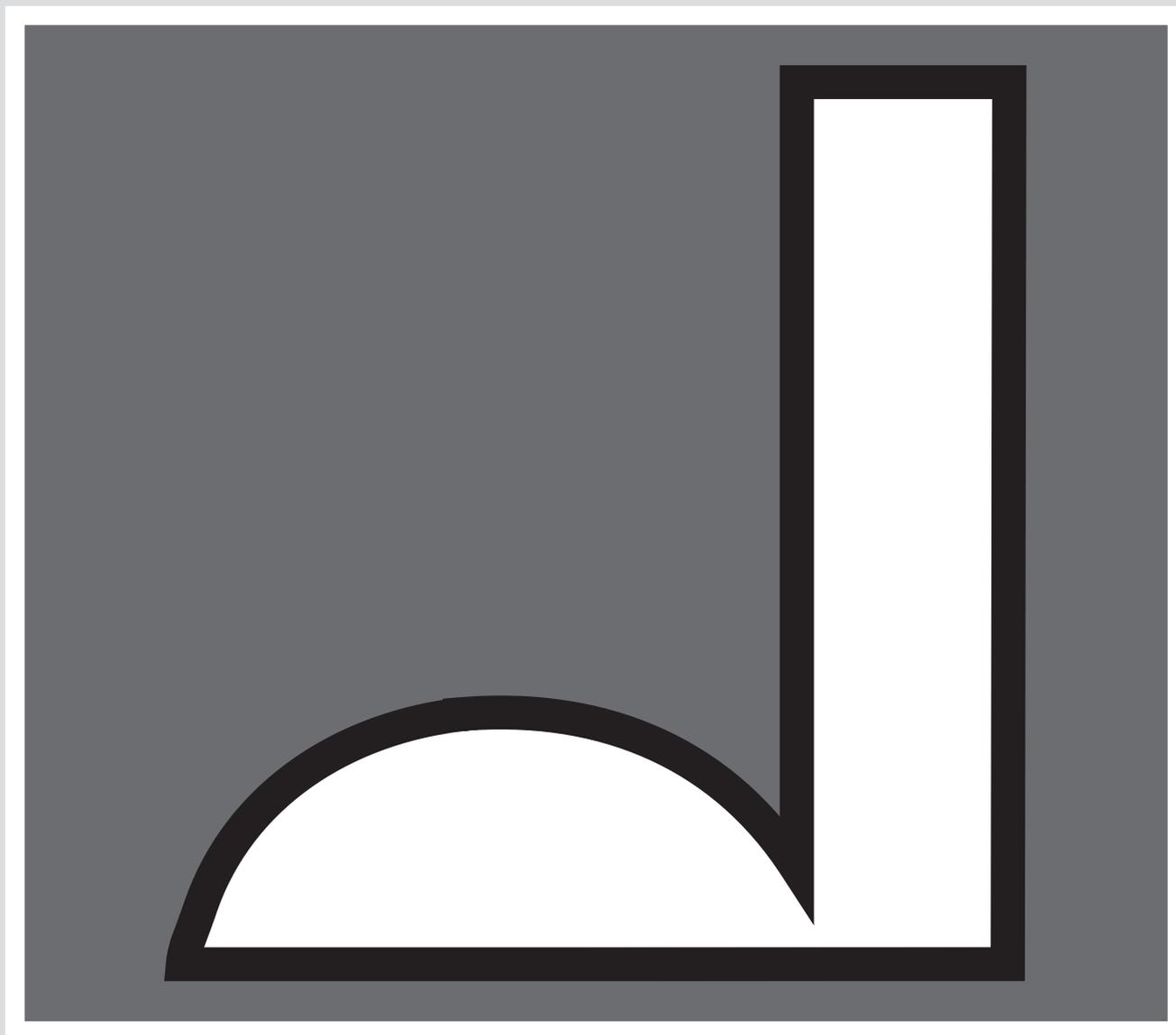




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 121 - TERÇA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 124ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *GILVAM BORGES* – Agradecimentos ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela cooperação da Caesb na reestruturação da Companhia de Águas e Esgotos do Amapá – CAESA. Apelo em favor da transferência de terras pertencentes à União ao Estado do Amapá. Expectativas da visita do Presidente Lula ao Estado do Amapá, em setembro próximo..... 27323

SENADOR *TIÃO VIANA* – Êxito da política de controle sobre o desmatamento e da redução do desmatamento da Amazônia. Lançamento, hoje, pelo Partido dos Trabalhadores, da campanha nacional pela aprovação da Lei Complementar à Emenda 29, o denominado “PAC da Saúde”. 27325

SENADOR *MÃO SANTA* – Protesto contra a prorrogação da CPMF. Apelo no sentido da apreciação do veto do presidente Lula ao aumento dos aposentados, aprovado pelo Congresso. 27327

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Afirmação de que o Brasil precisa de “um susto” para que a classe dirigente passe a tratar com seriedade os problemas que afligem a nação..... 27331

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Anúncio, pelo Governo, da redução do desmatamento no bioma amazônico. Apelo em favor da apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outras providências..... 27337

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Importância da criação das Zonas de Processamento de Exportação para o desenvolvimento regional. Expectativas da edição de uma medida provisória que regulamente a lei que autoriza o funcionamento de 17 ZPEs.... 27346

SENADOR *ALVARO DIAS* – Alerta ao Governo brasileiro diante das dificuldades que advirão da turbulência na economia internacional. Justifica-

ção pela apresentação de requerimento de voto de aplauso ao empresário Assis Gurgacz, pela passagem do oitavo ano de fundação da Faculdade Assis Gurgacz. 27347

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Protesto contra a ausência de solução para a inexistência de transporte escolar no interior do País. A situação precária das estradas vicinais e BRs..... 27349

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Considerações sobre os investimentos das usinas hidrelétricas do rio Madeira, no Estado de Rondônia e comemoração pelo anúncio do leilão de compra de energia elétrica da futura Usina Hidrelétrica de Santo Antônio..... 27354

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Elogios ao trabalho realizado pela Defensoria Pública da União e apelo no sentido de que a mesma tenha garantida sua autonomia orçamentária e financeira. 27356

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Análise da questão relativa à aposentadoria dos trabalhadores rurais, destacando a relevância da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 1.154, de 1995. .. 27365

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 40, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador..... 27368

Recebimento do Ofício nº 142/2007, da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, encaminhando assinaturas em apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003..... 27368

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 369/2007, de 8 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2003 (nº 2.276/2003, naquela Casa), sancionado e transformado na Lei nº 11.506, de 19 de julho de 2007..... 27369

Nº 370/2007, de 8 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2006 (nº 7.410/2006, naquela Casa), sancionado

e transformado na Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007.....	27369	entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do Km 345,4 ao Km 421,3 (TC nº 002.083/2006-1).....	27378
Nº 371/2007, de 8 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de sua prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2006 (nº 7.342/2006, naquela Casa).	27369	Nº 20, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 4, de 2007-CN (nº 89/2007, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 103, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativos ao levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do Km 193,3 ao Km 345,4 (TC nº 002.080/2006-0).	27392
1.2.4 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados		Nº 21, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 17, de 2007-CN (nº 797/2007, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.090, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo ao levantamento de auditoria realizado nas obras de Restauração e Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes – Dnit, mas executadas, por destaque orçamentário dos recursos, por batalhões de engenharia e construção do Exército Brasileiro (TC nº 008.219/2006-9).	27398
Nº 1.391/2007, de 13 do corrente, encaminhado cópia do Ofício nº 66, de 2007, da Deputada Rita Camata, solicitando esclarecimento acerca da redação dada ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.288, de 2007 (Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2007).	27369		
1.2.5 – Comunicação da Presidência			
Determinação de confecção e o envio de novos autógrafos à Câmara dos Deputados, do texto do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2007.....	27369		
1.2.6 – Leitura de projeto			
Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que acrescenta parágrafo único ao art. 1.698, do Código Civil.....	27370		
1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação			
SENADOR ROMERO JUCÁ – Destaque para o papel desempenhado pelos fundos de pensão, destacadamente o da Funcef.	27371		
1.2.8 – Comunicações da Presidência			
Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a comemorar os 180 anos da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, de acordo com o Requerimento nº 503, de 2007, do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores. Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.	27372		
Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de Sessão Deliberativa Ordinária amanhã, dia 7, terça-feira, com Ordem do Dia anteriormente designada.	27372		
1.3 – ENCERRAMENTO			
2 – PARECERES			
Nº 19, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 3, de 2007-CN (nº 56/2007, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 53, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativos ao levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o			

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 124ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Morais, Papaléo Paes e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

A seguir, terá a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Senador Tião Viana, que preside esta sessão, meus Exmºs Colegas que compõem esta augusta Casa, destacando especialmente o Senador Papaléo Paes e o Senador Mão Santa, antes de tomar o meu discurso e proferi-lo, gostaria de fazer um agradecimento de público, Sr. Presidente, ao Governador José Arruda.

Recentemente, participamos, juntamente com técnicos da Companhia de Águas e Esgotos do Amapá (Caesa), de um encontro histórico, importante e decisivo para a saúde da empresa – que hoje se encontra numa situação caótica e difícil – com o Dr. Fernando. Desse encontro, saímos acertados que uma grande equipe da Caesb, uma das companhias mais importantes do País, com reconhecimento internacional pela competência técnica e administrativa e a grande eficiência na distribuição de águas, irá cooperar nesta empreitada de reordenar a nossa Caesa. Tal equipe deverá chegar em Macapá na próxima quinta-feira.

Portanto, quero deixar aqui meus agradecimentos ao Governador Arruda por ter permitido essa cooperação técnica, que nos possibilitará restaurar, reequipar, reordenar a Companhia de Águas e Esgotos do Amapá, algo fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado.

Como o Amapá terá muitos recursos para saneamento, deveremos estar prevenidos e preparados com planejamento de médio e longo prazo, pois o curto prazo já é necessário a partir de hoje, de agora.

Quero também agradecer o empenho decisivo do Presidente José Sarney, que falou, por telefone,

com o Governador Arruda. Enquanto isso, eu estava na Caesb, em companhia dos técnicos e de toda a equipe, fazendo a interação, juntando as pontas para que a operação ocorra com sucesso, o que para nós do Amapá é muito importante.

No entanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há um outro assunto que gostaria de abordar agora em meu pronunciamento que considero da maior importância: a regularização da propriedade das terras, que é a imperiosa necessidade de transferência da titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado do Amapá, sem a qual fica inviável a obtenção de linhas de crédito, financiamento e até mesmo instalações adequadas de unidades governamentais mediante convênio. Essa foi a pauta, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da minha reunião com o Presidente do Incra, Sr. Rolf Hackbart, na sexta-feira, dia 10.

Um Estado, Sr. Presidente, não é apenas um território que serve como base física para as relações entre Governo e sociedade civil ou entre empresas e indivíduos. O Amapá fica no extremo norte. Estamos às margens do Oceano Atlântico, temos o melhor porto da Amazônia Legal, situado em Santana, ou seja, temos toda a estrutura futura para alavancar o desenvolvimento do Estado. Portanto, é de fundamental importância que o Estado tenha o que a Constituição garante: o direito à terra, para que, por meio dela, possamos titularizar e, assim, os pequenos e médios produtores possam ter acesso às linhas de crédito, para aproveitar o subsídio e alavancar um setor importante da economia, que é o da agroindústria.

Sr. Presidente, apresentei um projeto de lei, que já tramita nesta Casa, nesse sentido. Em breve, estaremos aprovando-o e, finalmente, passando as terras da União para o Estado. Um Estado existe geograficamente com terra, água e também com as instituições, as pessoas.

O Amapá ainda não tem o que lhe é de direito. Passamos a ser Estado em 1988, quando todo o acervo de terras deveria ter sido incorporado ao Estado. Lamentavelmente, houve um equívoco muito grande, que travou o desenvolvimento do nosso Estado.

Sr. Presidente, alegre-nos saber que o Presidente Lula esteve, por duas vezes, no Amapá, honrando-nos com sua presença e sua disposição. O Amapá agradece muito a Sua Excelência pela medida provisória que objetiva passar, mediante decreto, as terras da União para o Estado e, assim, implantarmos um grande programa para tornarmos o Amapá um grande celeiro produtivo.

Tivemos alguns contratemplos. Porém, o Presidente Lula foi enfático naquele comício no aeroporto, onde estava toda a sociedade amapaense, todo o povo aguardando por Sua Excelência, numa resposta ao pleito eleitoral, pois todas nossas esperanças foram sufragadas nas urnas, com os votos eletrônicos. O Amapá deu uma pequena – mas para nós grande – colaboração, para que o Presidente Lula pudesse ter a oportunidade de presidir o Brasil, gerenciar os destinos de nossa Pátria, por mais quatro anos.

E tenho convicção absoluta de que, em setembro, o Presidente Lula irá ao Amapá.

Por isso fui ao Presidente do Incra, não uma só vez, mas várias vezes, em audiência, trabalhando pelo pleito; não só uma vez com o Presidente Sarney, que fez a ponte na grande articulação. E espero que, quando o Presidente da República chegar ao Amapá, na primeira quinzena de setembro, Deus lhe dê muita saúde, muita disposição, para que possamos fazer uma grande festa, uma grande recepção em sua homenagem. E aí, com aquele decreto, terá a oportunidade de fazer história, repassando ao Amapá as terras da União – e isso está garantido na Constituição –, antes até que o nosso projeto de lei seja aprovado, o que levará um ano.

Então, Sr. Presidente, venho aqui para dizer ao Amapá e ao Brasil que, no extremo norte, estamos lutando muito para garantir um Estado pujante, uma vez que já é extremamente preservado e sua infra-estrutura vem se desenvolvendo. Grandes obras estamos tocando, e o Presidente irá lá ver *in loco* a BR-156, um grande projeto incorporado no Plano de Desenvolvimento de Obras Estratégicas.

O PAC, portanto, terá uma resposta positiva quando o Presidente Lula, brevemente, pousar no aeroporto de Oiapoque. Lá estaremos para receber essa grande notícia, além de comemorarmos o início da construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

Sr. Presidente, sabe o que significa isso? A Europa chegará ao Brasil pela Amazônia, pelo grande portal Oiapoque, porque a Guiana Francesa está lá, e o europeu que vem de Paris para Caiena tem o custo da passagem de vôo doméstico reduzida a 50%. Estamos prestes a ter o início da construção dessa ponte.

Espero que o Presidente Lula, com sua sensibilidade social e seu compromisso político, possa brindar o Amapá, porque estamos trabalhando, criando, construindo grandes frentes para que possamos fazer do Amapá um grande Estado. Acreditamos nisso, acreditamos que, brevemente, o Amapá será um dos Estados mais ricos da Amazônia, incorporando-se aos seus co-irmãos, porque de lá tanto iremos receber como mandar, ou seja, importar e exportar, além de produzir.

Não queremos somente ser esse elo exportador e importador pela nossa posição geoestratégica. O grande rio Amazonas banha nossa bela cidade de Macapá – bela por sua gente; embora estejam um pouco deterioradas as ruas, vamos trabalhar bastante para recuperarmos nossa tão amada e querida cidade e nossos Municípios. A disposição do Governador Waldez Góes, neste verão, é a de abrir grandes frentes de trabalho para fazermos uma maquiagem, colocarmos um batom, mas um batom de qualidade. Vamos arrumar e preparar nossa bela cidade, porque é a terra que amamos, pela qual temos compromisso e responsabilidade de lutar diuturnamente.

Presidente Lula, Vossa Excelência dispõe sempre do nosso voto, como integrante da Base aliada. Acreditamos que Vossa Excelência irá concretizar o sonho de cortar as amarras que travam, obstruem, cerceiam, estacam o desenvolvimento do nosso Estado. Se tivermos nossa própria terra, estaremos titulando-a, fazendo com que os pequenos e médios produtores possam ter acesso a essa via de crédito.

O Presidente do Incra foi muito sensível e está consciente de que não é somente este Projeto de Lei nº 1.638, de 2007 – que apresentei a esta Casa –, mas é a outra frente da medida provisória, do decreto. O Presidente tem essa prerrogativa. As terras que compõem o Estado do Amapá pertencem ao Estado e isso já deveria ter sido e está a partir da nossa criação, da nossa transformação de Território para Estado.

Agradeço a gentileza de todos e quero dizer ao meu querido povo do Estado do Amapá e do Brasil que lá no extremo norte temos gente valente, gente disposta, gente que ama, gente que luta, gente que contribui, gente que acredita no futuro daquelas terras abençoadas. Ali estaremos sempre como sentinelas avançadas, sempre levantando a voz, sempre legislando em defesa dos interesses da Amazônia e do Brasil, firmes.

Faremos uma das maiores festas, no Oiapoque, para o Presidente Lula, uma festa a que Vossa Excelência tem direito. Estaremos lá todos, mobilizados,

para aguardar Vossa Excelência com essa medida provisória, com esse decreto, que é sua prerrogativa. Entretanto, se assim não o fizer, resta-nos o projeto de lei em tramitação que deverá levar um ano para ser apreciado. Mas o nosso Presidente será recebido com alegria e esperamos que, com o poder e as atribuições constitucionais que tem, possa fazer esse gesto, lá no extremo norte, no Oiapoque, para inaugurar a BR-156, sinalizar o empenho e a licitação da tão esperada ponte sobre o rio Oiapoque e anunciar as obras de saneamento em infra-estrutura do PAC.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Gilvam, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Senador Papaléo Paes, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Gilvam, neste aparte, quero reconhecer seu trabalho como Parlamentar nesta Casa, junto às instituições que representam o Executivo, e comentar sobre a necessidade de termos um sistema de saneamento básico em nosso Estado à altura da saúde pública. V. Ex^a já deu uma boa notícia. Aguardaremos ansiosos a presença do Presidente Lula, porque essas ações têm de partir do Executivo. Sabemos do empenho de todos os Parlamentares que passaram por aqui e que se envolveram diretamente com a necessidade que tem o Estado do Amapá de ser dono das suas terras, justamente para gerar as conseqüências que V. Ex^a citou há pouco. Podemos representar esse trabalho na figura do Presidente Sarney, que vem se empenhando há muitos anos. Mas o povo tem de entender que os Poderes têm ações diferentes. O Poder Legislativo cuida da elaboração e das discussões das leis e o Executivo concretiza e executa o que deve ser feito. É exatamente isso o que aguardamos. Agradeço seu empenho e o de toda a Bancada. Em nome do Presidente Sarney, faço referência a toda a Bancada. Aguardaremos, sim, com muita alegria, o Presidente Lula no Amapá, para Sua Excelência concretizar nossa ansiedade de 19 anos. Realmente, atrasa-nos muito a falta da propriedade das terras do Amapá pelo próprio Estado. Parabenizo V. Ex^a. Em nome do Presidente Sarney, o Estado do Amapá agradece ao Presidente da República. Obrigada.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade também para agradecer a forma carinhosa com que fomos recebidos nos Municípios de Tartarugalzinho, Calçoene, Oiapoque, Vitória do Jari, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amaparí, no Município de Serra do Navio. Fizemos essa grande caminhada

e fomos muito bem recebidos. Já estamos trabalhando no planejamento de recursos federais para o ano de 2008. Agradeço a todo o povo do Estado do Amapá.

Estamos atentos e com a disposição e a coragem renovadas. A disposição está comprometida com a defesa dos interesses coletivos do nosso Estado e do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Meu muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana, para uma comunicação inadiável. Em seguida, o orador inscrito é o Senador Mão Santa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao plenário do Senado Federal um comunicado que entendo ser importante e que traz um reconhecimento ao trabalho que desenvolve a Ministra de Estado do Meio Ambiente, nossa Senadora Marina Silva. Notícias veiculadas na grande imprensa dão conta do êxito da política de controle sobre o desmatamento e da redução do desmatamento na nossa Amazônia.

Lamentavelmente, o Estado do Pará apresenta ainda índices preocupantes, com uma queda mais reduzida do que em outros Estados; também o Estado de Mato Grosso, quando falamos em Amazônia Legal.

A notícia impõe um dado da maior relevância. E, tendo em vista que este País vive muitas vezes de notícias ruins, temos o dever de veicular, da melhor forma possível, um trabalho sério, sustentado, que tem sempre o objetivo claro de alcançar uma conquista para a sociedade brasileira por meio da luta pelo meio ambiente. A luta da Ministra Marina Silva é mais do que uma luta de um servidor público, de um servidor do Estado brasileiro, é a causa de vida de S. Ex^a e de uma geração de ambientalistas que procuram construir um País com responsabilidade socioambiental. Creio que esses dados apontam muito bem o que está acontecendo hoje na Amazônia, uma situação capaz de gerar uma recuperação da credibilidade do Brasil no cenário internacional no que diz respeito à política de meio ambiente.

Vejam agora que a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; o Ministro da Agricultura, Reinhold

Stephanes; e a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciaram, na última sexta-feira, uma redução da taxa de desmatamento na Amazônia Legal da ordem de 25%, entre agosto de 2005 e julho de 2006, conforme apontam os dados do projeto de monitoramento do desflorestamento na Amazônia (Prodes). Essa já é a segunda queda observada no índice desde março de 2004, época em que o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDA), coordenado competentemente pela Ministra Marina Silva, foi lançado pelo Presidente Lula.

De acordo com estimativa do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, o chamado Deter, essa queda poderá ser ainda maior neste ano, em torno de 10%. A se confirmarem os dados do Inpe, poderemos fechar o ano com uma taxa de 9.600 km², a menor taxa desde 1988, quando foi instituído o sistema de monitoramento do desmatamento na Amazônia via satélite.

De fato, os dados demonstram claramente o êxito das ações governamentais. Vejam os números:

- Em 2004, a área desmatada foi de 27 mil km²;
- Em 2006, esse número caiu para 18 mil km²;
- Em 2006, caiu para 14 mil km².

Então, houve uma redução extraordinária, se verificarmos o que era dificuldade histórica do controle e redução do desmatamento na Amazônia.

A redução do desmatamento verificada nos últimos três anos traz com ela benefícios socioambientais inestimáveis: evitou a emissão de 410 milhões de toneladas de CO₂; a destruição de 600 milhões de acres; e o desaparecimento de 20 mil aves e de mais de 750 primatas, entre outros.

O Pará foi o Estado que teve maior área desmatada no período. Mesmo assim, o território paraense registrou uma queda de 4,48% em relação a 2005. Em 2006, a área total desmatada no Pará foi de 5.005 km². O segundo mais desmatado Estado foi Mato Grosso, ainda que a taxa de desmatamento no Estado tenha apresentado queda de 39,36%, dos 7.145 km² registrados em 2005 aos 4.333 km² de 2006.

O Município que registrou o maior crescimento nos índices de desmatamento foi Novo Repartimento, no Pará: a área total desmatada cresceu de 214 km², em 2005, para 446 km², em 2006. Em contrapartida, o Município de São Félix do Xingu, também no Pará, que havia apresentado a maior área desmatada em 2005, com 1.406 km², e foi objeto de intensa fiscalização por parte do Ibama e da Polícia Federal, registrou a maior queda em 2006, com 764 km² desmatados.

Nas Unidades de Conservação Federais (UCS), a variação na queda de desmatamento foi de 56%. Em 2005, o total de área desmatada ficou em 689 km². Em 2006, o total desmatado em Unidades de Conservação Federais foi de 306 km². Esses dados mostram que a criação das UCS, uma das principais políticas do Ministério do Meio Ambiente, tem sido fundamental para o combate ao desmatamento.

Da mesma forma, a evolução do desmatamento em terras indígenas também diminuiu, passando de 441 km², em 2005, para 190 km², em 2006. Nos assentamentos, também houve queda na área desmatada, de 4.406 km² para 2.054 km².

“Retrocedemos ao cenário da década de 70”, disse a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, referindo-se a um período em que a floresta sofria menos pressão.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Gilberto Câmara, apresentou os dois sistemas atualmente implementados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: “O Prodes calcula a taxa anual consolidada de desmatamento da Amazônia; o Deter dá estimativas sobre as grandes áreas desmatadas da Amazônia com a maior rapidez possível”.

“Três eixos temáticos têm sido essenciais nesse processo: o ordenamento fundiário territorial, o monitoramento e controle ambiental, e o fomento a atividades produtivas sustentáveis”, reiterou a Ministra Dilma Rousseff. “O Brasil talvez seja um dos poucos países do mundo a ter a oportunidade de implementar um plano consistente que, ao mesmo tempo em que protege e preserva a rica biodiversidade da Amazônia, reduz de forma expressiva e rápida sua contribuição ao processo de aquecimento global”, completou.

A maior presença do Estado brasileiro na Amazônia se deu por meio de ações de comando e controle, como a fiscalização e o combate ao comércio ilegal de madeira. A Polícia Federal comandou 20 grandes operações, entre as quais ao menos 14 na Região Amazônica; o Ibama realizou 446 operações de fiscalização integrada, fora as operações de rotina realizadas pelas superintendências. Foram presas cerca de 600 pessoas, 115 delas servidores do próprio Ibama. Ao todo, foi apreendido cerca de um milhão de metros cúbicos de madeira, transportada em 40 mil caminhões, que ocupariam a extensão entre o Rio de Janeiro e São Paulo, ou 480 quilômetros. Além disso, foram expedidos R\$ 3,3 bilhões em multas.

O ordenamento territorial fundiário permitiu a criação de aproximadamente 20 milhões de hectares de áreas protegidas – o que corresponde a quatro vezes o território do Estado do Rio de Janeiro – e a homologação de cerca de 10 milhões de hectares de terras indígenas.

O plano continua em implementação e há uma grande expectativa em torno da segunda fase, que são justamente as políticas estruturantes. O Ministério do Meio Ambiente realiza atualmente, juntamente com a Casa Civil, a revisão do plano, com o objetivo de torná-lo ainda mais eficaz para fazer face aos novos desafios, ao passo que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento está elaborando programa de desenvolvimento sustentável da agricultura para a Amazônia.

A intenção do Governo é garantir o desenvolvimento da agricultura e dos diversos setores produtivos do País, sem que, para isso, seja necessário invadir e degradar a Amazônia e as áreas de preservação ambiental.

Esses dados confirmam a responsabilidade socioambiental da nossa Ministra de Estado de Meio Ambiente e mostram um Brasil que segue um curso de responsabilidade vinculada às diretrizes internacionais de conservação e de preservação ambiental, com um olhar distinto para a região amazônica.

Assim, todos esses assuntos nos trazem a maior alegria.

Encerro, lembrando, Sr. Presidente, que, hoje, o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, estará lançando a campanha nacional pela aprovação da Lei Complementar à Emenda nº 29, uma matéria da maior relevância e que se pode chamar de PAC da Saúde, pois pode conquistar pelo menos mais R\$ 10 bilhões para que o Sistema Único de Saúde aplique suas diretrizes e responsabilidades, alcançando novos indicadores de saúde no Brasil.

Tenho a honra de ter sido o primeiro Parlamentar a apresentar esse projeto de lei complementar no Senado, em 2002; depois de um ano e pouco, houve a apresentação por um Deputado do meu Partido, também na Câmara; e, hoje, o PT se reúne para iniciar um movimento nacional, com inúmeras entidades, envolvendo os Municípios, os Estados, a União e o terceiro setor da sociedade.

Espero que a consequência disso seja a aprovação da Emenda Constitucional nº 29 e o reconhecimento, pelo País, de que não podemos abrir mão de responsabilizar, de maneira definitiva, os Estados, os Municípios e a própria União, de uma forma sustentada, para que não ocorram os imprevistos da crise de financiamento para o setor.

O Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, homenageará esse encontro, do qual participarão também as lideranças maiores do PT. Espero que o Partido reflita de maneira mais apurada sobre os dois projetos e veja as consequências favoráveis ao Brasil.

O PAC da Saúde, nesse debate sobre a infra-estrutura, depende da aprovação da lei complementar à Emenda nº 29, e tive a honra de ser o primeiro autor dessa matéria no Congresso.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Exª dispõe de 15 minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside a reunião desta segunda-feira, 13 de agosto de 2007; Srªs e Srs. Senadores presentes na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, o Senador Sibá manifestou o desejo de conhecer Carlos Lacerda, e eu lhe disse que conheci o Governo de Carlos Lacerda e que o que mais me impressionava, Professor Cristovam Buarque, era que, na época, em todas as escolas, estava escrito: “Há vaga”. Esta, sem dúvida alguma, foi sua grande obra: educação.

Ele dizia, ô Sibá, que governar é fácil. Lacerda também dizia, ô Papaléo Paes, que ele, quando Governador, não procurava ladrão, porque, se o fizesse, não teria tempo para governar. No entanto, quando via um, Cristovam, ele o punia e o colocava na cadeia. Está na hora, Sibá, de V. Exª levar esses conceitos para o Governo de Luiz Inácio, bem como o preceito de que “há vaga” em todas as escolas. Cristovam, acrescente isto nos programas de seu próximo Governo: “Há vaga”.

Naquele tempo, Papaléo, a gente estudava, e, em toda casa, havia um livro que, no Piauí, era chamado de “o pai dos burros”: o dicionário. Como Luiz Inácio é do Nordeste, é lícito eu dizer: Luiz Inácio, abra “o pai dos burros” e procure a palavra “provisório”. Ô Cristovam, é a palavra “provisório”. Senador Eurípedes, Senador Mário Couto, o que é provisório é o que não é permanente, é o que não é para ficar. É provisório.

Neste País, há um homem muito probo, muito descente, um idealista. Ô Tião, a maior figura viva do Acre não é ainda V. Exª, mas é Jatene, que, acreditado, viu que a saúde, há 11 anos, Mário Couto, estava cheia de mazelas, estava numa situação difícil. Muito acreditado e idealista, ele convenceu este Congresso a

criar o imposto. Mas o imposto, Senador Mário Couto, foi aquele previsto na Constituinte, que os legisladores sábios aplicaram, para que Luiz Inácio ficasse com 52%; os governadores, com 22,5%; os prefeitos, com 21,5%; e os fundos constitucionais, com 2%. Estaria aí dividido, de acordo com a Constituição, o dinheiro que o povo pagava.

Ô Mário Couto, ô Cristovam, temos de acabar com essa vaidade de poder! Somos instrumento da democracia. Há o instrumento Executivo, o instrumento Legislativo e o instrumento Judiciário. E o povo é o que paga a conta. Deus mandou as leis Dele, como a “de não roubar”.

Então, passou-se a chamar o imposto de CPMF, que é uma contribuição. O “P” é de pátria, é de Piauí, é de Parnaíba, é de provisório. Ô Luiz Inácio, pegue o dicionário!

No tempo de Fernando Henrique, fui lá resolver problemas do Piauí. Que bela biblioteca! Ô Cristovam Buarque, há uma no quarto. A da residência presidencial, a oficial, é enorme. Que bela! Vi Fernando Henrique buscando os livros. Luiz Inácio, V. Ex^a pode nunca ter entrado na biblioteca do Palácio da Alvorada. Que beleza de biblioteca, Alvaro Dias! Mas, hoje, veja se entra na biblioteca, pegue “o pai dos burros” e veja o que significa “provisório”!

Então, está aí: CPMF significa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Enfim, é um imposto ligado aos cheques. E cheques estão circulando por aí de todo jeito; há cheque de todo jeito. Existem apelidos para cheques, mas ninguém escapa da CPMF. Papaléo, pode ser cheque-boi, cheque-voador, não sei o quê, mas sobre tudo incide a CPMF, inclusive sobre seu salário, quando V. Ex^a o recebe. E foi aumentando, aumentando...

Professor Cristovam Buarque, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) fez um estudo muito bonito. Ô Senador Cristovam, ô Senador Alvaro Dias, sabem quanto aquele que ganha R\$1 mil por mês paga de CPMF? Paga mais ou menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB). São 13 meses, porque há o 13º salário, e, assim, 2% vezes 13 equivale a 26%. Então, sabem quanto ele paga? Ele paga 2% ao mês do PIB. Então, se ele ganha R\$1 mil por mês, ele paga, no ano, praticamente R\$300,00, Papaléo. Faça o cálculo!

E estou citando aquele que ganha pouco, que ganha R\$1 mil por mês. Isso é matemática. É muito pouco para esse pessoal que tem mensalão, para esse pessoal que pegou 24 mil DASs, para os aloprados do PT que estão na força pública, mas, para o homem e a mulher que trabalham e que têm vergonha, ô Alva-

ro Dias, significa muito R\$300,00, no fim do ano. Luiz Inácio, isso dá para aquela cervejinha que Vossa Excelência falava que o trabalhador tinha de tomar no fim de semana; dá para pagar o remédio, que ele não tem, pois foi fechada a Ceme; dá para pagar um médico, numa dificuldade. Os médicos não estão atendendo pelo SUS, onde é R\$2,50 a consulta. Não há médico atendendo. A anestesia custa R\$9,00. Então, no desespero da doença, aquele dinheirinho dá para pagar a consulta de um médico de um serviço popular. A saúde, Papaléo, está muito, muito, muito pior do que quando Jatene imaginou que estava péssima e criou a CPMF. Digo isso, porque está aqui.

Sibá, sei que V. Ex^a agora está lendo os filósofos. Alvaro Dias, S. Ex^a estava lendo Descartes, que disse: “Penso, logo existo”. Então vamos pensar aqui, Sibá.

Está aqui a revista *Época*: “Fala, Brasil”. Há os temas que dominam as discussões pelo País: são um, dois, três, quatro os temas mais badalados. Quanto ao quarto, isso é uma vergonha. Tiraram o Boris Casoy, que dizia isso, da Bandeirantes ou da Record – até já me esqueci. Tiraram-no dali, mas não me vão tirar daqui. Não podem fazer isso! O Luiz Inácio não tem o poder do Chávez, de fechar o Senado. Este é o Brasil. Então, isso é uma vergonha.

Está aqui na *Época*. Sibá, deixe Descarte e os filósofos e veja esta revista nacional: “Sem aumento, sem médicos”. Olhe a desgraça! Ô Mário Couto, ô Papaléo, ô Tião, está muito pior do quando Adib Jatene criou a CPMF:

Sem aumento e sem médicos.

A exemplo do que ocorreu em Pernambuco, cerca de 160 médicos da rede estadual de Alagoas pediram demissão coletiva. Segundo o Sindicato do setor, eles cumprem aviso prévio até o dia 20. Os grevistas estão percorrendo os hospitais na tentativa de engrossar o movimento. Eles estimam que, até o fim de agosto, 2.000 médicos do Estado deverão pedir demissão. Os médicos querem 50% de aumento, e o Governo oferece 5%.

Então, olhe aí, Papaléo! Sou médico e não desisto nunca. É o ideal. Mas essa é a classe. Vão dar 5% de aumento para os médicos. Papaléo, desgraça maior se dá com nossos velhos aposentados. Ô Cristovam, V. Ex^a, que foi da intimidade do Luiz Inácio, sabe se ele é temente a Deus? Ele teme a Deus? Não convivi com ele. Votei nele em 1994, mas não sei se o é, pois os aposentados tiveram um aumento de 3,4%; e os aloprados, um aumento de 140%. Os aloprados são aqueles que foram nomeados, sem

concurso, pela “porta larga”, que está na *Bíblia*. O livro de Deus diz que há a porta estreita, a da vergonha, a da dureza, a do trabalho, e que há a larga, a escancarada, a dos traquinas, a dos aloprados, a dos mensaleiros, a dos depravados! Ele deu 140% de aumento para estes!

“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça!”. Isso não é justiça! E esta Casa? É bom que esta Casa tome vergonha! Graças a Deus, chegou o Alvaro Dias. Venha cá, Alvaro Dias, desligue esse troço e olhe para cá! Todo o mundo o estava aguardando! V. Ex^a não é Vice-Presidente deste negócio?

A vergonha não é o caso de Renan, não! Vergonha, ó Sibá, é quando este Congresso, de Chinaglia e de Renan... Renan, mostre sua firmeza aqui! É aqui que quero sua firmeza. O Chinaglia é lá do outro lado, do time de lá.

E o veto? Alvaro Dias, ainda são as lições do curso que V. Ex^a fez nos Estados Unidos. V. Ex^a foi Governador. E foi Prefeito também? Pois eu fui! Ó Cristovam, V. Ex^a está ligado com o mundo. E o veto? É uma lei bem-feita! Aqui, entra-se pela calada da madrugada, e faz-se a lei; aí o Presidente da República tem o direito de sancionar ou de vetar. Luiz Inácio disse que este Congresso era de 300 picaretas, no passado – parece que o número aumentou. Por quê? Ó Renan, mostre firmeza! Quero ver se V. Ex^a é macho do Nordeste!

É agora. Veto. Ó, Renanzinho, fui Prefeito. Os Vereadores faziam leis que eu vetava. Eles têm o direito de fazer voltar, de assumir e fazer sancionar. Fui Governador de Estado, Cristovam; não sei com V. Ex^a, mas derrubaram os meus vetos. Ó Cristovam, os Deputados da Câmara Distrital já derrubaram algum veto seu? Os meus derrubaram.

Estou exaltado. Ó, Luiz Inácio, isso faz parte do jogo democrático. Ó Renan, dê uma prova de que és firme, de que és macho. Busque amanhã, e vamos derrubar, depois de analisar e discutir o veto que Sua Excelência deu para o aumento que demos ao aposentado. Foi pouco. Ele deu para os aloprados 140%, e nós demos 16,7%. Aí os técnicos acharam que os velhinhos estão bem, porque têm remédio e esse empréstimo bancário, que foi a maior imoralidade. Há velhinhos suicidando-se, porque agora está vindo a cobrança, e eles têm os compromissos – ajudam os netos, a família, precisam de medicamentos, e o dinheiro não dá mais. E os bancos, que expõem seus ganhos, estão pagos.

Cristovam Buarque, Abraham Lincoln deixou escrito: não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado. Foi tanta propaganda, que os meus

velhinhos aposentados... E agora está vindo a cobrança. O dinheiro é pouco, não aumentou, não está dando.

Um homem tão bom, tão importante no Piauí, que foi meu padrinho de Rotary, suicidou-se. Se alguém está no céu, é ele. Homem importante, meu padrinho de Rotary. Papaléo, V. Ex^a sabe por quê? Porque esses velhos têm vergonha, dignidade.

Naquele tempo, os políticos irradiavam vergonha e dignidade. Político era Rui Barbosa, Joaquim Nabuco.

Então, a mulher dele, amada, com 60 anos de casamento, Papaléo, foi internar-se no hospital, e ele não tinha o dinheiro para pagar.

A saúde está boa? Para mim, que sou doutor, médico, e estou no Senado, sim.. Estamos bem, e vem um cidadão “encher o saco” – agora deixou de encher -, perguntando: “O senhor não quer ir a São Paulo, para fazer exame?”

A saúde está boa para quem tem plano de saúde, para quem tem dinheiro! Mas desafio a brasileira ou o brasileiro, para que se operem, pelo SUS, de tireóide, de duodenopancreatectomia, de mastectomia. Só se tiverem um amigo médico que faça caridade. Está R\$2,50 a consulta, e R\$ 9,00, a anestesia.

Agora, vamos buscar o veto, que faz parte do jogo democrático. Devemos discutir o veto de Luiz Inácio ao aumento que demos, responsavelmente, para os velhinhos, os 16,4%. Irresponsabilidade foi dar para os aloprados os 140%.

Ó, Alvaro Dias, V. Ex^a veio dos Estados Unidos e não está mais aquele combativo líder nosso. V. Ex^a é uma esperança neste País, não somente no Paraná.

A Sudene! Ó Cristovam Buarque, lembro-me de que, quando era Deputado Estadual, um que foi Senador, em 1980, fez um discurso, afirmando que há dois Brasis, o do sul e o do norte e nordeste; e que há dois Nordeste, o rico e o pobre – o rico era a Bahia e Pernambuco, e o pobre, Piauí, Maranhão e Paraíba. No sul, ganha-se duas vezes o que se ganha no nordeste, e, no nordeste rico, ganha-se duas vezes o que se ganha no pobre. Quatro vezes é a diferença do maior para o menor.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a sabe quanto é hoje a diferença salarial? Ó, Luiz Inácio! Não diz, ele só tem puxa-saco. É gente boa, votei nele em 1994, mas não diz: fica rodeado de aloprados, de puxa-sacos e foge da verdade. A verdade está aqui.

O IBGE, que é do Governo, diz que o maior salário, a maior renda *per capita* é a de Brasília hoje; a menor, a das cidades do Maranhão – 8,7! Papaléo, 8,6! Aumentou, por quê? Porque Juscelino criou Bra-

sília, colocou a indústria do carro no sul e a Sudene e a Sudam no Nordeste. Fecharam. Nós colocamos um dinheirinho para ela, mas Luiz Inácio a criou no papel e vetou-lhe o oxigênio.

Ó, Renan! Seja firme, Renan. Traga esse veto para nós discutirmos.

Por que o Presidente vetou? V. Ex^a é pernambucano, Cristovam Buarque. Cadê o Marco Maciel? Antonio Carlos Magalhães foi um dos realizadores da nova ordem da Sudene e da Sudam.

É isto que achamos que o Congresso tem de fazer: discutir os vetos das leis que fizemos. Fizemos a lei dos aposentados. Aliás, temos de dobrar o aumento, porque não haviam saído os 140% para os alopados.

Cristovam, fui deixar uma filha no Rio, para fazer um estágio em Dermatologia. No aeroporto, encontrei um contra-almirante, que ouviu aquele discurso em que eu disse que só aprovava a criação do Instituto Chico Mendes, porque há funcionários novos que vão entrar sem concurso, ganhando R\$10.448,00.

Se o Mercadante me trouxesse o contracheque do pai dele, ilustre General desta Pátria...

Mas encontrei um almirante. Aliás, ele é aposentado. Aqui há o nome de dois. Encontrei-me ou com Gabriel Monteiro ou com João Cabeleira. Ele está exercendo a advocacia, porque não dá. O almirante disse-me que, como valor líquido, recebe pouco mais de R\$3 mil – por isso tem de exercer a advocacia. E entra gente aqui sem concurso, pela porta larga, ganhando R\$10.444,00.

Esta CPMF aumenta a carga tributária e se torna perversa. Nós só vamos votá-la se ela for para a saúde, para socorrer os que estão mendigando uma consulta, os doentes da hemodiálise.

O Papaléo, com muita sensibilidade, preside a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e constatou que muitos não conseguem fazer o transplante renal, porque o SUS não está viabilizando as cirurgias, e ficam fazendo hemodiálise. São quatro dias, quatro horas.

O valor do material, dos medicamentos, da tecnologia e da aparelhagem usados subiu e é em dólar. Então, há o jeitinho brasileiro. Diminuíram o tempo, os funcionários e a segurança do Siad. É um apagão muito maior que o aéreo. É o apagão de vida dos insuficientes renais. Sabemos disso. Com muita sensibilidade e responsabilidade, V. Ex^a realizou uma audiência pública sobre os doentes renais.

Cristovam, eu, do Piauí, sei que este Governo é danado. Ele sai comprando todo mundo aí. Mas esta Casa está em jogo. Não é mais só o Renan trazer para cá a análise dos vetos. Esta Casa está em jogo. Se

não condicionássemos, esta CPMF só teria uma razão e um compromisso. Eu não sei como firmaríamos e quem avalizaria isso.

Teríamos que chamar o Papa, a igreja, porque na palavra dessa gente ninguém crê. Esse dinheiro não foi para a saúde nunca! Estão aí as Santas Casas do Brasil; a minha, da minha Parnaíba, onde trabalhei. Que dificuldade!

Este Governo é incapaz de fazer funcionar o Hospital Universitário do Piauí. O Hospital Universitário foi iniciado quando José Sarney era Presidente. Luiz Inácio foi até lá há cinco anos e disse que colocaria para funcionar o Pronto-Socorro do Hospital. Foi uma obra começada por Heráclito, quando prefeito, e terminada pelo extraordinário Prefeito de Teresina, Firmino Filho. Disseram, durante a eleição, que iria funcionar. Essa é a saúde do meu Estado.

Está lá a maternidade, criada por Alberto Silva, quase fechando. Não se fecha uma maternidade de tradição e de cultura. É uma maternidade que, vamos dizer, firmou-se no Nordeste. No tempo em que era Governador, criei uma UTI neonatal. Essas coisas acontecem no Piauí, que eu estou vendo. A Santa Casa está em um estado de calamidade nunca visto dantes. O Hospital Universitário ficou só em sonho. Só com o ambulatório, não tem um doente internado. Serve ao doente pobre, ao estudante de Medicina, ao de Enfermagem, para buscar o saber. Era preciso um pronto-socorro. Heráclito Fortes foi Prefeito de Teresina e eu de Parnaíba – isso foi de 1989 a 1992.

Firmino Filho concluiu e Luiz Inácio, este Governo foi lá e não funciona. O pronto-socorro que há em Teresina foi um anexo que fiz no Hospital Getúlio Vargas no tempo da ditadura.

Mostro o quadro de Teresina, mas que é comum. Estão aqui os médicos.

Então, associamo-nos a essa campanha liderada pelos empresários que mostram que aumenta a carga tributária que dificulta a geração de emprego. Enfim, ô Papaléo, este Governo tem que entender, ô Cristovam, que é bom o povo ter um dinheirinho para administrar. Esse da CPMF é para nós administrarmos. O Brasil enriquece porque está lá na mão das nossas mulheres, das nossas esposas para investir na melhor educação que o Governo não promove, para garantir a saúde que o Governo não promove, para garantir a segurança que o Governo nos nega.

Portanto, esse dinheiro da CPMF não vai desaparecer, não. Cada mulher brasileira vai ficar com ele, empregando-o bem, fazendo a riqueza deste País.

O povo está olhando este Congresso. Esse negócio do caso do Renan existe. Entretanto, mais feio

do que isso é este Congresso não ter hombridade e ficar atrás da Câmara de Vereadores da Parnaíba que, quando fui Prefeito, foi capaz de derrubar vetos do Prefeito, atrás da Assembléia Legislativa do Piauí, que derrubou vetos meus. Isso faz parte do jogo democrático.

Mitterrand perdeu várias vezes, como Luiz Inácio, mas, quando assumiu, governou a França e, moribundo de câncer, passou uma mensagem, a mesma que dou aos governantes, ô Luiz Inácio: prestigiar e fortalecer os contrapoderes. Vossa Excelência tem que fortalecer esse Poder Legislativo e o Judiciário. O Judiciário ainda tem gente de vergonha. Está aqui uma manchete, ô Cristovam: “A compra de voto merece excomunhão”. Está aí um cabra de vergonha: Marco Aurélio Mello. “A compra de voto merece excomunhão maior”. Faça um favor, o pessoal da televisão? Quando é do PT, vejo à noite, na reprodução, sai grande. Quando somos nós, sai pequenininho, ninguém lê. [Colocou lá? Vou conferir.]

“A compra de voto merece excomunhão maior. O homem público precisa saber que quando ele alcança um cargo é para servir e não se servir da coisa pública.”

Ô Marco Aurélio, você é do TSE; o Piauí é do Brasil. Foi o Piauí que, em batalha sangrenta, botou os portugueses para fora. Eu nunca vi tanta corrupção eleitoral como está acontecendo no Piauí e no Brasil.

Essas são as nossas reflexões e crença. Fala-se muito, Mário Couto, desta Casa, mas esta Casa é que salvaguarda a democracia.

Lembrem-se de que Fidel Castro fechou o Senado que havia em Cuba; Chávez fechou há quatro anos o Senado; o do Equador foi o mais rápido, o mais ágil deles: em seis meses de sua eleição, já fechou, prendeu juiz, prendeu deputado, os outros fugiram. A Venezuela e a Nicarágua estão aí, mas o Brasil permanece na democracia, porque esta Casa nunca faltou ao País, como disse o Presidente do Senado.

Nós não vamos faltar a este País. Vamos entregá-lo com o mesmo ânimo e a mesma coragem que Abraham Lincoln, lá no cemitério onde enterrou os mortos da Guerra da Secessão, disse: já está santificado pelas mortes dos bravos que lutaram aqui pelo regime da democracia, governo do povo, pelo povo e para o povo.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; meu caro Senador Mão Santa, que acaba de me anteceder, nesses últimos três dias, sucessivamente – quinta-feira, sexta-feira e hoje –, Senador Sibá, tive a oportunidade de falar desta tribuna, coisa que não é tão fácil, diante de tantas inscrições.

Na quinta-feira, falei sobre como o mundo hoje perdeu o sentimento da maldade que existe. Falei sobre a banalidade do mal, que chocou muita gente quando a bomba atômica e os campos de concentração foram sinônimos da maldade no período da Segunda Guerra. E aqueles eventos foram feitos por burocratas. É claro que Hitler estava decidindo, é claro que o Presidente Truman estava decidindo, mas quem fez as mobilizações dos seis milhões de judeus, das centenas de milhares de comunistas, de ciganos, não foi Hitler, mas, sim, os burocratas, que não carregavam aquilo por uma maldade e, sim, pelo cumprimento de um dever sem sentimento da maldade. A maldade ficou banal. Quem soltou a bomba atômica foi um piloto de avião, que apertou um botão, puxou uma alavanca – na época, o avião não tinha botão –, e, lá embaixo, morreram 150 mil pessoas. Era um burocrata sem sentimento algum da maldade que estava fazendo; saiu dali tranqüilo.

Eu dizia que, hoje, os funcionários públicos de alto nível, os burocratas deste País tomam decisões que levam a conseqüências tão dramáticas quanto àquelas sem problema, tranqüilamente. Move-se o tamanho dos juros sem preocupação com o que vai acontecer, na ponta, com os desempregados. Faz-se o Orçamento da União – e somos culpados – de uma maneira, Sibá, burocrática. A gente não carrega mais o sentimento da maldade das coisas que acontecem. E essa é uma tragédia, porque as maldades não apenas acontecem, como também não encontram responsáveis.

Na sexta-feira, falei sobre o Movimento Cansei, que tomou conta de uma parcela da população que se cansou, sobretudo, da crise dos aeroportos e do tamanho dos impostos. Mas essas pessoas não se cansaram do tamanho da pobreza, não se cansaram da concentração de renda, não se cansaram da desigualdade na educação. Cansaram-se devido aos privilégios ameaçados; não se cansaram devido à realidade que o Brasil vive hoje.

Eu disse que também estou cansado de esperar em aeroporto, sentado em poltrona, com ar-condicionado, com livrarias por perto, com restaurantes, às vezes, pagos pela companhia. Isso me irrita profundamente. Sinto que meu direito está afetado. Irrita-me chegar atrasado aos meus compromissos. No entanto, estou cansado também pelos milhões que ficam em paradas de ônibus, em pé – não sentados em poltronas –, sem anúncio da hora em que o ônibus vai sair, podendo ser submetidos a assaltos e a coisas mais graves.

Temos de fazer com que o grito de cansaço seja maior do que o cansaço desse grupo, até porque a gente, quando lê a lista, percebe que alguns dos que se dizem hoje cansados da corrupção votaram sistematicamente em corruptos. Eles vão preferir, na próxima eleição, um corrupto amigo a um honesto que não seja conhecido.

Também vi publicitários assinando o documento do Movimento Cansei. Garanto que alguns desses publicitários que estão cansados da corrupção vão de novo fazer campanha, na próxima eleição, para políticos corruptos. Mesmo assim, estou ao lado deles no cansaço, porque, Senador Mão Santa, pelo menos, eles estão se mobilizando neste País. O Presidente Lula conseguiu acomodar todo mundo, de tal maneira que o Brasil sofreu um retrocesso no seu nível de consciência nesses últimos anos.

Falei sobre isso na quinta-feira e na sexta-feira.

Hoje, vim falar não da banalidade do mal, não da insuficiência do cansaço. Vim falar de assombração. É preciso assombrar este País! E por que não se consegue assombrar este País diante de tantos riscos visíveis adiante, próximos a acontecer? Como a gente se acostuma com as coisas que a gente prevê que vão acontecer e não toma medidas para evitá-las?

O Senador Tuma disse que isto aqui precisava de um descarrego. Acho que não precisa de descarrego, mas de um susto. A gente precisa de um susto. Foi um susto que, na tragédia de Congonhas, despertou o Brasil, para que a gente visse que tinha de mudar a situação no tráfego aéreo. Inclusive, mudou-se o Ministro. Foi preciso um susto! O Brasil assombrou-se quando viu aquele avião pegando fogo, quando sou-

be que 199 pessoas morreram. Como a gente não se assombra com o que continua? Por exemplo, eu me assombro quando vejo o Ministro da Defesa discutindo a distância entre os assentos de um avião. Sinceramente, eu me assombro!

Este País, se alguém não sabe, é o quinto território do mundo, a quinta população do mundo. Tem 16 mil quilômetros de fronteiras com outros países; tem 7,5 mil quilômetros de litoral. É o terceiro ou quarto maior espaço aéreo do mundo, e o Ministro da Defesa, em vez de preocupar-se em recuperar as nossas Forças Armadas para fazê-las do tamanho do Brasil, virou o gerente do tráfego aéreo. Realmente, é preciso que alguém cuide do assunto, mas não deve ser um Ministro ou o Ministro da Defesa.

Ainda mais grave é a gente ver que uma das preocupações é a distância entre os assentos de um avião! Paciência, gente! É isso o que assombra! É um assombro que a gente não percebe, é um assombro que não assusta, porque não se vê o que está escrito nas entrelinhas da omissão brasileira.

Senador Mão Santa, não é possível que este País não descubra que as Forças Armadas têm de ter o tamanho deste País, e elas não têm esse tamanho por falta de apoio, pelos baixos salários de seus oficiais, pela falta de recursos dos seus soldados, que hoje não vão aos quartéis todos os dias porque o Exército não tem dinheiro para pagar a alimentação deles. São soldados que, como vi outro dia em um jornal, no Mato Grosso, saem para caçar aves para comer. Senador Sibá, isso só havia na Idade Média, quando o Exército não era profissional e tinha de conseguir a própria comida, caçando animais. Mas, nos dias de hoje, no século XXI, em um país como o Brasil, com 16 mil quilômetros de fronteira, as nossas Forças Armadas serem desse jeito?!

O Ministro da Defesa deve fazer com que nosso País seja defendido, não apenas com que nossos aviões cheguem na hora. Essa é a função de um gerente que se deve colocar ali, de alguém que entenda de logística. S. Ex^a deve começar a cuidar daquilo que a gente precisa.

Eu me assustei também – mas lamento que esse susto fique restrito – quando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais derrubou o veto do Governador para aumentar, e muito, o número dos que têm direito a foro privilegiado. Sabem o que me assustou? Não é o fato de terem foro privilegiado. O que me assustou – e o Brasil não se assusta, não se assombra – é o motivo de ser tão importante ter foro privilegiado. Vejam bem: se querem ter foro privilegiado é porque acham mais fácil ganhar nos altos Tribunais do que nos Tribunais

de baixo. Se é mais fácil ganhar nos altos Tribunais do que nos de baixo, algo está por trás.

É mais fácil manipular poucos juízes do que muitos juízes? Uso o verbo “manipular” para não usar um mais forte. Nessa semana, circulou pela Internet uma carta do ex-Senador João Capiberibe – tenho-a em mão e lamento não ter tempo de lê-la agora –, fazendo perguntas a um Ministro do Supremo, o Ministro que, num dia, anistiou, perdoou, inocentou Joaquim Roriz e que, no outro dia, quase cassou Capiberibe. Será que, por isso, os políticos deste País preferem o foro privilegiado?

O ex-Senador João Capiberibe diz, entre outras perguntas, ao Ministro Carlos Velloso:

1) Você sabia que o então Governador e hoje Senador Joaquim Roriz respondia e continua respondendo dezenas de processos criminais por improbidade administrativa?

2) Você sabia que, em relação a mim e a minha companheira Janete [que também foi cassada], não existe um só processo criminal em nosso desfavor por improbidade administrativa?

Ele sabia disso? É claro que sabia.

E conclui, com duas questões: “1) Você considera que sua decisão de cassar meu mandato e o de minha companheira, Janete, melhorou a vida política brasileira?”.

Isso aqui melhorou com a saída do Capiberibe? A Câmara dos Deputados melhorou com a saída da Deputada Janete?

E ele pergunta: “2) Você considera que sua decisão de inocentar Joaquim Roriz melhorou a vida política brasileira?”.

Não vou emitir juízo de valor sobre o Senador Joaquim Roriz, porque me nego a entrar nesses detalhes, por ser ele um político daqui e por eu ter disputado com ele sempre. Mas essa pergunta é muito válida.

Então, eu me pergunto: não nos assombamos pelo fato de que, no Brasil, os políticos preferem o foro privilegiado, preferem os altos juízes aos de baixo? Acham mais fácil ganhar lá em cima do que embaixo? Eu me assombro. Eu me assombro, porque, num sistema judiciário absolutamente rígido, termina sendo mais fácil ganhar em baixo do que ganhar em cima, mas, no Brasil, os políticos preferem a última instância.

Quando é que vamos dar um susto neste País? Quando houver uma tentativa de golpe militar? Quando o povo for às ruas pedir o fechamento do Congresso, como já fez em outros países, como as pesquisas indicam que é o sentimento de hoje? Será que não nos

vamos assombrar com o óbvio apagão energético que está diante de nós, ou vamos esperar outra vez o susto, como aconteceu no Governo Fernando Henrique, quando foi preciso fazer o tal racionamento?

Li no jornal de hoje que nosso querido Senador Aloizio Mercadante está falando em apagão. Está prevenindo o apagão, mas não só o de energia elétrica. Eu já disse aqui que todos meus contatos com pessoas ligadas à produção e à distribuição de gás indicam que vai faltar gás neste País, não por causa de Evo Morales, que está doido para vender o dele se pagarmos o preço certo, mas porque os condutos por onde passa o gás estão velhos por falta de investimentos. Vamos esperar que haja uma explosão em um deles, como já estão prevenindo? Estão prevenindo isso, só não sabem dizer o dia, só não sabem prever a hora.

Vai haver, Senador Sibá, explosão, ou vai ser necessário o fechamento. E é difícil saber qual vai ser pior, porque, se houver o fechamento, as indústrias param neste País, em muitos Estados. Se explodir, além de parar as indústrias, porque pára o fornecimento, esse gás vai ficar também parado e vai fazer – quem sabe? – vítimas.

Será que vamos insistir em não tomar um susto com a crise violenta, com a situação das rodovias brasileiras? Será que não percebemos que há um apagão nas rodovias? É um apagão de tempo perdido por pessoas, um apagão de acidentes com mortes de pessoas e um apagão da economia, porque um caminhão carregado que fica parado numa estrada durante um dia ou dois significa perda, prejuízo. Digo isso, sem falar que, ao se chegar ao porto, o navio já foi embora ou que custa um dinheirão manter esse navio no porto mais alguns dias.

Será que não percebemos que está na hora de nos assustarmos, como o Senador Mão Santa disse, com a situação da saúde? Será que só vamos tomar um susto quando acontecer algo parecido com o que aconteceu há alguns anos em Recife, com os doentes renais? Ali faleceram diversos! Enquanto morrem de um em um, em cada Estado, separadamente, ninguém se assusta! Vamos esperar até quando para tomar um susto e para percebermos que estamos vivendo um apagão da saúde?

Quando houve o caso da aftosa, há alguns anos, todo mundo tomou um susto, e o Governo começou a recuperar o tempo perdido. Mas, Senador Papaléo, era previsto que isso ia acontecer. Hoje, é previsto que há epidemias, senão de doenças contagiosas, “epidemias” – Senador Mão Santa, desculpe-me por eu chamar assim – de pessoas que morrem por falta de atendimento médico.

E o apagão de uma economia vulnerável? Será que ninguém se assustou com o fato de a queda nas Bolsas de Valores lá fora ter provocado uma tremedeira no sistema econômico brasileiro? Depois, houve um alívio, e já se acalmou todo mundo.

Não dá para continuar sem enfrentar o fato, Senador Eurípides Camargo, de que uma economia vulnerável como a nossa vai ter problema em algum momento, no futuro! Pode não ser no Governo Lula. Pode até não ser no governo do substituto dele, mas essa economia que temos não se manterá permanentemente, pois não há bases concretas que lhe permitam sobreviver produzindo e distribuindo. Hoje, até há razoáveis bases financeiras em virtude da carga fiscal de 40%. Se essa carga fiscal diminuir, a economia ficará ainda mais vulnerável. Uma economia que, para não ser vulnerável, precisa que 40% da renda nacional vá para as mãos do Tesouro é uma economia vulnerável por definição, estruturalmente vulnerável.

E não nos assustamos, não nos assombramos! Ficamos esperando o descarrego, como disse nosso colega Senador Romeu Tuma. Não é de um descarrego que precisamos, Senador Mão Santa, mas de um susto, de um assombro. É preciso assombrar-se.

Eu não queria falar sobre esse tema, porque todo mundo diz que só falo disso, mas é importante tocar nesse assunto. É preciso assombrar-se com a vergonha caótica da educação básica no Brasil. Este País não decolará se todas as crianças não estiverem em escola boa, se não houver escola igualmente boa para todos. Nós nos assustamos por que um avião não parou e por que pessoas morreram, mas não nos assustamos com o fato de o avião Brasil estar taxiando na pista, sem fôlego para decolar. Não está decolando!

Não nos assustamos, inclusive, com as possibilidades que surgem como o etanol? Temos de nos assustar, porque é algo bom, que pode se transformar em algo maldito, se não for tratado do jeito certo. É um produto que pode gerar dólares. Mas para quem vão esses dólares? Ninguém discute isso. Da maneira como está indo, não vai ficar para o povo brasileiro, nem para os pobres.

Nós nos alegamos porque vemos investimentos, mas não serão criados empregos em grande quantidade, porque, hoje, devido à mecanização, gera-se pouco emprego no plantio, na colheita, na produção, transformando as canas ou outros produtos agrícolas em etanol ou em *biodiesel*. Não se vai criar emprego! E vai usar que terra? É claro que o Brasil tem terra bastante, mas, se não tomarmos cuidado, a força do mercado e a voracidade dos tanques de combustível dos automóveis americanos vão fazer com que use-

mos toda a terra disponível para plantar cana em detrimento da produção de comida. E aí, não vão bastar mais as terras que produzem comida, porque vai haver falta de comida, sim, se não tomarmos cuidado. E aí vamos entrar nas florestas também, Senador Sibá Machado.

Temos de nos assustar tanto com o potencial positivo do etanol, como também com o risco do etanol, se não tomarmos cuidado. Mas não estamos nos assombrando. Não estamos nos assustando. Continuamos aqui falando do superficial, como se a vida fosse um simulacro na televisão, como se na realidade não houvesse uma marcha sem que vejamos o que pode acontecer, sem que nos antecipemos, sem que tomemos as medidas necessárias.

Este é o susto que hoje tenho: o susto da falta de susto; o susto da tranquilidade com que enfrentamos as dificuldades, da tranquilidade como o Senado está praticamente paralisado por causa de uma crise específica, provocada por um Senador, o Presidente Renan Calheiros. E, mesmo quando não há crise como essa, o debate sobre os riscos que o País enfrenta não chega aqui. Não vemos, não sei se por tática, não sei se para acalmar ou se por ignorar, por parte das forças concretas do Governo brasileiro a manifestação de consciência do risco, o assombramento diante das possibilidades trágicas adiante e medidas concretas para enfrentar os problemas.

Só para fechar meu discurso, antes de passar a palavra aos que querem fazer aparte, insisto em que mesmo as medidas que são tomadas não carregam a dimensão do susto.

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) é apenas um plano de investimentos, que não vai mudar o rumo da economia brasileira, que não vai dar a substância fundamental de que ela precisa, por exemplo, na melhoria da qualidade de vida do seu povo, sem o que o trabalhador não vai ser produtivo. Podem jogar o dinheiro que quiserem no PAC, que, sem um plano radical de melhoria da qualidade da mão-de-obra, esse Plano fracassará, a não ser que comecemos a importar mão-de-obra, como se fez no tempo da escravidão e no final do século XIX e no início do século XX.

Vamos importar mão-de-obra por falta de mão-de-obra qualificada? Não está difícil de acontecer isso, Senador Sibá Machado, a não ser que, com a modernidade, todos os tratores que vão colher a cana sejam manejados de Nova Iorque por uns robzinhos manipulados de longe, que nem precisam ser olhados, o que não é impossível; é só colocar um satélite para ver e um engenheiro lá para operar.

O PDE não tem a dimensão do susto do que está adiante. São medidas corretas, mas insuficientes; são medidas que não carregam toda dimensão da tragédia que vemos adiante, e não se percebe que temos todos os recursos que queremos e precisamos para resolver.

Aqui mesmo, hoje, na Câmara dos Deputados – estive lá, pela manhã, e agora continua –, está havendo um excelente seminário. Trouxeram representantes de quatro países do mundo para dizer o que é que fizeram lá para que desse certo, especialmente na educação. Esse seminário é bom, mas o que fazer, nós já sabemos; o que não temos é a vontade de fazer. É a vontade que digo não é o gostinho, o desejo, mas a vontade real e concreta, porque não colocamos isso como verdadeiro problema, pois perdemos, Senador Geraldo Mesquita Júnior, a capacidade de nos assustar; banalizamos não só o mal, como disse na quinta-feira, mas também os problemas. Não nos assustamos, a não ser quando um avião cai, chocando-se no ar, ou quando não pára numa pista de aeroporto. Aí nos assustamos por algum tempo. Mas nos assustamos pela tragédia da morte daqueles; não nos assustamos pela tragédia de milhões que estão vivos, mas sem perspectivas; não nos assustamos diante de um País que se nega a ocupar a real dimensão do seu tamanho, do seu potencial, da sua capacidade.

Não temos um projeto compatível com o tamanho do Brasil, e talvez porque nós – não digo vocês, os outros – sejamos políticos que não estejamos à altura do tamanho do Brasil.

E este talvez seja o pior dos sustos: chegar a esta Casa e ter a sensação de pequenez, de acreditar que não estou à altura do tamanho do meu Brasil, não estou à altura de enfrentar o desafio do meu País, não estou à altura de assombrar a população e dizer, dado o susto, “olha aqui o caminho, vamos continuar nele”. Esse talvez seja o maior dos assombros, dos sustos que o povo brasileiro precisa ter. Hoje, nós, os líderes deste País, no Judiciário, no Executivo, no Legislativo – e sou um desses pequenos –, não estamos à altura do nosso País, das necessidades do nosso povo, do tamanho dos recursos que temos.

Sr. Presidente, eu creio que, com isso, eu fecharia o meu discurso, mas penso que ele ficaria ainda mais pobre se eu não passasse a palavra para aqueles que desejam fazer apartes. Se V. Ex^a autorizar, passarei a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Solicito que sejam objetivos nos apartes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Por favor, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, em primeiro lugar, quero dizer que V. Ex^a é um quadro nacional: quadro da política e da academia brasileira. Cada vez que vai à tribuna, impõe-nos uma reflexão. Mas gostaria de fazer justiça em dois pontos; nos demais, quero dizer que concordo absolutamente com V. Ex^a. No caso do Ministro Nelson Jobim, penso que, diante da ansiedade que a população foi chamada por conta dos acidentes da Gol e da Tam, S. Ex^a precisava tomar medidas de rápido efeito. Então, talvez os pronunciamentos tenham sido nessa direção. Mas eu participei de uma reunião do Conselho Político, na qual estava o Ministro Nelson Jobim, em que um dos assuntos era como a defesa nacional passaria a ser, a partir do ano que vem, uma pauta de Governo e uma pauta também do Congresso.

E nessa reunião, S. Ex^a fez uma abordagem que me chamou muita atenção pelo vasto conhecimento que apresentou nesta área. O outro ponto diz respeito à distribuição de gás doméstico e de gás industrial. Nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, que é feita por tubos realmente antigos, com uma certa idade – quero crer que a pessoa que lhe sugeriu essa informação esteja correta nesse ponto –, mas os gasodutos de longa distância são bastante recentes, porque os nossos primeiros contratos são da segunda metade da década de 90, e os primeiros tubos foram colocados entre 1998 e 1999, ligando a Bolívia ao Mato Grosso. Portanto, o gasoduto brasileiro está deficitário na abrangência da sua extensão, ligando o Centro-Oeste ao Nordeste, mas não pelo envelhecimento. No entanto, no caso da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, realmente é preciso tomar cuidado, sob pena de a indústria ser desabastecida por um problema localizado. Parabéns V. Ex^a mais uma vez pelo brilhantismo do pronunciamento que faz.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço V. Ex^a. Quero dizer que falei pensando no conjunto dos sistemas de condução; não falei nem em gasoduto, creio.

O problema do gás é que ele vai faltar no mundo inteiro. E já se prevê essa escassez em breve. O grave é que o Brasil tem gás, e não se fez os investimentos que deveríamos fazer. Pior que isto: há um imposto que reserva uma percentagem para a prospecção de gás, e o dinheiro está parado. O dinheiro está parado, e não fazemos as prospecções! Há empresários que já reservaram a área, mas estão parados.

Vai faltar gás e também não haverá como distribuí-lo, não pelos grandes gasodutos modernos, mas, como V.

Ex^a disse, pelo sistema de transmissão dentro das cidades. Faltar^á gás lá na base, na ponta, onde ele é obtido.

No mundo inteiro, haverá escassez de gás. E o Brasil é um dos países que poderia ter evitado isso se fizesse o investimento certo na hora certa. Como não precisávamos ter tido a aftosa, se tivéssemos feito o investimento certo na hora certa; como não teríamos tido apagão aéreo, se tivéssemos feito o investimento certo na hora certa; como não precisávamos viver o apagão vergonhoso e terrível da educação, se tivéssemos feito o investimento certo na hora certa.

O trágico é que o Brasil não é um desses países que não têm os recursos e em que as pessoas têm o direito de chorar pela falta dos recursos. O Brasil os tem. O choro é pela nossa incompetência de, como políticos, colocarmos-nos de acordo, e, ao mesmo tempo, como condutores deste País, definirmos o caminho.

Ouçó o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam, V. Ex^a tem brindado o País com pronunciamentos de alta visão de futuro, com os quais renasce a esperança. V. Ex^a trata bem do Ministério da Defesa, um ministério novo. Quero crer que o que está havendo é encenação. Não houve investimento em infra-estrutura e em pessoal. As coisas só acontecem se houver ser humano. Não se viu convocação alguma de concurso para a área da segurança aérea. Não se viu investimento na pessoa humana e no material. O Governo, ao sofrer isso, disse que há um pacto. O Brasil conhece o Ministro que assumiu. Ele esteve recentemente no STF, mas houve inúmeros pedidos para que S. Ex^a saísse de lá, e pedidos de pessoas de sua classe. Foi um número enorme! Politicamente, ele não representa como nós. Chegou a Deputado Federal com a Lei da Legenda. O sujeito tem dez mil votos e chega à Câmara Federal. Podemos dizer que é um político fracassado. Recentemente, não conseguiu nem ser prefeito de sua cidade, governador do Estado. Só foi eleito a Deputado por legenda. Fez uma encenação e enganou Luiz Inácio, que é uma pessoa boa. Só não é assim como o Sibá Machado. Aliás, o Senador Sibá Machado está lendo como um danado. Lê os filósofos, está com uma sede de livros enorme. Então, fez aquela encenação para enganar Luiz Inácio. Luiz Inácio disse mesmo que não gosta de ler. É um problema de Sua Excelência, mas tem muitas virtudes. Sua Excelência é quem tem mais votos neste País e tem intuição. Mas quero dizer-lhe que aquelas palavras não são de S. Ex^a, mas de Disraeli, Primeiro-Ministro da Inglaterra, da era vitoriana, da Rainha Victoria. Foi Disraeli que disse: “Nunca se queixe, nunca se explique, nunca se desculpe. Aja ou saia. Faça ou vá embora”. E isso impressionou o Luiz

Inácio. V. Ex^a falou das preocupações. Primeiramente, orgulhamo-nos do passado de nossas Forças Armadas pelas pessoas que conhecemos. Direi agora, como V. Ex^a, que fui à Jamaica, convidado pela Presidente das Relações Exteriores. Isso talvez ele nem saiba. Não sabe que nosso amigo Luiz Inácio foi lá e não viu o que há de mais importante na Jamaica. O jamaicano é um povo que tem auto-estima pela musicalidade, setor em que se destaca o cantor Jimmy Cliff, além de um outro cantor cujo nome não me recordo. Você sabe, Sibá? Quem entende de música é a Ideli. Aquele povo tem tradição no café, embora, quantitativamente, um empresário japonês comprou terras na África e planta o produto lá, mas – vamos dizer – a *griffe* é da Jamaica. O mais importante que há na Jamaica Luiz Inácio não viu. Lá existe, Senador Cristovam Buarque – e por isso fomos convidados –, uma entidade a que denominam Autoridade, sediada na Alemanha. O Secretário dessa Autoridade é de uma ilha que, embora pequena, é conhecida internacionalmente. Por que fomos chamados a ir lá? Porque hoje o mundo contribui para essa instituição no sentido de pesquisar nossas riquezas do fundo do mar. Deepsea é o nome da organização. Fomos chamados porque o Brasil pesquisa petróleo – e a Petrobras tem muito dinheiro, tanto que dá para escola de samba, time de futebol, dá para tudo; a gasolina é a mais cara do mundo. O mundo todo está pesquisando nossas riquezas. Isso é que o Ministro devia fazer. Então, fomos por causa de uma denúncia de que o Brasil não contribui. A nossa costa é imensa, imensa. Segundo dados, em torno da Ilha de Fernando de Noronha, que faz parte hoje de seu Pernambuco, no fundo do mar, tem esses minérios. Porque estudos mostram – não há pesquisas no Brasil – que os minérios da face da Terra vão desaparecer. Os portugueses começaram tirando ouro, houve a derrama, o negócio vai aparecer. Os países que estão se enriquecendo estão pesquisando os minérios no fundo do mar, e os nossos não estão sendo pesquisados. Os japoneses e os outros pesquisadores já estão tendo conhecimento do que há nas profundezas do mar para investimento. Isso é que seria uma segurança nacional, uma defesa de visão e não aquele grito histérico e roubado, cleptomaniaco, porque aquelas frases... S. Ex^a pode reler a vida de Disraeli, que verá aquele discurso. Pressionou o Luiz Inácio, porque ele diz que não gosta de ler. Mas, para quem lê, aquele arroubo foi uma demagogia. Um quadro vale por dez mil palavras. No pronunciamento que fiz, mostrando os salários dos aloprados, dos almirantes e dos generais... Rapaz, isto aqui tudo é *e-mail* de mulher de almirante e de general. O Mercadante não trouxe o contracheque do pai dele. Eles

estão ganhando menos que os aloprados que entram nesse governo. Mas vou dizer agora. “Mão Santa, pensei que era só de ficção”. Papaléo, sabe o que um almirante me disse? Olhem que um quadro vale por mil palavras. “Senador Mão Santa, não me decepcione, V. Ex^a tem um comportamento que o tem honrado”. Eu disse: “Não, a maioria toda é muito boa. Aquilo é porque até Cristo tinha a Bancada dele só de doze e rolou dinheiro, traição”. Aqui, se há rolo, não é Papaléo? Mas aí o almirante disse o seguinte. Olha esse quadro, atentai bem, professor Cristovam, brasileiros e brasileiras, sou oficial da reserva, fiz CPOR, onde se tem noção do que é disciplina, hierarquia, ideal, respeito. Disse o almirante: “Tenho ido a essas festas de receber espada. Fui a todas elas. Antigamente, era o maior orgulho” – e sei o que é isto – “um almirante entregar a espada para seu filho; um brigadeiro, o quepe”. E nenhum entregou. Se eles não estão estimulando os filhos, é porque está ruim, sucateado, desmoralizado. Nenhum! Estou orgulhoso porque fui levar minha filha, que está terminando Medicina, para estagiar com o professor Azulay, um grande dermatologista. Enchi-me de orgulho, Senador Papaléo, quando a Daniela, minha filha, pegou meu anel e mandou diminuir. É ainda pelo heroísmo médico. Aqui diz, acabei de ler, e V. Ex^a ouviu o que o médico disse: “sem aumento e sem médicos”. Mas veja o que ele disse, o Senador Papaléo que leu aqui: “nós somos médicos e nunca desistiremos”. Com esse intuito, minha filha pediu meu anel de médico e já o diminuiu. Porém, nenhum brigadeiro, nenhum general, nenhum almirante entregou a espada para o filho. Então, Ministro, deixa de conversa fiada! Vá ler a vida de Eduardo Gomes, de Castelo Branco, do Almirante Barroso! Não precisa plagiar discurso de Disraeli para impressionar nosso Luiz Inácio. No Senado, V. Ex^a está debaixo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador.

Passo a palavra ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Cristovam, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pelo oportuno discurso que faz, nesta tarde, no Senado. A revista *Veja* da semana passada trouxe uma grande reportagem, para se fazer uma profunda reflexão, exatamente sobre o assunto de que V. Ex^a fala hoje à tarde: o descuido do Governo na infra-estrutura deste País. Está aqui a revista, vou abordar o tema, se tiver tempo hoje no meu pronunciamento, exatamente nessa linha de preocupação de V. Ex^a. A *Veja* diz assim: “Infra-estrutura, é preciso vencer essa guerra”. V. Ex^a falou no caos aéreo, falou na energia, deixou de falar de várias partes da infra-estrutura deste País que estão um caos,

ferrovias, portos, aeroportos, enfim, é quase a infra-estrutura geral de um país que o descuido deste Governo fez agravar e é motivo de preocupação para todos nós brasileiros. V. Ex^a falou ainda agora do desastre de São Paulo, mas, veja, antes desse houve outro, o desastre da Gol, que matou mais de 150 pessoas e este da Tam, que matou mais de 180 pessoas.

Por que só agora? V. Ex^a abordou muito bem. Por que só agora o Governo achou que está errado e tirou um Ministro, tirou o diretor da Infraero? Será que este Governo só fecha as portas depois de arrombadas, Senador? Será? Tudo indica que é isso. Está-se vendo que este País não tem infra-estrutura para seu crescimento. Isso está patente, está claro, está visível a olho nu. Será que este Governo não vai tomar nenhuma providência? Parabéns pelo seu pronunciamento. Vou prosseguir com o assunto do pronunciamento de V. Ex^a, fazendo uma abordagem também sobre esse tema que é motivo de grande preocupação para a população brasileira. Parabéns, Senador!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Concluo, Sr. Presidente, em mais um minuto, se V. Ex^a me permitir, falando sobre o último fato que não está mais nos assombrando, a corrupção. Isso passou a ser coisa comum, estamos aceitando-a, mas, felizmente, o povo, sim, está assombrado. Não parecemos passar ao povo essa sensação de assombro, é como se fosse normal. A gente tem de dar um basta à corrupção e, o mais rápido possível, recuperar a credibilidade que estamos perdendo. Essa situação me assusta muito, porque, se esta Casa perder a credibilidade, não terá absolutamente nenhuma força. Isso porque aqui não tem canhão, aqui não tem metralhadora, que é a força dos que chegam sem voto. Ao chegar aqui pelo voto, a nossa força é a credibilidade. Sem credibilidade nesta Casa, nossa confiança acaba; vem o apagão de credibilidade; e o apagão de credibilidade leva ao apagão da democracia.

Senador Papaléo, ficam aqui minhas preocupações de como é que vamos assombrar esse povo, assombrar a nós próprios, para corrigirmos aquilo que vivemos hoje e encontrar novo rumo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

V. Ex^a, como orador inscrito, terá vinte minutos para seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dois assuntos me trazem à tribuna hoje. O

primeiro é o anúncio, feito na reunião de Governo da semana passada, pela Ministra Marina Silva, pela Ministra Dilma Rousseff, pelo Ministro Guilherme Cassel e por outras autoridades do Governo, da redução do desmatamento no bioma amazônico.

Antes de falar exatamente disso, Sr. Presidente, queria lembrar aqui os fatos históricos de por que estamos vivendo uma realidade dessa natureza.

É sabido que o governo militar de Garrastazu Médici pensou a região amazônica da forma que traduziu numa frase: “Homem sem terra para terra sem homens”. E pensou que, fazendo a ocupação maciça daquela grande região brasileira, estaria ali resolvendo, primeiro, o problema da segurança nacional, uma vez que havia já naquele momento o fantasma de que a Amazônia brasileira é uma terra de cobiça de interesses internacionais; e também estaria ele evitando os grandes conflitos sociais, especialmente no Sul do País. Foram criados muitos assentamentos naquela época, que até hoje se reproduzem, assentamentos tidos como de reforma agrária, em que os lotes eram divididos nos seguintes tamanhos: as famílias mais pobres recebiam lotes de 100 hectares; dependendo do poder da família, podiam receber lotes de 500 hectares, subindo para 1.000, 3.000, 7.000, 10.000 e 21.000 hectares. Então, muitos pecuaristas mais ricos do Sul e do Sudeste brasileiros recebiam áreas de até 21.000 hectares.

Para promover esse desmatamento desenfreado, havia grandes subsídios financeiros. As pessoas que não promovessem esse desmatamento, Sr. Presidente, eram tidas como preguiçosas e não merecedoras nem da propriedade da terra nem de financiamentos baratos. Então, incentivava-se o desmatamento, e a pecuária cresceu assustadoramente na Amazônia por causa desses propósitos.

Agora, não só temos a Amazônia como preocupação, Sr. Presidente. Os biomas brasileiros são os seguintes: a Amazônia; a caatinga, no Nordeste brasileiro; os campos, tanto os de Roraima como os do Rio Grande do Sul; o cerrado; a mata atlântica; o Pantanal e a mata de cocais; e ainda podemos considerar as zonas de transições como as Araucárias e outras áreas dos pontos costeiros, como a foz dos grandes rios no Oceano Atlântico. Se ainda considerarmos, Sr. Presidente, o bioma marítimo, como a chamada Amazônia Azul, com as 200 milhas de propriedade do Estado brasileiro, teremos então onze biomas bem distintos para serem muito bem preservados.

No debate sobre o desmatamento da nossa região, existem picos de desmatamentos violentos. Li, agora, numa matéria do jornal *Folha de S. Paulo* – se

não me falha a memória – depoimento de famílias de Municípios que praticamente já foram 100% devastados no nordeste do Estado do Pará e que só pioraram a qualidade de vida e a miséria de famílias ali residentes.

Digo isso a V. Ex^{as} porque, com o esforço que está sendo feito atualmente, o Brasil não pode mais seguir nessa direção, no nosso entendimento. É preciso encontrar mecanismos, tecnologias e investimentos de substituição dessa maneira predatória de mau uso – digamos assim – do nosso mais rico bioma do planeta, que é o amazônico.

Então, com o avanço da soja, com o avanço da pecuária, agora vem o debate sobre a cana-de-açúcar. Não faltam reuniões onde se fala do medo de que a cana-de-açúcar, entrando na Amazônia, vá promover mais uma etapa dos grandes desmatamentos.

E digo a V. Ex^a, com toda tranqüilidade, que os assentamentos de reforma agrária, como todo o processo de ocupação da Amazônia, precisam de uma nova reflexão. Não podemos mais promover assentamentos de reforma agrária, Sr. Presidente, em área de florestas nativas. Temos de aproveitar essas áreas de floresta nativa para fazermos outros tipos de investimentos, inclusive com os assentamentos de reforma agrária mais voltados para o manejo florestal, com o qual temos a possibilidade de grandes investimentos sem precisar do desmatamento ou da queimada.

O Estado de V. Ex^a, pelo que demonstram os números, tem cerca de 90% a 92% de sua área com cobertura vegetal nativa, tendo a maior reserva, que é a do Tumucumaque, com 4 milhões de hectares. Isso se repete no Estado do Amazonas, onde a cidade de Manaus virou uma ilha, com quase dois milhões de habitantes, por conta das indústrias da Zona Franca de Manaus.

Então, é preciso encontrar formas e caminhos de desenvolvimento da Amazônia sem o uso do recurso do corte raso e da queima de floresta.

Ao Brasil é imputado agora também um custo, Sr. Presidente, por conta da emissão de gás carbônico na atmosfera, em função de que as somas das chaminés das indústrias brasileiras deixam o País numa condição avantajada em relação aos países mais industrializados; mas, quando se faz o cálculo da emissão pela queima de florestas, o Brasil passa a ser um dos que mais contribuem para a poluição atmosférica.

Nesse caso, quero parabenizar o Governo brasileiro, pois, embora os debates sejam calorosos aqui no Senado e no Congresso Nacional, muitas vezes somos levados a tratar esse assunto de maneira bastante intempestiva e às vezes até pouco educada.

No meu ponto de vista, teríamos de trazer o debate da questão ambiental para um entendimento de que tipo de desenvolvimento nós desejamos para o nosso País. Nesse caso, entendo que o atual Governo está trabalhando nessa direção. Então, assunto ambiental no Governo, hoje, é tratado em ambiente de governo. Não é porque existe um Ministério do Meio Ambiente que fica apenas no entorno desse Ministério a responsabilidade de tratar desse assunto, pois é um assunto de interesse de todos.

Então, quero aqui parabenizar o esforço de todos os funcionários do Ibama, os funcionários do recém-criado Instituto Chico Mendes, e, principalmente, o trabalho do Ministério do Meio Ambiente e de todos os demais Ministérios que têm, hoje, no nosso entendimento, a obrigação de tratar desse assunto.

O segundo assunto sobre o qual quero tratar hoje, Sr. Presidente, é a missão que recebi de relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 115/2006, de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues, que trata da rede de adesão das micro e pequenas empresas para a simplificação do registro dessas empresas.

Em primeiro lugar, quero agradecer aqui ao Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, e pedir a atenção de todos os micro e pequenos empresários brasileiros e, especialmente, do Sebrae. Votamos aqui recentemente o Supersimples, que vai trabalhar principalmente sobre tributação, Sr. Presidente, consolidando em um único imposto nacional os impostos das esferas nacional, estadual e municipal, o que vai colocar cerca de seis milhões de pequenos e micro-empresários brasileiros na formalidade.

O que ocorria no passado? Esses empresários, Sr. Presidente, por não terem condição de competir no mercado formal, eram obrigados a ir para a informalidade. E quantos trabalhadores e trabalhadoras eram considerados informais – ou clandestinos –, sem direitos previdenciários, sem direitos trabalhistas, sem nenhum outro tipo de direito, porque não tinham sua carteira assinada?

Vejam o que está acontecendo. Depois do Supersimples, essa lei, o Projeto de Lei da Câmara nº 115, traz os seguintes objetivos, no sentido de concluir, no nosso entendimento, uma excelente reforma, que interessa diretamente às micro e pequenas empresas brasileiras:

I – criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), com o objetivo de propor ações e normas a seus integrantes. A participação será obrigatória para órgãos fe-

derais, e voluntária para órgãos de governos subnacionais – os Estados e os Municípios;

II – maior integração entre os órgãos envolvidos na abertura e no fechamento de empresas, com o objetivo de evitar a duplicidade de exigências;

III – simplificação dos registros de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;

IV – emissão de alvará de funcionamento provisório pelos Municípios, exceto nos casos de atividades que envolvam alto risco de expor a população ou usuários a problemas de saúde, ambientais ou de segurança;

V – alteração dos procedimentos de registro, garantindo, entre outros aperfeiçoamentos, entrada única de dados cadastrais e de documentos;

VI – eliminação de documentos e maior facilidade para obtenção de informações sobre procedimentos e andamento de processos;

VII – dispensa do visto de advogado nos atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas.

Em resumo, Sr. Presidente, pelos dados que se tem hoje, para se registrar uma empresa no Brasil, leva-se até 170 dias; mas o caminho do calvário ocorre se a empresa falir e precisar cancelar o seu registro, pois, para isso, leva-se quase 10 anos. Nesse período, ficam impedidas operações com o CNPJ da empresa e com o CPF do seu proprietário, ou seja, o caminho mais fácil para essa pessoa é a informalidade. O resultado disso é que, por estar na informalidade, essa pessoa fica impedida de ter um rendimento novo e, por esse motivo, jamais poderá saldar sua dívida. Assim, a Receita Federal brasileira fica com um verdadeiro câncer, sem um medicamento que o cure.

Este novo serviço, a Redesim, procura reduzir de 170 para 15 dias o tempo necessário para o registro de uma empresa. No caso de falência, será de um ano o tempo máximo para que sejam resolvidos os problemas legais e fiscais para o encerramento dessa empresa. O que acontecerá se o empresário quiser voltar ao mercado de trabalho de maneira formal? A partir da negociação que ele fizer com a Receita Federal, o CNPJ da empresa não poderá ser usado em novos procedimentos, mas o proprietário poderá usar seu CPF, segundo essa nova lei, para abrir uma nova empresa e voltar ao mercado formal de trabalho. Assim, no nosso entendimento, essa pessoa passará a ter rendimentos com os quais poderá, inclusive, pagar sua dívida anterior com a Receita ou com as instituições

da área tributária, voltando à formalidade, garantindo, no nosso entendimento, a conclusão desse círculo vicioso que ocorre na economia brasileira.

Sr. Presidente, esse impacto será muito positivo.

Somemos, rapidamente: se, por exemplo, três milhões de empresas que pretendem aderir ao Super-simples optarem por aderir à Redesim, e houver, para cada uma delas, digamos, uma nova carteira assinada, isso representará a inclusão, no mercado de trabalho formal, imediatamente, de três milhões de novos trabalhadores e trabalhadoras. Esse procedimento, entendemos, garantirá, a partir dos pequenos, a verdadeira reforma tributária.

Ouçó, com atenção, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sibá, V. Ex^a ensina Geografia? É professor?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sou geógrafo, mas não professor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ah, é geógrafo. Acredito que, nesses quatro anos, ninguém, intelectualmente, cresceu mais do que V. Ex^a aqui. A Ideli até ficou uma mulher bonita, ela se embelezou também, mas V. Ex^a o fez intelectualmente. Quero dizer que conheço muito pouco a Marina Silva como autoridade. A impressão que tenho é de que ela é uma mulher cretamente a Deus. Ainda agora, ô Senador Alvaro Dias, perguntei se o Lula era temente a Deus, pois não sei. Eu gostaria que V. Ex^a lesse o livro que dizem ser o mais lido depois da Bíblia: *Dom Quixote de La Mancha*, de Cervantes. Ele, como V. Ex^a, sonhava defender os mais fracos. Nas suas lutas, ele tinha um companheiro, o Sancho Pança, que minimizou muitos sofrimentos e venceu muitas injustiças. Ele, então, disse a Sancho Pança que o premiaria dando-lhe uma ilha para governar. Sancho Pança disse-lhe que não poderia fazê-lo, porque não tinha muito estudo e capacidade. Dom Quixote, então, disse-lhe que o vinha observando e que ele era temente a Deus. Segundo ele, quem é temente a Deus tem sabedoria. A Ministra é temente a Deus, e V. Ex^a, como tenho observado, também o é. Dom Quixote, então, ensinou Sancho Pança a governar. Disse-lhe para ser honesto, encontrar uma mulher direita, correta, não beber muito, ser responsável, não ter preguiça e ser justo. Quando saía, voltou para dar-lhe um conselho que faltava: só não há jeito para a morte. Essa frase que repetimos está no trecho em que Dom Quixote ensina Sancho Pança a governar. Com saudade, Sancho Pança voltou e Dom Quixote perguntou-lhe como era governar. Ele respondeu-lhe que era um golfo de confusões. Então, compreendo isso tudo pelo que Luiz Inácio está passando, porque é um golfo de confusões. No entanto, não entendo algo em seu Par-

tido. A Marina é defensora da natureza. V. Ex^a também é um guerreiro, um fiel escudeiro de seus princípios, mas, no Piauí, que o PT governa, deram quase 200 mil hectares de Serra Vermelha, entre Guaribas, de que V. Ex^a ouviu muito falar, devido à ajuda que o PT deu, e Caracol, para uma firma do sul, a JB Carbon S. A., a fim de transformar árvore em carvão. No Piauí, a cidade de Gilbués está-se desertificando, porque houve muita exploração de minérios e diamantes, mas não somos uma Amazônia como vocês são. É uma região com poucos vegetais, de cerrado, pequena. Essa é uma área serrana – Serra das Confusões – que ainda tem uma biodiversidade, uma natureza para o homem. Não entendo como o PT, nessa região, deu terras, sem impostos, sem nada. Dizem que o fez em troca de apoio financeiro para as eleições. Eu queria que V. Ex^a, com a sua sensibilidade, zelasse pelo mandato de Marina Silva. Veja o que está acontecendo com essa empresa do Rio de Janeiro, a JB Carbon S. A., pois, segundo denúncias que recebi, ela está acabando com a pouca floresta que ainda existe naquela região.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, na Comissão, já encaminhei requerimento solicitando que formemos uma comissão de Senadores para visitar a região, que, parece-me, já foi notícia do programa Fantástico, devido ao desmatamento para obtenção de carvão, usado na fabricação de ferro gusa. Vou pedir celeridade para isso, porque me interessa muito ter essas informações o mais rapidamente possível. V. Ex^a tem razão: não podemos, absolutamente, permitir que coisas dessa natureza aconteçam.

Sr. Presidente, espero que, amanhã, durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, possamos votar, por unanimidade, esse projeto de lei. Conversarei com todos os Senadores que pediram vista para saber se ainda há alguma dúvida. Eu gostaria de contar com a presença de representantes das micro e pequenas empresas e do Sebrae, porque é mais um projeto de grande importância para o setor. Tenho absoluta certeza de que, hoje, no Brasil, o sinônimo de geração de oportunidade de trabalho não é mais a grande empresa, principalmente do setor automobilístico, que mobilizou tantos migrantes do Nordeste durante as décadas de 60 e 70 – e eu fui um deles. Saí do Nordeste em busca de emprego nas grandes indústrias de São Paulo. Os dados apontam que, hoje, mais de 50%, cerca de 52%, de todas as oportunidades de trabalho geradas no Brasil vêm das micro e pequenas empresas, assim como a massa salarial, a arrecadação dos principais impostos, e daí por diante. Portanto, o abastecimento interno do País, a econo-

mia interna, a capacidade de abastecimento da mesa do brasileiro e a capacidade da prestação de serviços mais imediata vêm desse setor.

Aqui, acertadamente, o Congresso agiu de maneira muito ágil, muito rápida. A tramitação desse projeto teve início em novembro passado. Comparando com outros projetos importantes que tramitam na Casa, o processo está sendo muito ágil. Eu gostaria muito que, no dia de amanhã, pudéssemos aprová-lo, e que, no máximo até o final do mês, seja consolidada a sua tramitação no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.

Tenho absoluta certeza de que, com a conclusão do Supersimples e mais esse projeto de lei, atingiremos, seguramente, 10 milhões de pessoas em todo o País, em todos os Estados e em todos os Municípios.

Digo isso, Sr. Presidente, porque me chama muito a atenção a descentralização dos investimentos. A micro e a pequena empresa estarão em todos os lugares. Em qualquer cidade, qualquer pequeno vilarejo, qualquer comunidade, por mais distante que esteja, haverá micro e pequenos empresários.

É esse setor que essa lei pretende apoiar. É esse setor que gera, no Brasil inteiro, capacidade de distribuição de renda; é onde circula o maior volume do salário mínimo; é onde circula a maior receita imediata das localidades mais pobres; é onde circula a esperança de que as pessoas tenham melhores oportunidades de vida onde residem.

Precisamos frear, aos poucos, a situação macabra da migração. Sr. Presidente, tenha certeza de que, quanto maior a migração em nosso País, mais alta está sendo a concentração de renda e pior a qualidade de vida do nosso povo.

Espero que, com a aprovação desse projeto, tenhamos dado a nossa grande contribuição para a conclusão do círculo virtuoso de fomento ao setor da micro e da pequena empresa nacional.

Parabéns ao Deputado Francisco Rodrigues!

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Aloizio Mercadante por ter me concedido a Relatoria desse projeto. E que o dia de amanhã seja mais um grande dia para um dos setores mais importantes da economia brasileira!

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Era o que tinha a dizer.

Agradeço pela tolerância do tempo que V. Ex^a me concedeu.

Peço, ainda, que seja publicada, na íntegra, a primeira metade do meu pronunciamento, com todos os dados do desmatamento no Brasil no período entre

1997 e 2007. Peço também, se possível, que sejam publicados, na íntegra, os argumentos do meu futuro parecer, que deverá ser aprovado no dia de amanhã, a respeito da criação da Redesim, das micro e pequenas empresas brasileiras.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prezados Senadores, prezadas Senadoras, o Ministério do Meio Ambiente nos deu, semana passada, uma excelente notícia: dados consolidados demonstram que a taxa de desmatamento na Amazônia Legal caiu 25%, entre agosto de 2005 e julho de 2006. Anunciados em conjunto por vários Ministros, inclusive pela Ministra Marina Silva, estes são os números finais do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia (PRODES), ligado ao MMA.

Para termos uma noção do que este índice simboliza a redução de 25% no desmatamento na Amazônia representa cerca de metade do Estado de Alagoas.

As estimativas para este ano também são muita boas! Segundo previsão do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), a taxa de desmatamento, no período de agosto de 2006 a julho de 2007, deve apresentar uma redução de aproximadamente 30%, um dos menores índices já anunciados.

Esta é a segunda queda no índice desde março de 2004, quando foi criado o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Coordenado pela Casa Civil, este Plano conta com a participação de 13 Ministérios, incluindo, é claro o Ministério do Meio Ambiente. Desde então, a taxa de desmatamento caiu 49%. Em 2004-2005, a área desmatada na Amazônia foi 18.793 km²; em 2005-2006, foi 14.039 km². Dos nove Estados da região, sete tiveram seus índices de desmatamento reduzidos, inclusive o Acre.

Este plano e as ações governamentais na região têm sido norteadas por três eixos principais:

- 1) ordenamento fundiário territorial;
- 2) monitoramento e controle ambiental e;
- 3) fomento a atividades produtivas sustentáveis.

O eixo de ordenamento territorial fundiário, por exemplo, permitiu a criação de aproximadamente 20 milhões de hectares de áreas protegidas – o que corresponde a quatro vezes o território do Estado do Rio de Janeiro – e a homologação de cerca de dez milhões de hectares de terras indígenas.

O eixo do monitoramento se deu através, por exemplo, da fiscalização e combate ao comércio ilegal de madeira. A Polícia Federal comandou 20 grandes operações, entre as quais ao menos 14 na Região Amazônica; o Ibama realizou 446 operações de fiscalização integrada, fora as operações de rotina realizadas pelas superintendências. Foram presas cerca de 600 pessoas, 115 delas servidores do Ibama. Ao todo, foram apreendidas cerca de 1 milhão de m³ de madeira – transportados em 40 mil caminhões que ocupariam a extensão entre o Rio de Janeiro e São Paulo, ou 480 quilômetros. Além disso, foram expedidos R\$3,3 bilhões em multas.

A diminuição dos índices de desmatamento é fruto de um trabalho, investimentos e ações governamentais de vários anos. Um trabalho conjunto do Governo Federal com os Governos Estaduais da região. Conseqüentemente, a maior presença do Estado brasileiro na Amazônia – uma presença marcada por ações de comando e controle – resulta na diminuição do desmatamento e também outras ações predatórias como, por exemplo, as queimadas e incêndios florestais na Região.

Este tem sido um trabalho árduo e de vários anos, em que o Governo Federal investiu, mas também contou com o apoio e ações dos Governos, como foi o caso do Governo do Acre. Nesse sentido, o meu Estado está trabalhando em clima de comemoração, mas, atento ao período de queimadas na região.

Na verdade, o Estado do Acre vem tentando trilhar um caminho diferente de um paradigma de desenvolvimento, dito moderno ou modernizante, mas incongruente com a preservação do meio ambiente. Por exemplo, em vez de incentivar a expansão da agropecuária moderna, iniciada na década de 70, o Acre procurou desenvolver alternativas de desenvolvimento econômico. Em vez de incentivar a ampliação da fronteira agropecuária extensiva, a tentativa tem sido de manejar, racional e sustentavelmente, as riquezas da floresta. O objetivo é desenvolver uma economia com base florestal, preservando os recursos ambientais, mas também as tradições e costumes locais.

Os sucessivos Governos Estaduais do Partido dos Trabalhadores – neste mandado, comandado pelo Governador Binho Marques – têm procurado tornar o Estado do Acre uma experiência de desenvolvimento sustentável, com protagonismo da sociedade, o que reflete diretamente nas políticas governamentais.

Mas este é um longo caminho a ser percorrido!

Comentando a redução dos índices de desmatamento, a Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre, Cleísa Cartaxo, afirmou que o Estado vive um momento favorável na luta ambiental, mas é preciso continuar o trabalho. Segundo Cleísa, o IMAC e a Secretaria de Meio Ambiente passaram por reestruturação e possuem

tecnologia que facilita o trabalho e permite melhor no monitoramento dos desmates e queimadas no Estado.

Por exemplo, a região do Vale do Juruá é analisada diariamente por satélites com uma resolução de dez metros. Regiões do Estado que integram o chamado Arco do Desmatamento também são fiscalizadas diariamente com uma tecnologia com resolução de três metros, ou seja, uma área de desmate ou queima de nove metros quadrados é perfeitamente visível nas imagens de satélite. Essa precisão permite um controle maior dos órgãos estaduais responsáveis pela fiscalização.

Mesmo diante das boas notícias de declínio nos índices de desmatamento, a Presidente do IMAC afirmou que o trabalho continua, pois é fundamental contribuir com a queda dos índices da Amazônia. O Instituto trabalha em duas frentes, que são o controle das queimadas e dos desmates. Nas queimadas, o Estado atua com o Plano Estadual de Combate e Controle, criado ano passado, com atuação intensificada nas regiões do Alto e Baixo Acre, região do Arco do Desmatamento. Neste Plano, os Comitês Municipais reúnem prefeituras e Estado para a elaboração de um plano específico para cada realidade municipal.

Com limites para desmatar, é o controle e monitoramento que dá à outra frente de trabalho do IMAC a conscientização como principal ferramenta de atuação. Conseqüentemente, atuar junto às comunidades foi a forma pelo Instituto para lutar contra as derrubadas e o fogo na região. Como uma forma de mobilização e conscientização das comunidades, as brigadas comunitárias são capacitadas e recebem equipamentos para atuar no controle e prevenção de queimadas.

Como culturalmente a queimada é a maneira de trabalhar a terra, fazendo assim o desmate, a Secretaria de Assistência Técnica e Produção Familiar vem estudando novas formas de cultivo da terra e uso sustentável da floresta por produtores familiares; mas, enquanto isso, não avança; autorizar e organizar as queimadas é uma forma de trabalhar com os produtores buscando uma convivência harmoniosa com o meio ambiente.

Este trabalho do Governo do Acre é uma das contribuições que tem permitido a diminuição dos índices de desmatamento na Amazônia. Apesar da excelente notícia, diminuir a destruição da Floresta Amazônica é um trabalho que depende do esforço conjunto de todos os entes federados, de todos nós!

Era o que tinha!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PARECER N° , DE 2007

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, que *estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1991; revoga dispositivos do Decreto-lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **SIBÁ MACHADO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues, tem por finalidade estabelecer normas gerais de simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lido em 30 de novembro de 2006, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na CCJ, onde foram examinados os aspectos

de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, o projeto recebeu parecer favorável.

Não foram apresentadas emendas no âmbito da CAE.

II – ANÁLISE

Os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa já foram apreciados no âmbito da CCJ, razão pela qual compete à CAE pronunciar-se exclusivamente acerca do mérito da proposição.

Quanto ao mérito, concordamos integralmente com a fundamentação do relatório apresentado pelo Senador João Ribeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, cujos termos passamos a reiterar.

Trata-se de projeto amplamente debatido pela sociedade e coerente com as conclusões do Grupo de Trabalho da Desburocratização e da simplificação das relações do Estado com os cidadãos e a empresa, criado em 2005 no âmbito do Senado Federal:

Verificadas as práticas adotadas em outros países, e analisadas as dificuldades para a abertura e fechamento de empresas no Brasil, parece-nos adequado apoiar o envio, pelo Poder Executivo, do anteprojeto de Lei que *estabelece diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.*

Esse anteprojeto, amplamente debatido pela sociedade, contém medidas importantes para sanar as principais reivindicações de micro e pequenos empresários, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas. Contempla, inclusive, muitos aspectos que integram o anteprojeto de Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), bem mais abrangente, por envolver, além do Estatuto das Micro e Pequena Empresa, aspectos atinentes ao tratamento tributário favorecido a essas pessoas jurídicas (Super Simples).

As principais inovações propostas pelo projeto são:

- i) criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), com o objetivo de propor ações e normas a seus integrantes. A participação será obrigatória para órgãos federais, e voluntária para órgãos de governos subnacionais;
- ii) maior integração entre os órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, com o objetivo de evitar duplicidade de exigências;
- iii) simplificação dos registros de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;
- iv) emissão de alvará de funcionamento provisório pelos Municípios, exceto nos casos de atividades que envolvam alto risco de expor a população ou usuários a problemas de saúde, ambientais ou de segurança;
- v) alteração dos procedimentos de registro, garantindo, entre outros aperfeiçoamentos, entrada única de dados cadastrais e de documentos;
- vi) eliminação de documentos e maior facilidade para obtenção de informações sobre procedimentos e andamento de processos;
- vii) dispensa do visto de advogado nos atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas.

O projeto é meritório e vem ao encontro da necessidade de que sejam envidados efetivos esforços no sentido da desburocratização como forma de proporcionar melhores condições de funcionamento para os empresários e para as pessoas jurídicas e, por conseguinte, gerar mais empregos e maior nível de renda. Essa medida, se aprovada, deverá sanar os principais entraves burocráticos que se interpõem aos empresários e às pessoas jurídicas, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas.

III – VOTO

Em virtude do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs, são, sem dúvida alguma, importantes instrumentos de indução do desenvolvimento regional, de fortalecimento dos balanços de pagamento dos países que as instituem, de difusão tecnológica e de desenvolvimento econômico e social. Bem utilizadas, elas podem se transformar em pólos de geração de riqueza, de empregos e de melhoria das condições de vida das populações de regiões mais pobres do País.

Felizmente, após 11 anos de tramitação, o Congresso finalmente aprovou, em junho passado, projeto de lei que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs. Esse projeto foi sancionado, em julho, pelo Presidente da República, transformando-se na Lei nº 11.508, de 2007.

Tanto a aprovação desse projeto quanto a sua sanção pelo Presidente foram fruto de um acordo entre o Governo e a Oposição. Esse entendimento deve permitir agora o funcionamento das 17 Zonas de Processamento de Exportação já previstas em Lei, que ainda não haviam sido implantadas porque a competência para a efetiva instituição de ZPEs é do Poder Executivo.

Para isso, falta ainda a edição de uma medida provisória, que deverá suprir lacunas geradas pelos vetos presidenciais apostos ao projeto inicial. Há notícias de que essa medida provisória deverá ser publicada até o final deste mês de agosto, o que se espera que de fato ocorra para que as ZPEs possam logo se transformar em realidade.

Gostaria de ressaltar para V. Ex^{as} que as Zonas de Processamento de Exportação constituem uma solução exitosa em todo o mundo. De acordo com estudo de 2002 da Organização Internacional do Trabalho, da ONU, existem cerca de 3 mil distritos do tipo ZPE em funcionamento no mundo. Esses distritos geram empregos para mais de 37 milhões de pessoas em mais de 100 países diferentes, entre os quais Estados Unidos, China e México.

Nos Estados Unidos, as 400 ZPEs congregam cerca de 2.700 empresas, que movimentaram US\$305 bilhões em 2004 e geram milhares de empregos para os americanos.

Na China, todo o seu formidável desempenho econômico – com um crescimento médio de 10% nos últimos 15 anos – começou nos anos 80, quando Deng Xiaoping autorizou a criação das 5 primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), como destaca em artigo recente o economista, ex-Deputado Federal e ex-Ministro Delfim Netto.

Segundo ele, o sucesso dessas ZEEs levou o governo chinês a criar vários outros tipos de zonas francas, que são hoje mais de 200 em âmbito nacional e quase 4 mil em âmbito regional ou local. As ZPEs chinesas são o principal destino dos mais de US\$600 bilhões de investimentos estrangeiros que procuram se instalar na China. Também é delas que se origina a maior parte dos US\$762 bilhões exportados por aquele país em 2005, o que equivale a 6,5 vezes as exportações brasileiras daquele ano. A título de comparação, em 1980 as exportações de Brasil e China se equiparavam.

E hoje, 27 anos depois dessa data, é um verdadeiro disparate, o Brasil ficou muito para trás.

Ainda segundo Delfim Netto, a boa literatura sobre processos de desenvolvimento demonstra que, há pelo menos duas décadas, as ZPEs contribuem significativamente para o crescimento econômico dos países que as adotaram. Isso se dá por meio dos estímulos que geram para a atração de investimentos estrangeiros; do envolvimento de empresas nacionais nas exportações de produtos de maior valor agregado; da geração de empregos diretos e indiretos; da difusão de novas tecnologias e de práticas gerenciais mais modernas. Tudo isso se traduz em ganhos de eficiência e de produtividade, que são, por definição, o próprio desenvolvimento econômico. Não é de admirar, acrescento, que as ZPEs tenham efeitos tão benéficos no que diz respeito à indução do desenvolvimento regional.

A percepção da importância das ZPEs para o desenvolvimento regional é tamanha, que, além das 17 ZPEs já criadas por lei, há, em tramitação no Senado, 24 proposições de diversos Senadores, que autorizam a instituição de Zonas de Processamento de Exportação nas regiões menos favorecidas de seus respectivos Estados.

Neste ponto, gostaria de fazer uma importante digressão. Ao tratar de ZPEs no Brasil, é impossível não falar no Senador José Sarney, que, quando Presidente da República, teve o descortino de tomar posição em

defesa desse importante instrumento de desenvolvimento regional, perseverando até hoje nessa luta.

Tanto isso é verdade, que, recentemente, a sessão de aprovação do projeto de regulamentação do funcionamento das ZPEs transformou-se em justa homenagem ao Senador Sarney.

Também é de autoria do Senador José Sarney a iniciativa da criação das Zonas de Processamento de Exportação nos Municípios de Macapá e Santana, no meu Estado do Amapá. A criação dessas ZPEs será de grande importância para o nosso Estado. A criação das Áreas de Livre Comércio, naqueles Municípios, em 1991, já permitiu a percepção dos efeitos dos benefícios fiscais à região, e, pela sua localização, possibilitou a expansão dos negócios do Brasil com a América Central e a América do Norte.

O Amapá está andando na frente, para dar curso à implantação da Zona de Processamento de Exportação no Estado. O Governo do Amapá foi o primeiro a protocolar, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o projeto de criação da ZPE local, a ZPE do Meio do Mundo, como será chamada, dada a sua localização geográfica, na linha do Equador.

Quero, neste momento, parabenizar o Governador Waldez Góes por essa iniciativa, que representa para todos nós, no Amapá, a esperança de desenvolvimento econômico para nosso Estado.

A proposta de criação da ZPE do Meio do Mundo, que ocupará uma área de 1.800 hectares, prevê investimentos iniciais da ordem de R\$3 milhões, sendo R\$700 mil para a elaboração de projetos, R\$1,3 milhão para obras, R\$800 mil para infra-estrutura básica e R\$200 mil para promoção e outras despesas.

As oportunidades de investimentos estarão principalmente na mineração, na silvicultura, na exportação de madeira e nas atividades portuárias relacionadas ao transporte de grãos.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes na Casa, as Zonas de Processamento de Exportação podem ser um belo modelo para o desenvolvimento das regiões mais carentes do Brasil, notadamente das regiões Norte e Nordeste. É o caso do Amapá. Lá, agora, as atividades econômicas que passarão a existir – graças aos incentivos fiscais previstos na legislação recentemente criada – gerarão riqueza, desenvolvimento e empregos para o nosso Estado. É o que esperamos que esse modelo possa trazer não só ao Amapá, mas também a outras regiões tão carentes do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos associar-nos ao pronunciamento de V. Ex^a no que diz respeito à importância das ZPEs.

Representando o povo do Piauí, quero dar o testemunho de que o Presidente Sarney foi um extraordinário Presidente da República. Além de ter garantido o renascimento da democracia, da transição, no que diz respeito às ZPEs, mostrou sua criatividade e visão de futuro.

Gostaria de salientar que onde nasci, no norte do Piauí, ele é muito querido; recebeu, inclusive, o título de Cidadão Parnaibano. Ele fez o Projeto Tabuleiro Litorâneo, que beneficia Parnaíba e São Bernardo do Maranhão com agricultura irrigada.

A Embrapa teve grande avanço no Governo Sarney, que criou um Centro de Tecnologia na cidade de Parnaíba. Como esse centro não foi consolidado pelos Presidentes que o sucederam, como Governador do Estado, implantei dentro da Embrapa uma faculdade de Agronomia, com avanços na carcinicultura.

A ZPE o Presidente Sarney implantou e inaugurou. Foi uma das primeiras lançadas, entre a cidade de Parnaíba e Luís Correia. Cremos nessa investida. Pedimos ao Presidente Luiz Inácio, em atenção ao povo do Piauí e do norte do Estado, no qual teve votação maciça, que continue aquele sonho do Sarney.

Agora, sou obrigado a lamentar que o Governo do Presidente Sarney tenha terminado em 1989. Vai fazer quase 20 anos que desse sonho ainda não acordamos. Que a ZPE de Parnaíba e Luís Correia, uma das primeiras implantadas no projeto do Presidente Sarney, aconteça no Governo de Luiz Inácio.

Convidamos, para uso da palavra, o Senador Alvaro Dias. S. Ex^a é tucano do Estado do Paraná e se ausentou por quatro meses, para fazer estudos sobre política social nos Estados Unidos. Seu currículo está aproximando-se do currículo do seu chefe, Fernando Henrique Cardoso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Estou muito longe disso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs Senadores, primeiramente quero fazer uma abordagem sobre a situação da economia nacional.

“O Brasil melhorou muito, mas ainda há vulnerabilidades”. A frase é de um professor de economia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, especialista

na análise de crises em países emergentes, a qual deve ser levada em conta diante da crise que abala os mercados financeiros.

Na semana que passou, em apenas 48 horas, a crise que assaltou os mercados financeiros mundiais consumiu algo em torno de US\$300 bilhões dos principais bancos centrais. Esse montante não possui precedente nos últimos seis anos.

Em que pese o Brasil desfrutar de uma situação mais sólida, alerta o especialista: deixam a desejar os avanços institucionais, como o controle da corrupção, a governança corporativa, a regulamentação e a transparência financeira.

O que alertamos inúmeras vezes, fazendo coro com os especialistas: o período de liquidez abundante não duraria para sempre e perdemos muitas oportunidades nessa fase. Estamos realmente saindo de um longo período de liquidez excessiva, “em que os investidores estavam estacionando o seu dinheiro em qualquer lugar que promettesse retornos”.

Como adverte esse professor da Universidade da Califórnia: “Na prática, qualquer lugar inclui mercado acionário e mercado imobiliário da América Latina. Devemos esperar o melhor, mas nos preparar para o pior”.

A crise serve para reavivar a memória de todos. Como tão bem escreveu Miriam Leitão: “Não há ciclo que dure para sempre; não há proteção completa contra crises globais; a liquidez pode sumir de repente...”.

A lentidão do Governo Federal contrasta com a necessidade de medidas urgentes em vários setores. Vejamos o exemplo das PPPs: nunca saíram do papel. A não ser em alguns Estados, que foram ágeis e competentes: a Bahia utiliza a PPP para construir um emissário oceânico; São Paulo, uma linha importante do metrô e Minas Gerais faz ligações importantes de estradas.

Portanto, Sr. Presidente, há nesse momento uma turbulência no mercado que deve alertar o Governo brasileiro. O objetivo dessa introdução ao pronunciamento de hoje foi apenas este, o de alertar o Governo brasileiro diante dessas dificuldades que advirão da turbulência internacional.

Mas, Sr. Presidente, encaminhei à Mesa requerimento que propõe Voto de Aplauso ao empresário Assis Gurgacz pela passagem do oitavo aniversário da fundação da Faculdade Assis Gurgacz, instituição de ensino superior com sede na Avenida das Torres, no município de Cascavel, Estado do Paraná, pelo trabalho realizado em prol da educação no meu Estado.

O empresário Assis Gurgacz instituiu, em outubro de 1997, a Fundação que leva o seu nome, uma entidade sem fins lucrativos, que hoje já possui um histórico de atuantes intervenções junto à comunidade na prestação de serviços sócio-educativos, nos aspectos mais importantes de uma sociedade, tais como as transformações sociais, manifestações do espírito democrático, desenvolvimento de valores éticos e da consciência cidadã. Desde sua criação, a Fundação sempre esteve atuante junto à comunidade em que se insere. Suas ações buscam atender às necessidades locais e regionais, diagnosticadas por especialistas em problemas geopolíticos. O universo social é atendido por programas sócio-educativos que visam à promoção do ser humano, na perspectiva crítica e emancipada, afastando, portanto, qualquer ação simplesmente assistencialista.

Com este mesmo escopo criou a Faculdade Assis Gurgacz, que é, hoje, uma das instituições de ensino superior que mais cresce no Paraná. Com oito anos de existência, a FAG é referência na região Oeste do Estado pela diversidade de cursos de graduação e pós-graduação e também por sua estrutura moderna e surpreendente. O campus da FAG revela a atenção pela imponência de seus prédios. O projeto da obra prevê um total de 120 mil metros quadrados de área construída.

Além dos grandes blocos de salas de aula, o campus conta com o prédio de laboratórios de Engenharia e Arquitetura; as Clínicas FAG – uma arrojada obra que chama a atenção do visitante já na entrada do campus; quadras poliesportivas; o campo de futebol; o Centro de Vivência da Terceira Idade e uma reserva ambiental com 17,4 hectares.

Ao todo, são 173 salas de aula à disposição dos acadêmicos, além de 84 modernos laboratórios. O prédio da Reitoria é um edifício com 5 mil metros quadrados que conta com um auditório para 780 pessoas. Provisoriamente, o prédio da Reitoria também abriga a biblioteca, que, em seguida, terá seu próprio espaço. As próximas obras serão um ginásio esportivo e um ginásio aquático – que completarão a estrutura das quadras cobertas existentes hoje –, um teatro e, por último, uma grande área de vivência envolta em um centro comercial.

A Faculdade Assis Gurgacz ministra cursos de graduação e pós-graduação. Os cursos de graduação criam espaços para discussões, conhecimento e desenvolvimento de uma visão crítico-reflexiva acerca da profissão, da sociedade e de um mundo cada vez mais

globalizado. Além de promover oportunidades de aplicação prática da teoria apreendida em sala de aula.

A FAG continua investindo na abertura de novos cursos para suprir outras necessidades do mercado de trabalho, ministrando hoje os cursos de Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharias, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Jornalismo, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Secretariado Executivo.

A Faculdade Assis Gurgacz deverá, nos próximos anos, constituir-se em referência no ensino superior para toda a Região Sul do Brasil, através da valorização do seu corpo de colaboradores e reconhecimento da qualidade do ensino ministrado, de tal forma que a sua transformação em universidade se dará como a consequência natural de um processo de desenvolvimento. Esse é o pensamento que norteia o seu corpo administrativo.

Pelo incontestável papel que vem exercendo no desenvolvimento social, educacional, político e econômico do Paraná, o empresário Assis Gurgacz tornou-se merecedor do mais profundo respeito da comunidade paranaense e brasileira, razão pela qual, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeri o voto de aplauso e congratulações, já que, sem dúvida nenhuma, é um feito notável a favor do ensino superior do nosso País, uma contribuição importantíssima do setor privado, já que, é claro, o setor público, pela capacidade limitada de investir, não tem condições de atender a todas as necessidades do ensino superior no nosso País.

Está de parabéns a Faculdade Assis Gurgacz no seu oitavo aniversário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agrademos pelo seu pronunciamento, no tempo regimental.

Chamamos para fazer uso da palavra o Senador Mário Couto que representa o Estado do Pará, pelo PSDB.

Informo a V. Ex^a que a sua voz não é mais só do Pará. Recebo muitos *e-mails* de todo o Brasil e junto vêm aplausos para V. Ex^a, pela brava maneira com que está defendendo o povo do Pará e do Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago, na tarde de hoje, um assunto que é do interesse – tenho certeza – não só do meu querido Estado do Pará, mas

também do nosso País. Trata-se de uma preocupação que temos eu o Senador Flexa Ribeiro há muito tempo, porque sentimos na carne que tal situação, com certeza, só acontece, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque exatamente os que sofrem são os pobres, que ficam à mercê das decisões do Governo, que não olha para eles, que estão distantes dos seus olhos. O Governo só olha para tais pessoas no momento de estabilizar sua segurança política, como no caso do Bolsa-Família, que cria um paredão de aço diante do Presidente da República. E não estou criticando o Bolsa-Família; ao contrário, sou altamente favorável a ele, mas penso que, de vez em quando, deve ter o seu valor corrigido. O Bolsa-Família, repito, é um paredão de aço que protege o Presidente da República. Mas há questões que Sua Excelência faz que não sabe, faz que não vê.

Nós, aqui, Presidente Mão Santa, discutimos o Fundeb. V. Ex^a estava presente na reunião em que o Governo tanto disse que, com a saúde e com a educação, o Lula não brinca. Esqueceu-se de dizer também que não brinca com a segurança pública, por exemplo, com o abandono das estradas brasileiras, de que vou falar daqui a pouco. Esqueceu-se de dizer que não brinca com o caos aéreo, com a saúde deste País, enfim.

A educação não é – cheguei à conclusão – a preocupação fundamental deste Governo. Diz ele que são: saúde e educação. Não vejo assim e vou provar na prática isso aqui hoje.

Votamos aqui o Fundeb. Aplausos ao Fundeb! Vamos aplaudir o Fundeb. Vai melhorar a educação no País. Vai melhorar ainda mais que o Fundeb. Entretanto, estamos vendo que falta muito para melhorar.

Vamos falar deste assunto agora. Deixaram fora desse projeto, depois de muita persistência minha e do Senador Flexa Ribeiro, o transporte escolar. Deixaram fora o transporte escolar. Votamos no Fundeb porque achávamos que era um plano que iria beneficiar a educação do nosso País, Presidente Mão Santa. Fizemos um acordo com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, no sentido de que S. Ex^a iria resolver o problema do transporte escolar. “Podem deixar que eu vou resolver”, disse o Líder do Governo. Confio nele e aprendi até a admirá-lo, mas já se passaram meses, Presidente, e os alunos pobres do interior do Brasil estão sem transporte escolar e, logicamente, sem ir às escolas.

Este é o nosso País! Este é o Brasil que se diz preocupado com a educação! E eu quero convidar quem duvidar... Quero convidar quem duvidar de mim! Quem duvidar de mim eu quero convidar para ir, pes-

soalmente, a comunidades do meu Estado, a vilas do meu Estado, e verão quantos alunos pobres estão lá, no interior, sem transporte escolar e sem ir à escola. Quero mostrar tal situação para quem duvidar de mim!

É lógico que isso acontece. E o Governo Federal não liga para isso, que é obrigação sua. Os prefeitos cobram do Estado, os Estados dizem que é obrigação do Governo Federal e que o Governo Federal não repassa para os Estados o dinheiro do transporte escolar.

Ora, Presidente, como estão os prefeitos do interior deste País? Será que os prefeitos têm condições de bancar mais essa atribuição, com tantas que já lhes foram dadas? O prefeito tem o Fundo de Participação de Municípios alterado todo mês e, em alguns meses, há quebra de 60% do repasse para os prefeitos – 60%! Há prefeitos com atraso na folha de pagamentos. Estou falando de prefeitos sérios. Há prefeitos corruptos, que não pagam o funcionalismo porque fazem a corrupção.

É muito fácil observar um prefeito corrupto. Basta entrar na cidade e fazer algumas perguntas. V. Ex^a sabe disso, Senador Mão Santa, pois foi Governador do seu Estado, prefeito, anda muito no interior, como eu. Eu dediquei – e digo isso de viva voz, orgulhoso! – parte da minha vida ao interior do meu Estado. Percorro os 143 Municípios do meu Estado por ano. E olhe que são distantes um do outro. São distantes, mas eu o faço. Meus finais de semana são dentro de um avião, ou de ônibus, ou de um carro, percorrendo o interior do Estado. Falo de cátedra. Falo com conhecimento, Senador Mão Santa, porque pratico, vejo, sinto, observo.

Prefeitos que não têm condição – falo dos sérios! – de pagar o seu funcionalismo público, como vão pagar transporte escolar? prefeitos que não têm condição de recuperar uma estrada vicinal para chegar às vilas como vão alugar ou comprar ônibus escolar?

Lembro as estradas vicinais. Se as federais, as BRs já não podem servir o povo deste País porque estão acabadas, totalmente acabadas – e vou entrar neste assunto daqui a pouco –, como se pode pensar nas estradas vicinais, aquelas que vão da sede do Município às colônias, às comunidades, se nenhuma, com certeza absoluta, oferece condições de tráfego? Ou melhor, para não exagerar tanto, são raríssimas aquelas que oferecem condição de tráfego! Como pode um prefeito pegar o dinheiro que o Estado não lhe repassa e que Governo Federal não repassa ao Estado? E o Estado não tem condições de repassá-lo para o Município.

Visitei alguns Municípios do interior do Pará há poucos dias, e os prefeitos de Goianésia, de Tucuruí,

de Palestina, de Brejo Grande, enfim quase todos os prefeitos das várias cidades que visitei diziam-me – olhem aí, brasileiros e brasileiras, paraenses, o que vou falar agora – que o Governo do Estado passa por ano R\$40 mil.

Cito o exemplo de uma cidade cuja prefeitura gaste com transporte escolar R\$400 mil. É um absurdo! Chega uma hora em que esse prefeito vai dizer assim: “A responsabilidade não é minha; é do Governo Federal. A responsabilidade é do Presidente Lula, não é minha, como prefeito”. E passará a não mais transportar os alunos.

Como a educação deste País pode ir bem, Sr^{as} e Srs. Senadores? E aí, Presidente, como a educação deste País pode ir bem se ainda existe grande quantidade de alunos sem poder estudar neste País por falta de transporte escolar? Isso é um absurdo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que precisa ser acabado imediatamente!

O Líder do Governo nos prometeu que, imediatamente, este problema estaria resolvido; que ele, Romero Jucá, iria resolvê-lo com o Presidente da República. Repito: confio no Romero Jucá, mas quero saber dele próprio. Espero que, se ele não estiver me ouvindo, alguém lhe fale da minha preocupação, do tempo que este assunto foi tratado aqui.

Tenho certeza de que, enquanto não resolvermos esse problema, estaremos deixando sem escola muitos, muitos jovens pobres que moram no interior do interior deste País. Às vezes, o pai e a mãe não têm condição de pagar um dentista para arrancar o dente de seu filho e deixam o filho chorando com dor de dente, preferindo comprar comida para não passar fome. Ainda têm de deixar o seu filho sem estudar porque não há transporte escolar para levá-lo ao colégio.

Isso é o Brasil. É o nosso País. É o País que diz que a educação melhorou sensivelmente. É o País que diz que lançou o PAC da educação. Será, Presidente? Pergunto a V. Ex^a: será que o Presidente Lula não sabe disso? Acho que o Presidente não vai aonde nós vamos, não vai ao interior do interior, e ninguém pode culpá-lo por isso. O Presidente tem muitas tarefas e é capaz de não ter tempo de ir aonde nós vamos, Presidente, mas será que não há nenhum assessor, nenhum ministro, ninguém que possa dizer ao Presidente da República que ainda existem, neste País, milhares de crianças pobres que estão deixando de ir à escola por falta de transporte escolar?

Nós, Senadores da Oposição, votamos a favor do Fundeb, na certeza de que esse problema seria resolvido, Presidente, e até hoje não foi resolvido.

É a tal história dos prefeitos que vieram de pires na mão para Brasília, aplaudiram o Presidente da República, mas, até hoje, o compromisso que o Presidente assumiu com os prefeitos não foi cumprido.

A situação das prefeituras é terrível neste País! É terrível! Os prefeitos se reuniram mais uma vez – não era a primeira vez, não era a primeira vez! Mais uma vez, os prefeitos se reuniram numa grande concentração, pegaram ônibus nas suas cidades, vieram aqui, pediram uma audiência com o Presidente da República, o Presidente imediatamente, sensibilizado com os problemas das prefeituras, disse: “Podem deixar. Podem deixar que eu vou resolver o problema de vocês. Vou dar o aumento de 1% no FPM”. Foi aplaudido de pé. O Presidente foi aplaudido de pé pelos prefeitos por causa da promessa que fez. E não seria uma grande coisa. Não seria um grande aumento, mas iria solucionar uma série de problemas municipais que existem neste País.

Quantos servidores municipais, Presidente, quantos servidores municipais estão endividados hoje nas mercearias do interior – quantos? – porque o prefeito não paga o salário deles em dia? Façam uma estatística de quantas prefeituras estão com os salários municipais atrasados neste País e vejam quantos servidores municipais hoje passam necessidade neste País.

O Presidente da República, sensibilizado disse: “Vou resolver o problema. Não posso dar muito, mas vou dar o aumento de 1%”. Foi aplaudido de pé. E cadê o aumento de 1%? Quando foi dado, Presidente? V. Ex^a sabe se já deram? Já foi dado? Não. Não adiantaram os aplausos de pé, não adiantou a choradeira, não adiantaram as explicações de cada um, não adiantou cada prefeito mostrar como seu Município está endividado, como o salário de seu funcionalismo está atrasado, como há alunos no interior do interior que não têm transporte escolar para estudar. Não adiantou dizer que as vicinais não têm condições para transportar o produto do agricultor, a farinha, o milho e o arroz. Às vezes, muitos agricultores põem nas costas o seu produto e andam quilômetros e quilômetros de distância para chegar no asfalto e pegar um transporte para ir a uma grande cidade vendê-lo.

Essa é uma realidade brasileira, Senador Valdir Raupp. Vejo com os meus próprios olhos, assisto a essas cenas.

Senador, eu estava à beira de um forno de torrar farinha, numa comunidade onde fui entregar umas chapas para fazer forno a um agricultor amigo. Isso faz mais ou menos uns três anos. Cheguei lá às 10 horas da manhã. Lógico, fui a pé. Quando conversava com a

família, vi que o meu amigo estava isolado num canto, muito triste, quase chorando. Perguntei-lhe por que estava daquele jeito. Ele disse que saiu de casa às cinco horas da manhã, com quatro sacos de farinha em cima do burro, e que, ao passar num igarapé que estava cheio por causa da forte chuva caída de madrugada, o burro escorregou em uma poça de água e os sacos de farinha caíram. Ele perdeu todo o produto, o que significava uma semana sem nenhuma remuneração. Significava uma semana de fome.

Essas são as estradas vicinais do nosso País. Ainda não cheguei às BRs, Senador.

A **Veja** desta semana mostra que o nosso País pode crescer.

Eu acredito, espero, desejo. Não sou daqueles que pedem o mal, não sou; não sou daqueles que desejam o mal do outro para crescerem. Não sou, ao contrário, Senador, sou daqueles que desejam o bem. Quero o sucesso deste Governo, quero que o meu País cresça. Mas olhe o que a **Veja** diz, e é verdade, é a pura realidade dos fatos. Ela diz que o Brasil tem uma rara oportunidade de crescimento, mas que o País vai enfrentar uma barreira violenta pela falta de infra-estrutura. É verdade. Veja, aqui está uma reportagem muito interessante – se V. Ex^a não a leu, leia –, que traz a cada um de nós, ao lê-la, uma preocupação profunda: falta infra-estrutura, é preciso vencer essa guerra.

No mês de julho deste ano, Presidente Mão Santa, morreram, só no mês de julho, mês de férias no País, 669 pessoas nas estradas brasileiras. Repito: 669 pessoas morreram nas estradas brasileiras. Houve um Senador, ou uma Senadora – eu não estava presente, mas ouvi os comentários –, que, ao querer defender o Governo, disse: “O avião caiu, morreram 188 pessoas, mas nas estradas morrem mais”. Só que o Senador, ou a Senadora, esqueceu que a recuperação das estradas também é obrigação do Governo Federal.

Não sei se é má vontade ou falta de fiscalização. O jornal **O Estado de S. Paulo** diz que o Governo Lula liberou, em 2006, R\$2 bilhões – bi, bi, bilhões – para recuperar as estradas brasileiras. Diz assim: Governo gasta quatro vezes mais – olhem a reportagem de **O Estado de S. Paulo**: Governo gasta quatro vezes mais e rodovias continuam ruins. E quem é que diz isso? O TCU. Esse dinheiro saiu pelo ralo. Os R\$2 bilhões saíram pelo ralo.

Outro dia me entenderam mal, Senador, porque eu defendi uma argüição mais profunda ao próximo diretor do Dnit. Todo mundo veio em cima do Senador Mário Couto, porque não havia necessidade, porque não tinha denúncia... O Dnit é um órgão que vai mexer

com R\$12 bilhões/ano; é um órgão de muita responsabilidade. Por isso eu fui fundo, vou fundo e estarei sempre atento. Precisamos mostrar ao Presidente da República do nosso País que as estradas brasileiras estão matando muita gente.

E não são só as estradas. Já, já, Mão Santa, vamos ter problemas na parte energética deste País. Já, já! Não demora muito. Não pense o Presidente que ele vai deixar este problema para o próximo Presidente. Não pense ele. Se providências não forem tomadas nesse sentido, já, já vamos ter problema de energia neste País.

Ferrovias! Ferrovias altamente obsoletas. Ferrovias que não suportam mais o crescimento. Ferrovias antigas. Quais foram as novas ferrovias feitas neste País? Qual foi o tratamento que se deu aos portos? Aos aeroportos?

Ah, o PAC! O PAC vai transformar este País em um canteiro de obras. O PAC é o salvador da Pátria. Lançaram o PAC. Valor do PAC: R\$15 bilhões. Agora vai! São R\$15 bilhões injetados neste País em infra-estrutura. Agora vai, agora vai! Pode ser até que os alunos não tenham transporte escolar. Coitados! Coitados!

A Governadora do Estado... Eu nem queria falar mais dela, mas me lembrei de uma coisa que não pode passar, pois incomoda. A Governadora do meu Estado deveria estar preocupada exatamente com isso. Deveria vir aqui pedir ajuda a nós, Senadores, para que, junto com ela, cobrássemos do Ministro, do Presidente da República, do Líder do Governo, como sempre fazemos.

Isso é o que eu gostaria que a Governadora do Pará fizesse. Mas ela me parece orgulhosa; ela não quer fazer isso.

E ainda mais: sabem o que ela fez agora no mês de julho? Eu não queria mais falar em Ana Júlia Carepa, não pretendia. Mas sabem o que ela fez no mês de julho? Decretou feriado na sexta-feira para todos os funcionários do Estado. "Ninguém precisa trabalhar na sexta-feira. O Estado está bem, está rico. Acabou, meus amigos! Vão para as férias, vão para as praias. Podem tomar banho em Salinas, em Mosqueiro ou onde for. Não é preciso trabalhar nas sextas-feiras neste Estado. O Estado é rico e eu banco tudo". Que loucura, rapaz! Sr. Presidente, que loucura!

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, são R\$15 bilhões para o PAC, e apenas R\$4 bilhões estão sendo licitados. O meu Estado, por exemplo, o Pará, tem seis meses de chuva e seis meses de sol. No final de dezembro já começa a chover. Já estamos no meio de agosto, há mais três meses para licitar, setembro,

outubro e novembro. Ou seja, se as obras começarem em novembro, terão de parar em dezembro. Se começarem em novembro, terão de parar em dezembro! Isso se começarem. Quem dera! Como eu sonho em ver a Transamazônica construída, Sr. Presidente. Como eu sonho em ver as eclusas de Tucuruí...

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já concederei um aparte a V. Ex^a.

Ah, como sonho em ver as eclusas de Tucuruí acabadas, porque não foram terminadas até hoje. Como sonho! Gostaria de festejar, nem que fosse de longe, porque, claro, não me vão convidar. Mas não faço questão. Quero festejar de longe mesmo; não preciso estar perto, nem no palanque. Não preciso! Quero festejar de longe, mas quero ver. Antes de morrer quero ver a Transamazônica e as eclusas construídas.

É com muito prazer que ouço o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Ouço com muita atenção, nobre Senador Mário Couto, seu pronunciamento, fazendo apelos e mais apelos e com razão. E o que a revista *Veja* traz esta semana sobre a questão da infra-estrutura também tem muita razão. A infra-estrutura do nosso País está carente de investimentos. Mas não é de agora, é de muito tempo. Na época do Governo Fernando Henrique eu apoiei – eu era Governador na época – o programa Avança Brasil, que foi muito importante para o Brasil. Foi um período curto, mas trouxe alguns resultados positivos. Construímos em Porto Velho, capital do nosso Estado, um porto graneleiro; também construímos um outro terminal em Itacoatiara, no Amazonas, que fazia parte do programa Avança Brasil. E havia um gerente para cada obra na época do Governo FHC. Vejo que todos os programas lançados, se levados a sério, são importantes. E o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – creio que veio em boa hora, porque existem muitos gargalos na infra-estrutura nacional. São necessários investimentos pesados nos portos, nas ferrovias, nas hidrovias, nas rodovias, nas usinas, na geração de energia elétrica; caso contrário, teremos problemas. O Brasil começa a crescer. No momento em que o mundo atravessa algumas dificuldades, o Brasil está pronto para o crescimento e o Programa de Aceleração do Crescimento já trouxe um efeito psicológico no primeiro ano. Então, não importa que neste ano as obras sejam apenas licitadas e contratadas para terem início no ano que vem. O importante é que esse programa vai até 2010 e poderá estender-se, quem sabe, com

outros Governos, porque o Presidente Lula foi reeleito, logo não será o Presidente da República a partir de 2011. Virão outros governantes e é importante que os programas lançados agora, essas obras de grande envergadura lançadas agora, tenham continuidade. No meu Estado está sendo lançada uma obra de suma importância para sustentar o crescimento econômico do Brasil: as hidrelétricas do rio Madeira, são elas a de Santo Antônio e Jirau, sobre as quais falarei daqui a pouco no meu pronunciamento. Mas também no Estado de V. Ex^a, no Pará, há a usina de Belo Monte, que também é indispensável para o Brasil e vai acabar saindo, assim como as usinas nucleares. O Brasil não tem como deixar de aproveitar as suas potencialidades hídricas e nucleares, porque vai faltar energia. A partir de 2011 e 2012, mesmo com a entrada do Madeira, do Belo Monte, se o Brasil continuar a crescer entre 5% a 6% ao ano, não vai haver energia suficiente. Problemas também estão acontecendo nos terminais portuários e aeroportuários, com o problema do fluxo de passageiros que vem aumentando a cada ano. Serão necessários, portanto, investimentos em infra-estrutura em todas essas áreas. Essa é a macro infra-estrutura do nosso País para a qual V. Ex^a está coberto de razão em pedir e cobrar investimentos federais. Concluindo o meu aparte, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, veio em boa hora e vai se estender por muitos anos, trazendo investimentos concretos, reais, e, repito, só o efeito psicológico do seu lançamento já está trazendo aceleração à economia do nosso País. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador, primeiro quero agradecer a V. Ex^a o aparte, como sempre singular, inteligente. V. Ex^{as} que são da base do Governo, quando se critica o Governo – e estou criticando com boas intenções, fazendo uma crítica construtiva, é lógico, responsável, e desejando sucesso, sempre isso, porque quero que meu País cresça, que o meu Estado cresça –, V. Ex^{as} citam o Fernando Henrique Cardoso. Vale salientar, Senador, que o Lula já tem quatro anos e meio de Governo. Então, ele teve muita oportunidade de fazer. Quatro anos é um bom tempo para fazer. Aí não se pode justificar com erros do Fernando Henrique Cardoso.

Em junho, o número de acidentes nas estradas foi de 6.900. Acidentes! Essas estradas já deviam estar recuperadas. São quatro anos e meio de Governo. A Rede Globo mostrou, na campanha política, Senador, a situação da estrada que vai do Maranhão ao Pará.

O que diz aqui é terrível! São centenas de pessoas que morrem nessas estradas. Vou repetir: no mês

de julho, morreram 669 pessoas nessas estradas. É sério, é muito sério! Quero mostrar esse quadro à Nação brasileira, ao meu Estado. Esta crítica é construtiva: que o Presidente possa ver imediatamente que estão morrendo diariamente centenas de pessoas nas estradas brasileiras.

O País quer produzir soja, milho, feijão, arroz. A soja, por exemplo, antes do transporte, tem um custo final – vamos colocar em percentuais – de 40%, mas, quando soma com o custo de transporte, sobe para 80%. Antes de acrescentar esse valor, a soja brasileira é mais barata do que a produzida nos Estados Unidos; depois, torna-se mais cara. Isso é sério! Por que o transporte é tão caro no nosso País? Ora, se o pneu de caminhão é feito para durar um ano, nas estradas brasileiras dura, seis meses, assim como as peças e o combustível. Olhem como é sério!

E não quero que pensem que estou fazendo ceninha, que estou aqui só para criticar o Governo Lula. Estou aqui para defender meu Estado, estou aqui para defender o meu País! E faço igual ao Mão Santa: ninguém pode me tirar daqui, Mão Santa! Vão ter de me aturar por um bom tempo! Vão ter de me entender! Vão ter de me entender!

Diz a notícia da **Agência Estado**:

Um caminhão se acidenta a cada cinco minutos nas estradas federais. [Minha Santa Filomena, meu Deus do céu! Se a segurança é uma guerra, se o tráfego aéreo virou uma guerra, as estradas também viraram uma guerra! Precisamos ganhar essa guerra.] Um caminhão se acidenta a cada cinco minutos nas estradas federais. É o que mostra o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, com base em dados revisados recentemente pela Polícia Rodoviária Federal. Também foi feito o *ranking* de gravidade das rodovias, que aponta a Fernão Dias como a pior estrada do País. No Estado de São Paulo, porém, os trechos mais críticos estão na Régis Bittencourt.

Um caminhão a cada cinco minutos se acidenta nas estradas brasileiras!

Sr. Presidente, desço desta tribuna com a sensação de dever cumprido. Faço um novo alerta ao Líder do Governo, para que possa cumprir seu compromisso com os Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro. S. Ex^a nos prometeu que seria enviada imediatamente para este Senado uma medida provisória que resolveria os problemas do transporte escolar. Desço desta tribuna afirmando mais uma vez, Sr. Presidente, que confio, reconheço e admiro a capacidade e a forma

com que o Líder do Governo se relaciona com cada um de nós e espero que S. Ex^a possa resolver tão grave problema, como o dessas milhares de crianças que estão no interior do interior deste País sem estudar, porque estão esperando que o Governo Federal, que o governo dos Estados resolvam seus problemas de transporte escolar.

Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço, novamente, a V. Ex^a por sua postura e o carinho que tem com este Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador do Pará, queremos dizer que a decepção se estende ao Nordeste também. Aproveitaríamos a presença do Líder do PMDB para dizer que palavras são fáceis, siglas mais ainda. Vi uma Parceria Público-Privada (PPP). Agora, continua-se com um “P”, graças ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Então, pediria ao Presidente Luiz Inácio que se lembrasse das obras inacabadas do Piauí e da Parnaíba, que também começam com a letra “P”.

O porto do Piauí, ele o prometeu. Quanto à estrada de ferro, ele iludiu Alberto Silva, grande brasileiro e engenheiro ferroviário. Lamento, Luiz Inácio, mas não trocaram um dormente. Vossa Excelência iludiu Alberto Silva, dizendo que os trens iam funcionar.

E esse tabuleiro litorâneo? As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), o Presidente Sarney as lançou lá. Vamos ver!

E a ponte que prometeu fazer nas comemorações dos 150 anos de Teresina? E Teresina já vai fazer 156 anos. Senador Raupp, não sou Alberto Silva, engenheiro, mas, no mesmo rio, fiz uma ponte em 87 dias. E o Heráclito fez uma ponte em 100 dias. Há seis anos, Luiz Inácio foi lá e a prometeu.

Lembro também o hospital universitário, por que tanto bradamos e que solicitamos; a Transcerrados, que vai gerar riqueza; e um pronto-socorro municipal. Enfim, são obras inacabadas. E há promessas de novas obras.

Penso que a grande obra – estamos aqui para ensinar o Presidente da República – seria a conclusão das 400 obras inacabadas deste País, anunciadas pelo Tribunal de Contas da União.

Convidamos para usar da palavra o Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp. Faça-lhe um pedido: no seu apelo em relação a obras no seu Estado, Rondônia, também se lembre das obras inacabadas do Piauí!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil

realmente precisa de muitos investimentos em infra-estrutura. E não vem de agora; há décadas, o Ministério dos Transportes vem diminuindo os seus investimentos no setor de rodovias, portos, enfim na infra-estrutura rodoviária, ferroviária e portuária deste País.

Vejo que agora chega um alento. O Programa de Aceleração do Crescimento vai investir um pouco mais pesado, se não ainda satisfatórios, mas números bem mais alentadores do que no passado.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, para falar dos investimentos das usinas hidrelétricas do rio Madeira, no meu Estado de Rondônia.

Foi publicado, hoje, o **Diário Oficial** da União, a portaria do Ministro de Minas e Energia que autoriza a Agência Nacional de Energia Elétrica a realizar, em 30 de outubro deste ano, um leilão de compras de energia proveniente da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio a ser construída no rio Madeira, em Rondônia.

A notícia não poderia ser melhor. Depois de anos de incertezas e atrasos, ao longo dos quais não me cansei de levantar a bandeira da importância para Rondônia e para o Brasil da construção das hidrelétricas projetadas para o rio Madeira, finalmente posso vir a esta tribuna para anunciar que a aspiração começa a ganhar contornos de realidade.

Não há dúvida, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que estamos dando um passo decisivo e altamente significativo para garantir que aceleração do crescimento – cujos efeitos, de resto, já começamos a sentir, com aumento de 4,8% da produção industrial no primeiro semestre deste ano – sejam estendidos e ampliados nos próximos anos.

Devemos, portanto, festejar essa notícia, após tanto tempo de expectativas e esperanças frustradas, pelas perspectivas alentadoras que a construção dessa hidrelétrica traz no que diz respeito às nossas necessidades de crescimento econômico e os legítimos desejos de prosperidade da nossa gente, tanto de Rondônia quanto do Norte do Brasil e, por que não dizer, de todo o Brasil.

Quero manifestar meu grande contentamento com o anúncio do leilão, que é compartilhado por todos os rondonienses, prontos a se engajarem nesta grande obra.

Nessas obras – duas grandes usinas: Santo Antônio e Jirau – serão investidos mais de R\$20 bilhões e serão gerados entre 30 e 50 mil empregos diretos e indiretos. Porto Velho, a nossa capital, está recebendo, neste momento, por meio de convênios assinados pelo Presidente da República, pelo Governador do Estado, Ivo Cassol, e pelo Prefeito de Porto Velho, Roberto

Sobrinho, recursos da ordem de mais de R\$500 milhões, para serem investidos em saneamento básico, em esgoto, em tratamento de água, em drenagem e em habitação. São obras importantes para sustentar o impacto que vai gerar a construção dessas grandes usinas em Rondônia.

Havia uma preocupação muito grande de que essas usinas trariam mais problemas, mais violência, mais migração, mais problemas de moradia, saneamento, emprego. Mas vejo o contrário: já temos problemas em grande quantidade. Não há como se criar mais problema numa capital como Porto Velho, uma cidade com dificuldades, falta de indústrias, falta de geração de emprego e de renda. A construção dessas usinas, por certo, trará investimentos antes da sua obra. Antes do início da construção, já está levando R\$500 milhões para investir em obras de infra-estrutura na capital, Porto Velho.

O desenvolvimento e o progresso dessas obras vão se estender por todo o Estado de Rondônia já na sua fase de construção. Primeiro, foi assinado convênio para cidades acima de 150 mil habitantes. Daqui a pouco, será assinado para cidades abaixo de 150 mil habitantes. Esse desenvolvimento chegará em todo o Estado de Rondônia. Onde os governos estaduais e municipais estão assinando convênios de investimentos, será gerado emprego e melhorará a qualidade de vida da população.

Espero que, muito breve, tenha a oportunidade de voltar aqui, diante dos Sr^{as} e Srs. Senadores, para anunciar a data do leilão da Usina de Jirau, a segunda usina. Oito meses a um ano depois de realizado o leilão da Usina de Santo Antônio, proceder-se-á também ao leilão da Usina de Jirau. São dois empreendimentos que trarão muito progresso para o Estado de Rondônia.

Da mesma forma, eu falava aqui das usinas de Belo Monte, no Pará, das obras que estão sendo lançadas em todo o País. Sei que obras desse porte não se concluem em apenas três anos ou três anos e meio. É claro que o Governo Lula, dificilmente, irá inaugurar as usinas do Madeira, porque são obras que vão durar, no mínimo, cinco ou seis anos. Houve o caso da construção de uma pequena usina no meu Estado, que começou no Governo militar, passou pelo Governo Sarney e o Fernando Henrique foi inaugurá-la. Era uma usina de 220 megawatts e demorou quatorze anos para ser construída – a Hidrelétrica de Samuel. Estou falando de usinas de 6.500 megawatts, um pouco mais do que a metade de Itaipu. São obras que vão passar de um Governo a outro.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – E veja V. Ex^a diz que Itaipu não levou todo esse tempo. O que V. Ex^a diz – e é uma realidade – é que as obras precisam começar e ter andamento. Temos enfrentado dificuldades, sobretudo por parte do Ibama. Espero que, a partir de agora, as coisas se modifiquem, que melhorem, a partir da votação daquela lei que foi praticamente imposta ao Congresso Nacional como solução para essas autorizações. Nós temos, lá no Maranhão, por exemplo, duas usinas extraordinárias no rio Tocantins. Uma chama-se Serra Quebrada e a outra, Estreito. Ambas estavam já em condições de começar a construção desde o Governo Sarney. Todavia não se começa. Houve uma licitação, formaram-se alguns consórcios. Ganham a licitação e não puderam começar a obra por dificuldades geradas ora pelo Ministério Público, ora por ONGs, ora por índios, ora pelo Ibama. O País precisa dizer o que quer, o que pretende. Enquanto não encontrarmos um caminho de natureza legal para resolvermos tais impasses, não vamos a lugar algum. Este País não pode crescer na proporção que nós todos desejamos – 5%, 6%, 8% ao ano –, se não puder dispor de energia elétrica. E nós não vamos dispor de energia elétrica com essas dificuldades burocráticas que o Governo não consegue remover. Não é possível continuarmos dessa maneira. Ouvi o Presidente Lula dizer que estava insatisfeito com o ocorria no Ibama. Ora, o Chefe do Governo sem ter uma solução para o problema, porque realmente ele não tinha, é de entristecer a nós todos! Ou nós nos damos conta de que o País precisa ter um horizonte e resolver seus problemas de uma vez por todas, ou então vamos ficar patinando para o resto da vida. Estreito começou; começada a obra, foi paralisada por mais de quatro vezes, Senador Valdir Raupp! Por mais de quatro vezes, o consórcio teve de paralisar a obra em razão de problemas de Ministério Público, de ONGs, com decisão da Justiça, uma liminar do juiz que o Tribunal cassa em seguida. Não é possível isso! Começa a obra e paralisa quatro vezes! Não vai terminar nunca, mas terminaria em três anos, se não houvesse esses impasses. Portanto, V. Ex^a tem toda a razão nos argumentos que aqui traz. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Ex^a está coberto de razão também, quando fala dos atrasos. Lembro-me da luta que empreendemos para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Já teve início o do Coari-Manaus, e o de Urucu-Porto Velho não saiu do papel, mesmo com a licença ambiental já liberada. Foram quatro anos para liberar a licença ambiental.

Houve briga com o Ministério Público Federal, com o Ibama, problema de reservas, até que foram liberados um termo de ajustamento de conduta e a licença ambiental, em março do ano passado. Portanto, há mais de um ano, o Ibama licenciou a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, mas, até hoje, nem mesmo o contrato foi realizado, porque envolve a Eletrobrás, a Eletronorte, a Petrobras e o consórcio formado para a construção do gasoduto, destinado a abastecer uma térmica de 400 megawatts de energia, que queima 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia – caro e poluente. O gás é 60% mais barato e cerca de 60% menos poluente que o óleo diesel.

Obras desse tipo emperram o desenvolvimento do País, mas espero que, daqui para a frente, com o empenho do Governo Federal, elas possam caminhar em ritmo acelerado, até porque o Brasil, hoje, dispõe de um pouco mais de recursos do que no passado, sem as amarras do FMI. No passado, o FMI não deixava que coisa alguma fosse feita no Brasil. Toda noite, no Jornal Nacional, ouvíamos falar-se em FMI. De uns anos para cá, graças a Deus, não se fala mais em FMI. O FMI é coisa do passado, não impõe, não dita mais as regras no nosso País.

Assim, espero que o Programa de Aceleração do Crescimento, que inclui as usinas do rio Madeira, o gasoduto Urucu-Porto Velho, que está em estudo também, no PAC, e tantas outras obras importantes, federais, estaduais e municipais, possam realmente acontecer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, como Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro sobre o importante trabalho feito pela Defensoria Pública da União e, mais do que isso, para fazer um apelo para que o Ministério da Justiça, onde a Defensoria Pública está lotada, e a própria Casa Civil estudem, com agilidade, a proposta de emenda constitucional que prevê autonomia orçamentária e financeira, Senador Edison Lobão, para a Defensoria Pública da União.

Fizemos isso para as Defensorias Públicas Estaduais, na reforma do Judiciário, e é importante que a Defensoria Pública da União tenha também um ins-

trumento de funcionamento garantido, com melhores condições. A Defensoria Pública da União foi criada pelo art. 134 da Constituição de 1988 para representar a população mais pobre. Os trabalhadores e as famílias, no Brasil, que não têm renda ou que têm renda inferior ao limite de pagamento do Imposto de Renda podem procurar a Defensoria Pública.

A Defensoria Pública atua em diversas áreas, como, por exemplo, na Previdência, ajudando os trabalhadores em questões que envolvam auxílio-doença, auxílio-desemprego, pensão por morte, auxílio reclusão. Os vários mecanismos de apoio da Previdência Social podem ser acionados, judicialmente, por meio da Defensoria Pública da União, por aqueles que não têm advogado constituído.

A Defensoria Pública atua também na Assistência Social – os benefícios de prestação continuada dos programas sociais podem ser requisitados, judicialmente, por meio da Defensoria Pública –; nas ações criminais, nos juizados federais; nas ações coletivas e em outras matérias que digam respeito à questão judiciária federal.

Então, faço esse apelo e registro o excelente trabalho, a respeito do qual dou meu testemunho, da Defensoria Pública Federal de Roraima, que já está estruturada e em funcionamento. Ao fazer esse registro, quero dizer que vamos trabalhar para buscar a autonomia orçamentária e financeira das Defensorias Públicas.

Peço a transcrição da Cartilha da Defensoria Pública, porque pretendo, Sr. Presidente, reproduzi-la, para que a população do meu Estado possa receber as informações necessárias para buscar o excelente trabalho da Defensoria Pública, a fim de defender seus direitos.

Tenho a certeza de que o Governo e o Presidente Lula vão buscar os mecanismos necessários para fazer com que a população mais pobre possa ter a ampliação do trabalho da Defensoria Pública e, portanto, a defesa de seus direitos, de forma legítima, na Justiça Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO JUSTIÇA E IGUALDADE PARA O POVO

SAÚDE
EDUCAÇÃO
PREVIDÊNCIA
MORADIA
LIBERDADE

Seja Cidadão, Lute pelos seus direitos!

CARTILHA

Senador Romero Jucá

CARTILHA DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APRESENTAÇÃO

A presente Cartilha é dirigida ao povo brasileiro e tem como objetivo divulgar o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública da União, identificando a sua missão constitucional e o papel dos seus membros, os Defensores Públicos da União, também chamados de Defensores Públicos Federais.

Aqui, você encontrará informações básicas sobre como exercer os seus direitos, conhecendo um pouco melhor o órgão do Estado que tem o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que necessitarem.

A presente Cartilha é uma singela homenagem ao povo brasileiro, principal destinatário do serviço prestado pela Instituição por intermédio dos Defensores Públicos Federais, sempre incansáveis na busca pela concretização do ideal democrático de justiça, igualdade e cidadania para todos.

O QUE É A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO?

De acordo com o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal de 1988, todo indivíduo, brasileiro ou estrangeiro, possui o direito fundamental de acesso à justiça, ainda que não tenha condições financeiras de pagar um advogado particular. Nesse caso,

o Estado Brasileiro tem o dever de garantir à pessoa que necessite a ampla e gratuita assistência jurídica, por meio da Defensoria Pública, Instituição criada especialmente para esse fim.

A Defensoria Pública da União foi criada pelo artigo 134 da Constituição Federal de 1988 com a missão de garantir o acesso à justiça das pessoas carentes, prestando assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, por intermédio dos Defensores Públicos Federais, a todos aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

A assistência jurídica judicial engloba o ajuizamento de ações, a apresentação de recursos aos Tribunais e a defesa em processos civis ou criminais perante o Poder Judiciário.

A assistência jurídica extrajudicial compreende a orientação e o aconselhamento jurídicos, feitos pelo Defensor Público, além da conciliação e da representação do assistido junto à Administração Pública.

A Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, organiza a Defensoria Pública da União e estabelece que os Defensores Públicos Federais atuarão na Justiça Federal, na Justiça Militar, na Justiça Eleitoral, na Justiça Trabalhista, nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, além dos Juizados Especiais Federais.

A Defensoria Pública da União representará o cidadão contra a União, suas Autarquias, Fundações e órgãos públicos federais (INSS, INCRA, FUNAI, Exército, Marinha, Aeronáutica, etc) ou empresas públicas federais (Caixa Econômica Federal, Correios, etc), ou seja, a Defensoria Pública da União atuará em todos os casos que envolvam o exercício de um direito do indivíduo ou da população carente contra

as entidades públicas federais ou, ainda, outros interesses que estejam submetidos ao Poder Judiciário da União.

É muito importante lembrar que o serviço público prestado pela Defensoria Pública da União é totalmente gratuito.

QUEM SÃO OS DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO?

Os Defensores Públicos da União, ou Defensores Públicos Federais, são profissionais aprovados em concurso público de provas e títulos com, pelo menos, dois anos de experiência jurídica.

No exercício da profissão, o Defensor Público Federal é independente para atuar na defesa dos interesses do cidadão, devendo, inclusive, agir contra o próprio Estado sem receber qualquer punição.

Além de propor ações e apresentar defesa em favor do assistido nos processos judiciais e administrativos, o Defensor Público tem o dever de prestar-lhe orientação jurídica, esclarecendo suas dúvidas e podendo promover, inclusive, a conciliação amigável entre as partes.

QUEM TEM DIREITO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO?

Todo indivíduo que possua uma renda familiar não superior ao limite de isenção do Imposto de Renda – que atualmente é de R\$ 1.257,12 - terá direito à assistência jurídica gratuita.

Entretanto, na hipótese de a renda familiar ultrapassar o valor de isenção do imposto de renda, para obter a assistência gratuita, o indivíduo deverá comprovar gastos extraordinários, como despesas com medicamentos, material especial de consumo, alimentação especial, etc.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Na Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado, que deve implementar políticas públicas para o fornecimento pleno desse serviço às pessoas necessitadas, através do Sistema Único de Saúde. Quando o Estado falha ou se omite nesse dever, surge o direito do indivíduo de exigir-lhe a prestação.

A Defensoria Pública da União pode atuar na representação da pessoa carente que necessite de determinado remédio negado pelo Estado (quando o remédio está em falta no posto de saúde, por exemplo) ou de internação e tratamento em hospital público.

Na Educação

A educação é um direito fundamental da pessoa humana, devendo ser promovida pelo Estado e pela família, de forma a garantir a igualdade entre as pessoas e o exercício da cidadania plena pelo indivíduo.

A União tem o dever de organizar o sistema federal de ensino. A falta desse serviço ou a deficiência na sua prestação geram o direito do indivíduo, ou da coletividade, de exigí-lo.

A Defensoria Pública da União poderá promover ações judiciais ou intermediar acordos com a própria União para garantir o acesso à educação a quem dela necessite.

Na Previdência Social

Sempre que o cidadão carente queira requerer, por exemplo, aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-maternidade, salário-família ou outro benefício previdenciário, poderá se dirigir à Defensoria Pública da União, que poderá representá-lo perante o INSS, os Juizados Especiais Federais ou a Justiça Federal, caso o INSS se negue a conceder o benefício administrativamente.

Na Assistência Social

Em alguns casos, mesmo aquele indivíduo que nunca se filiou à Previdência Social e, por isso, não tem direito a um dos benefícios previdenciários, terá direito a um benefício assistencial denominado BCP – Benefício de Prestação Continuada.

Esse benefício, no valor de um salário mínimo, será pago pelo INSS independentemente de contribuição à seguridade social e será devido a toda pessoa idosa, com idade igual ou maior do que 65

(sessenta e cinco) anos e ao portador de deficiência, que comprovem não ter meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

Na Moradia

A Defensoria Pública da União atuará para garantir ao cidadão hipossuficiente o direito à moradia, apresentando defesas nas ações de imissão ou reintegração da posse promovidas pela Caixa Econômica Federal, ou ajuizando ações judiciais para evitar leilões dos imóveis e promover renegociações dos contratos de financiamento da casa própria celebrados pelo Sistema Financeiro de Habitação, caso se mostrem abusivos.

A Defensoria Pública da União promoverá também ações destinadas a concretizar as políticas públicas de regularização fundiária das terras da União, regularizando as posses consideradas irregulares e garantindo o direito constitucional de moradia à comunidade carente.

Na Liberdade

A Defensoria Pública da União é a Instituição guardiã dos princípios constitucionais que garantem a todos os acusados em processo criminal a mais ampla defesa e o contraditório.

Assim, sempre que algum cidadão for preso, processado criminalmente ou estiver ameaçado de lesão no exercício pleno do

direito de ir e vir, deverá procurar a Defensoria Pública da União para que o Defensor Público Federal tome todas as medidas cabíveis para conseguir a liberdade do assistido.

Os Defensores Públicos Federais atuam na defesa dos acusados perante a Justiça Federal, os Juizados Especiais Federais Criminais, as Auditorias Militares e as Penitenciárias Federais.

Atualmente, a Lei n. 11.449, que entrou em vigor em 15 de janeiro de 2007 e alterou o artigo 306 do Código de Processo Penal, tornou obrigatória a comunicação da prisão em flagrante do indivíduo preso que não possui advogado ao Defensor Público, dentro de 24 horas. A partir de então, o Defensor Público poderá analisar a legalidade da prisão e tomar as medidas cabíveis para a garantia do direito de liberdade do preso.

Nas Ações Coletivas

A Defensoria Pública da União também pode representar, de uma só vez, perante o Poder Judiciário ou fora dele, um grupo de pessoas que tenham interesses comuns, como, por exemplo, todos os consumidores de serviços de energia elétrica, todos os moradores de determinada favela, todos os estudantes que precisem do serviço público federal de ensino, entre tantos outros.

As ações coletivas, como são chamadas, buscam otimizar a atuação da Defensoria Pública, possibilitando que várias pessoas consigam obter o mesmo direito ao mesmo tempo.

O reconhecimento definitivo da legitimidade da Defensoria Pública para o ajuizamento das ações coletivas e da Ação Civil Pública chegou com a edição da Lei nº 11.448, de 15 de janeiro de 2007.

Outras matérias

E mais. Os Defensores Públicos Federais também podem atuar para garantir ao trabalhador o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – o FGTS, para a obtenção e a regularização do CPF perante a Receita Federal, para a garantia dos direitos do consumidor e na defesa de estrangeiros, através do requerimento de vistos, da regularização de permanência no país, do pedido de asilo político, da defesa contra deportação, expulsão, extradição, etc.

Além disso, a Defensoria Pública da União deverá promover a defesa dos direitos humanos fundamentais das minorias: mulheres e crianças vítimas de tráfico internacional para fins ilícitos, idosos, deficientes, homossexuais, negros e povos indígenas vítimas de preconceitos.

PROJETOS ESPECIAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Atualmente, a Defensoria Pública da União vem desenvolvendo Projetos Especiais de interesse de toda a população brasileira, em parceria com a sociedade civil e outros órgãos públicos.

Eis alguns exemplos:

Projeto “DPU Itinerante”

O Projeto “DPU Itinerante” consiste no deslocamento do Defensor Público Federal e da estrutura móvel de apoio às cidades não abrangidas por Unidades da Instituição. O objetivo do projeto é facilitar o acesso da população das mais distantes localidades do Brasil aos serviços prestados pelo Órgão. O lema do Projeto é: “Ir aos mais distantes rincões do país, levando a todos os brasileiros, de forma viva e real, cidadania e justiça”.

Mais de 6.000 cidadãos carentes, que moram no interior do país, foram beneficiados pelo projeto.

“Projeto Dourados”

O Projeto Dourados foi desenvolvido para prestar assistência jurídica integral e gratuita às comunidades indígenas do Município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, cujo contexto social é muito delicado em face dos muitos problemas e conflitos existentes.

O sucesso do projeto se deve ao trabalho conjunto da Defensoria Pública da União com outras entidades da região, como a Universidade Federal da Grande Dourados, o Ministério Público Federal, a FUNAI e o Comitê de Ações Indígenas do Ministério da Assistência Social e Combate à Fome.

Projeto “Escalpelamento na Amazônia”

O Projeto “Escalpelamento na Amazônia” consiste em acordo de cooperação técnica entre a Defensoria Pública-Geral da União e o Departamento de Defesa do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça. O objetivo do projeto é contribuir na erradicação do escalpelamento que atinge as comunidades ribeirinhas da região amazônica, acidentes cujos efeitos ultrapassam a pessoa da vítima, passando por sua família, comunidade e atingindo, inclusive, o serviço público de saúde.

Projeto “Câmara Previdenciária de Conciliação”

O Projeto “Câmara Previdenciária de Conciliação” resultou de uma parceria entre a Defensoria Pública-Geral da União e o INSS, e seu objetivo é garantir o direito do cidadão ao recebimento de benefícios previdenciários sem necessidade de ajuizamento de ações judiciais.

Projeto de Atuação nas Penitenciárias Federais

A Defensoria Pública da União em parceria com o DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional – está desenvolvendo projeto piloto de prestação de assistência jurídica gratuita aos recolhidos no Presídio Federal de Catanduvas/PR, primeiro presídio federal do país.

LISTA DE ENDEREÇOS**Projeto de Regularização Fundiária**

O projeto visa promover, em parceria com outros órgãos públicos e privados, a regularização fundiária de assentamentos informais urbanos, garantindo o direito à moradia das famílias carentes que ocupam irregularmente terras públicas da União.

PROCURE A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO MAIS PRÓXIMA DE SUA CASA

Entretanto, é certo que as valorosas orientações constantes desta cartilha têm cunho apenas informativo. Para cada caso particular, somente a orientação jurídica do Defensor Público, através do relato dos fatos pelo assistido e da análise de documentos, poderá esclarecer corretamente sobre direitos. Por isso, se apresse: procure a Defensoria Pública da União mais próxima de sua residência e converse com o Defensor Público sobre as suas dúvidas, os endereços encontram-se anexados ao final da cartilha.

E não se esqueçam: a Defensoria Pública é uma das mais fortes garantias democráticas de inclusão social, razão pela qual a luta pela sua efetiva implantação deve ser contínua e incansável.

O amplo acesso à justiça é um caminho para a construção de uma sociedade realmente justa, digna e solidária, que possa refletir no mundo dos fatos o ideal de igualdade de todo o povo brasileiro.

DIA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA,

19 de maio de 2007.

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Espanada dos Ministérios, Ministério da Justiça, Bloco "T", Anexo II, Salas: 232/234
CEP: 70.064-900 – Brasília/DF
Fone: (0xx61) 3429-3718 / 3429-9242

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DE CATEGORIA ESPECIAL

SCS - Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco C, número 256, Edifício TOUFIC, 4º, 5º, 6º, 7º -
Asa Sul – CEP: 70.302-000 - Fone: (0xx61) 3323-6343

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

SCRN 704/705, Bloco "C", nº 40/45/48 - Asa Norte - CEP: 70.730-630 – Brasília/DF
Email: dpu.df@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx61) 3347 7767

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ

Rua Senador Manoel Barata, 718, Ed. Infante de Sagres – Bairro Campina Belém/PA.
CEP: 66.019-000 - Email: dpu.pa@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx91) 3224 3709

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. do Contorno, 7.962 – Ed. Diniz Center – Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30.110-120 - Belo Horizonte/MG - Email: dpu.mg@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0xx31) 3292 7769/3292 7813

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA/MG

Av. Barão do Rio Branco, 2.721 salas 1008 a 1010 – Ed. Golden Center – Centro CEP: 36.016-
311 – Juiz de Fora/MG - Email: dpu.juizdefora@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0xx32) 3215 5536

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RORAIMA

Rua Coronel Pinto nº. 248, Bairro Centro - CEP: 69.301-150 – Boa Vista/RR
Email: dpu.rr@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx95) 3224-8005

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO

Av. Historiador Rubens de Mendonça, Nº. 4.888 – Fórum Federal 8 de Abril – 1º andar Bairro: CPA
CEP: 78.050.910 - Cuiabá/MT - Email: dpu.mt@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0XX65) 3614-5828 - Fax: (0XX65) 3614-5829

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO GOIÁS

Rua 22, nº 305 – Quadra G 10, Lote 36 – Setor Oeste - CEP: 74.120-130 Goiânia/GO
Email: dpu.go@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx62) 3214 1530

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS

Rua Ferreira Pena, 179 – Centro - CEP: 69.010-140 – Manaus/AM
Email: dpu.am@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0xx92) 3233 2020 / 3622 5037 / 3222 5351

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE TOCANTINS

Quadra 104 Sul, Rua SE – 1, nº 38 - Centro - CEP: 77.100-030 - Palmas/TO
Email: dpu.to@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx63) 3218 2012

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE

Rua Rui Barbosa, nº 142 - CEP: 69.900-120 - Rio Branco/AC
Email: dpu.ac@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx68) 3224 7479

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA

Rua Frederico Simões, nº 98 – Ed. Advanced Trade – Salas 1301 a 1306 e 1311 a 1314 –
Bairro Caminho das Árvoreas. CEP: 41.820-774 – Salvador/BA
Email: dpu.ba@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx71) 3341-1547

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

Rua Félix Pacheco, nº 1.709 – Centro - CEP: 64.001-160 - Teresina/PI
Email: dpu.pi@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx86) 3223 7580 / 3226-1133

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. General Justo, 365 - 5º andar – Centro - CEP: 20.021-130 – Rio de Janeiro/RJ
Email: dpu.rj@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx21) 2517 3301

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DO ESTADO NO ESPÍRITO SANTO

Rua Profº Baltazar nº. 113 – Centro - CEP: 29.015-180 – Vitória/ES
Email: dpu.es@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx27) 3332 0144

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua da Consolação, 2005/2009 – Bairro Consolação - CEP: 01.301-100 – São Paulo/SP
Email: dpu.sp@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx11)3231 0866 / 3231 2833

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CAMPINAS/SP

Av. Francisco Glicério, nº 1.110 – Centro - CEP 13.012-100 – Campinas/SP
Email: dpu.campinas@defensoriapublica.gov.br - Fone:(0xx19)3234.9299

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GUARULHOS/SP

Rua Quitandinha, nº 21 – sala 11 - Vila Galvão. CEP: 07.56-060 – Guarulhos/SP
Email: dpu.guarulhos@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx11)6455 2756

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SANTOS/SP

Rua Alexandre Herculano nº 114 – Boqueirão - CEP: 11.050-031 – Santos/SP
Email: dpu.santos@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx13) 3221 6394

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO SUL

Rua Barão de Melgaço, nº 147 – Centro - CEP: 79.002-090 – Campo Grande/MS
Email: dpu.ms@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx67) 3324 1305

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/RS

Travessa – Engenheiro Acelino de Carvalho, 21 - 10º andar
Centro – CEP: 90.010-200 – Porto Alegre/RS.
Email: dpu.rs@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0xx51) 3212 5212 / 3211 5555 / 3225 9059 / 3227 8228

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM BAGÉ/RS

Rua Juvêncio Lemos, nº 566 – Centro - CEP: 96.400-550 – Bagé/RS
Email: dpu.bage@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx53) 3241 2122

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM PELOTAS/RS

Rua XV de Novembro, nº 658 – Centro - CEP: 96.001-970 – Pelotas/RS
Email: dpu.pelotas@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx53) 3227 1655

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SANTA MARIA/RS

Rua Duque de Caxias, 1.881 - CEP: 97.015-190 – Santa Maria/RS
Email: dpu.santamaria@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0XX55)3217 9110 / 3286 2436

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ

R. Voluntário da Pátria, nº 547 – Centro CEP: 80.020-000 – Curitiba/PR
Email: dpu.pr@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx41) 3304 4371 / 3304 4374

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Coronel Lopes Vieira, nº 114 – Centro - CEP: 88.015-260 – Florianópolis/SC
Email: dpu.sc@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx48) 3222-7071 / 3223-5259

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE

Av. Augusto Maynard, 366 – Bairro São José - CEP: 49.015-380 – Aracaju/SE
Email: dpu.se@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx79) 3214 0946 / 3214 0486

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DA PARAÍBA

Av. Santa Catarina, nº 621 – Bairro dos Estados - CEP: 58.030-070 – João Pessoa/PB
Email: dpu.pb@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx83) 3224 3032

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Rua Tabajara nº 265 – Praia de Iracema - CEP: 60.060-510 – Fortaleza/CE
Email: dpu.ce@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx85)3219 0052 / 3219 1049

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE ALAGOAS

Praça dos Palmares, s/nº - Ed. Palmares - 13º andar – Centro
CEP: 57.020-150 – Maceió/AL.
Email: dpu.al@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx82)3326 9900

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Deodoro da Fonseca, nº 601 - Cidade Alta - CEP: 59.025-600 – Natal/RN
Email: dpu.rn@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx84)3221 5688

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PERNAMBUCO

Rua Dantas Barreto, 1.090- 1º, 2º e 3º pavimento - Ed. São Miguel – São José
CEP: 50.020-000 - Recife/PE.
Email: dpu.pe@defensoriapublica.com.br
Fone: (0xx81)3224 0256 / 3224 0165 / 3224 0339 / 3224 0355 / 3224 0332

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de chamar a atenção dos meus Pares, neste pronunciamento, para uma questão de grande alcance social, que envolve milhões de brasileiros e brasileiras, que é a aposentadoria dos trabalhadores rurais.

O Senador Mão Santa, que é do Piauí – e sou seu vizinho, do Maranhão –, sabe muito bem das dificuldades dos nossos conterrâneos, que, depois de um labor intenso por tantos anos, ao chegarem ao final de suas vidas, não dispõem de uma aposentadoria, muitas vezes, de uma situação que lhes garanta a velhice.

Recentemente, um grupo de trabalhadores rurais da região dos Cocais maranhenses, em contato com a minha assessoria, alertou-me para a necessidade de aprovação, na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado Federal, do Projeto nº 1.154/95. Esse projeto está na Câmara há 12 anos.

A iniciativa dispõe sobre aposentadoria por idade ou invalidez, no valor de um salário mínimo, ao trabalhador rural que preste serviço a mais de um empregador e não tenha a carteira de trabalho e Previdência Social assinada.

A matéria é extremamente relevante para todo o País, mas especialmente para o meu Estado, o Maranhão, que é predominantemente agrícola. A maioria da população maranhense está no campo. Essa é uma coisa curiosa, neste País, pois, em quase todos os Estados, a maioria da população se encontra nas cidades, nas sedes dos Municípios, enquanto que a maioria da população do Maranhão ainda está no campo, o que é bom, porque não há o inchaço das cidades.

A maioria da população maranhense está no campo, eu dizia, tendo mulheres, em muitos casos, como chefes de família. São elas mulheres corajosas que, nessas situações, sustentam os filhos, as filhas e outros parentes, muitas vezes, com o fruto do trabalho árduo, porém digno.

Em linhas gerais, a proposta em tramitação é de que, nos casos de entrada de pedido para aposentadoria, tal trabalhador do campo possa comprovar o exercício da atividade rural mediante declaração

de sindicato de trabalhadores rurais, devidamente homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Como bem lembra o autor da proposição, desde 1991, com a Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre dispositivos constitucionais referentes à Previdência Social, o trabalhador safrista, mais conhecido como “bóia-fria”, passou a ser considerado como segurado obrigatório na categoria de empregado. Ocorre que, com isso, dele passou a ser exigida, para concessão de benefícios previdenciários, a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada pelos fazendeiros ou pelo prestador de serviço, o conhecido e deletério “gato”.

Na prática, sabemos, a realidade é outra no extenso território nacional, ou seja, dificilmente o safrista tem a sua Carteira de Trabalho assinada. Assim, muitos deles são os que, nessa condição, ficam surpreendidos, extremamente frustrados com a impossibilidade de receber o benefício da aposentadoria do INSS. Como é possível um cidadão brasileiro trabalhar por décadas seguidas no campo e ter, depois, dificuldades para requerer um benefício previdenciário de apenas um salário-mínimo? Nem isso eles conseguem.

O projeto ao qual foram apensadas outras diversas e meritórias proposições encontra-se, como disse, na Câmara dos Deputados, e tem envolvido a discussão de outro aspecto também muito importante dessa questão: a inclusão de mulheres chefes de família entre os beneficiados pela Previdência rural.

Vale lembrar que, atualmente, somente homens têm direito à aposentadoria como trabalhadores rurais. Portanto, chamo a atenção dos meus ilustres Pares para a necessidade da inclusão imediata também das mulheres, que, repito, em muitos casos, são chefes de família, sustentam a família no campo.

É claríssimo que as reivindicações dos trabalhadores são justas, já que eles representam um segmento muito importante em nosso País, em todo este quase continental território brasileiro. Por isso eles são merecedores do nosso amplo apoio e atenção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, todos nós sabemos que o tema Previdência Social é bastante complexo, sempre merecedor da atenção e preocupação da população de um modo geral, dos especialistas, dos economistas, dos governos, dos empresários, dos profissionais liberais e dos sindicatos de trabalhadores rurais. É assim aqui no Brasil e em praticamente todo o mundo.

Cada alteração proposta nas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991 – que instituem respectivamente o Plano de Custeio da Seguridade Social e os Planos de Benefícios da Previdência Social –, gera, naturalmente, ampla discussão por suas quase sempre intensas implicações financeiras para o Erário.

Não podemos, entretanto, perder de vista a necessidade urgente de se incluir na Previdência aqueles setores da população que tanto trabalham pelo bem do Brasil e da estabilidade da estrutura social, gerando o progresso harmônico de nossa Nação.

Saudemos, pois, o pleito legítimo dos nossos conterrâneos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Na verdade, o que se busca com a proposição em discussão na Câmara é o estabelecimento de uma justiça com as camadas menos favorecidas do nosso campo. Na Câmara dos Deputados, em junho deste ano, em reunião da Subcomissão Permanente de Agricultura Familiar, Assuntos Agrários e Fundiários, bem argumentou a Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alessandra da Costa Lunas.

Na oportunidade, ela disse que a proposta em discussão, a rigor, não deve acarretar novas despesas para a Previdência. Isso porque o projeto de lei apenas possibilita o direito de acesso ao benefício, que já é garantido ao trabalhador rural. É garantido, mas ele não recebe, em razão das armadilhas burocráticas. Ou seja, na prática, a proposição apenas estabelece regras para acelerar a concessão de benefício, que atualmente pode demorar anos.

Gostaria que este meu pronunciamento desperdesse, com maior intensidade, entre os meus nobres Pares, a atenção para a relevância desta matéria que, em breve, deverá ser encaminhada ao Senado Federal, após a conclusão de sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Tenho a certeza de que aqui nesta Casa receberá a acolhida necessária, devida a tão importante iniciativa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Ouço o eminente Senador Mão Santa, do Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – “Um bem nunca vem só, sempre vem acompanhado de outro bem”, Padre Antonio Vieira. V. Ex^a é um estadista que me faz lembrar um outro estadista, Franklin Delano Roosevelt. Ele foi Presidente dos Estados Unidos por 4

vezes, com Churchill e Stalin ganharam a guerra. E enfrentou um pós-guerra. Como foi difícil a recessão. Ele deixou essa mensagem que V. Ex^a traz para o Luiz Inácio, que é o de hoje. Ele disse: “As cidades podem ser destruídas, mas elas ressurgirão do campo. Agora, se o campo for destruído, as cidades perecerão de fome”. O que nós vemos é o campo abandonado, esquecido, desprezado, principalmente de seu fator principal, que é gente, ser humano. Aqueles que fizeram a História. E não era assim. V. Ex^a há de se lembrar que no Governo revolucionário foi o próprio Presidente Médiçi – isso aí tem que fazer história – que criou o Funrural. Dava aposentadoria e assistência médica. Por isso esses hospitais entraram em situação de falência total. Luiz Inácio desconhece, e Temporão também não viveu a época. Mas eu vivi. O trabalhador rural tinha o seu instituto, o Funrural, com verba própria, que era entregue aos hospitais que o assistiam. Nós, por exemplo, na Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. E muitos. Por isso os hospitais foram sucateados. Aquela verba fixa – nós, médicos, tínhamos uma tabela razoável e satisfatória da Previdência Social – ficava direto com o hospital. Aquilo dava para garantir os hospitais. As santas casas, os hospitais filantrópicos, os hospitais do Estado que tinham o convite, aquele dinheiro, aquele somatório vindo do Governo Federal dava para manter. Os profissionais médicos abdicavam, mas pelo bom funcionamento. Hoje, vemos os hospitais sucateados, porque eles perderam essa verba fixa que vinha do Governo Federal. V. Ex^a está se preocupando porque o que nós estamos vendo é que está abandonado o campo. Não pensaram no que Franklin Delano Roosevelt disse. Abandonaram, esqueceram, está desprezado. Houve também, indiretamente – temos que valorizar a ação e a visão do Presidente José Sarney –, aquele Programa do Leite. Além de ser um programa que nunca dantes houve tão bom, porque não tem alimento melhor do que o leite, mais simples, mas é como o Padre Antonio Vieira, que era do Maranhão, dizia: “Um bem não vem só...”. Fixava o homem no campo, com a vaquinha dele, porque tinha para quem vender. O Governo comprava o leite. Então, fixava o homem no campo. E hoje o que nós vemos é o abandono do homem do campo, que empobrece e vem para a cidade, porque não tem ganho, não tem perspectiva de aposentadoria. Juscelino Kubitschek já dizia: “A velhice é triste”. Juscelino Kubitschek, um estadista. Velhice desamparada é uma desgraça. V.

Ex^a adverte para a desgraça que o Governo está levando ao homem e à mulher do campo.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Médico e querido por todos os seus conterrâneos, ao longo da sua vida profissional, V. Ex^a, por muitas vezes, teve a oportunidade de lidar com os homens do campo, e conhece, portanto, esta questão tanto quanto eu.

Vejo aqui um conterrâneo meu, o ilustre Deputado Federal Sétimo Waquim, que também esteve, por toda sua vida, voltado para as dificuldades dos nossos conterrâneos mais distantes que lá convivem. Esse político a que me refiro dedicou boa parte da sua vida ao reconhecimento dessas dificuldades e na busca de uma solução para elas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ou nós tratamos a questão do campo com seriedade, expulsando da nossa periferia os impulsos demagógicos, ou não iremos a parte alguma.

Nos anos 60, houve um governo que acabou sendo derrubado pela força militar, porque quis tratar a reforma agrária como sendo uma coisa meramente política, sensacionalista, sem adentrar os verdadeiros rincões do problema, graves todos eles. Caiu o governo. Veio o governo da revolução, que rapidamente votou uma lei, O Estatuto da Terra, e passou a fazer, aí sim, reforma agrária, o que no anterior não se fazia.

Quando fui Governador, pude distribuir, sem nenhuma ajuda do Governo Federal, mais de 25 mil títulos de terra aos trabalhadores rurais. Esses títulos eram acompanhados, todos eles, da ferramenta agrícola, da semente selecionada, que era estendida aos demais trabalhadores rurais do Estado. Mais de 350 mil ferramentas eram distribuídas todo ano, com assistência da Emater, levando-se, portanto, a sério um problema que há de ser tratado com seriedade, que é a reforma agrária.

Senador Mão Santa, V. Ex^a foi também Governador e cuidou dos seus trabalhadores rurais do mesmo modo. Sou testemunha disso! Se todos os Governadores procedessem desse modo, e o Governo Federal, sobretudo, haveria uma situação diferente no campo, hoje. Mas, não! Hoje o campo está agitado já não mais pelos sindicatos, e sim pelo MST, e o que vemos são invasões seguidas sem nenhuma consequência prática, sequer para os que praticam a invasão, eu diria. Estamos, com isso, desorganizando o campo e não dando aos trabalhadores rurais um lenitivo, uma propriedade mínima que seja, uma garantia para seu presente e seu futuro.

O que é preciso fazer é ter em vista, portanto, a situação social e o desequilíbrio que ainda marcam os nossos patrícios, espalhados por todas as latitudes deste País, no interior.

Quando V. Ex^a invoca Roosevelt, que também dizia que é no campo que vamos buscar o sustento das cidades e que sem aquele não teremos este, ou nos damos conta disso ou estaremos apenas patinando na periferia de um problema que é sério, grave.

Espero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Senado da República tenha, portanto, sensibilidade para essa questão, que hoje trago à análise dos nosso eminentes colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim, ouvi aqui os Líderes do PMDB e do Governo falarem em obras. São simples letras que enganam o povo brasileiro. Faz-me lembrar *Goebbels*, o comunicador de Hitler, que disse que uma mentira repetida se torna verdade.

Queria dizer que antes eram as PPPs, de que ninguém fala mais, pois não deram em nada. Agora, mudaram para PAC, que tem a letra “P”. Pelo menos, se Luiz Inácio se lembrasse do Piauí...

São 400 obras inacabadas antes do escândalo da Gautama, dito pelo Tribunal de Contas da União. Quatrocentas antes da Gautama! Mas pude lembrar as do Piauí enquanto o Líder Raupp e o Líder Romero falavam palavras que se confundem com a mentira.

Citaria, por exemplo, o porto de Luís Correia, do Piauí, que começou com Epitácio Pessoa – Luiz Inácio foi lá e disse...

Estrada de ferro. Ó Efraim, nas vésperas da eleição, Luiz Inácio iludiu Alberto Silva – que vai fazer agora 88 anos –, um velhinho decente, engenheiro ferroviário, primeiro emprego. Então, disse que ia colocar os trens para funcionar. Eu ouvi a zoada lá por 90 dias, mas não trocou um dormente. V. Ex^a, que é engenheiro, sabe o que é um dormente; para o povo, é aquele pau que segura o ferro. Não trocou um dormente. Ganhou a eleição, ganharam...

Tabuleiro Litorâneo, que foi construído pelo Presidente Sarney. Está lá, parado. Há também o de Parnaíba e o de São Bernardo.

As ZPEs. Fala-se, fala-se. O Presidente Sarney implantou lá, sonhou... E tem ao menos prestígio por essa ligação, pois era Presidente da República. Isso foi antes de 1985, quando já se falava. Existe até o terreno entre Luís Correa e Parnaíba.

Quer dizer, essas são as coisas do Brasil. Vergonhoso, Senador Efraim e Deputado Sétimo, que tem como esposa a grande parnaibana, Prefeita de Timon.

A Ponte do Sesquicentenário está quase como a Ponte da Amizade. Era para os 150 anos de Teresina, e já está fazendo seis anos. Agora, no mesmo local, no mesmo rio, engenheiro Efraim Moraes, fiz uma ponte em 87 dias e coloquei o nome Wall Ferraz. No mesmo rio, em 87 dias, a ponte Wall Ferraz, com dinheiro do povo do Piauí, operários e engenheiros do Piauí. E convidei Fernando Henrique Cardoso para bailar, para ver a grandeza do povo. O Heráclito Fortes fez uma ponte em 100 dias. Há 100 anos, eles vão lá, e só há o esqueleto. É mentira.

Uma ponte de Luzilândia a São Bernardo: está lá somente o esqueleto.

O Hospital Universitário foi iniciado pelo Presidente Sarney. Isso já faz muito tempo – só ele voltando a ser Presidente. A Deputada Federal Francisca Trindade, do PT, falecida, reivindicou comigo, e fizemos um ambulatório, mas leito hospitalar não há. Começou com Sarney. Creio que ela morreu traumatizada e decepcionada. É a única estrela do PT que foi para o céu. O resto...

Transcerrado. Levamos, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, a eletrificação do cerrado, que produz grãos. Trata-se de um projeto grandioso, com linha-tronco de 230 kW de Canto do Buriti, São João e Eliseu Martins. Espalhou-se para garantir a produção do cerrado. Não está do jeito que deixei porque veio o inverno e os carros estão atolados. A Bunge está pensando em ir para a Argentina, porque a estrada está intransitável.

Pronto-socorro de Teresina. Eu era Prefeito de Parnaíba, Efraim, e o Heráclito era Prefeito de Teresina. Ele começou esse pronto-socorro. O Prefeito Firmino Filho, um excelente administrador, concluiu tudo, mas ficaram pendentes alguns convênios. Há quase cinco anos, vejo Luiz Inácio, todas as vezes em que vai lá, dizer que vai colocar os convênios para funcionar. O pronto-socorro que existe é o que construí em um ano, anexo ao Hospital Getúlio Vargas.

Aeroportos internacionais. Nesse caso, é mentira demais. Disse que há aeroportos internacionais em Parnaíba e em São Raimundo Nonato.

Olhe, outro dia fui em um teco-teco, Efraim. Saí do Sul, fui para lá e tive de mandar buscar gasolina, e em Teresina não há mais gasolina, nem teco-teco. E nunca dantes Parnaíba deixou de ter avião! Eu era menino, ia para São Luiz. Minha avó era da rua Alecrim, nº 380 – e pegava avião, Aerovias, Aeronorte, Cruzeiro e até a Paraense Transportes Aéreos, que a gente chamava de PTA, “Prepara a Tua Alma”, porque caía muito. Quando governei o Estado, no Piauí não houve um dia sem que pousasse um avião – da Taf, Taba, Nordeste. Agora, só há mentira. Não há nem gasolina.

Aeroporto de São Raimundo Nonato, onde Fernando Henrique Cardoso começou as comemorações dos 500 anos do Brasil. Fiz o aeroporto, onde o Presidente da República pousou e iniciou as comemorações dos 500 anos do Brasil, fato de que todo mundo é testemunha. E, para o Presidente, tem de haver segurança. Era um aeroporto que funcionava, mas entraram os aloprados e quebraram tudo. Só tem jumento no aeroporto. Niède Guidon disse que roubaram mais de 20 milhões lá.

Essa é a denúncia que apresentamos. Ninguém se lembra mais das PPPs, parcerias público-privadas. Agora é o PAC. Que ele se lembre do Piauí – que, pelo menos, tem o “P” – e termine as obras inacabadas, já que ele levou os votos todos do Piauí.

Esse é o nosso pedido, em nome do Piauí, ao Presidente Luiz Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Encerrou-se na sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 40, de 2007**, de autoria do Senador João Durval, que *altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 142/2007**, da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, encaminhando assinaturas em apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003.

O expediente, autuado em processo especial do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 263 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 369/2007/PS-GSE

Brasília, 8 de agosto de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.276, de 2003 (nº 212/2003 no Senado Federal), o qual “Institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostromizados”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.506, de 19 de julho de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2003, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 370/PS-GSE

Brasília, 8 de agosto de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 7.410, de 2006 (nº 88/2006 no Senado Federal), o qual “Altera o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2006, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 371/2007/PS-GSE

Brasília, 8 de agosto de 2007

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 7.342, de 2006 (PLS nº 48/2006), que “Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2006, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.391/2007/SGM/P

Brasília, 13 de agosto de 2007

Assunto: Solicita esclarecimentos acerca da redação dada ao art. 2º, do PL nº 1.288/2007 (PLS nº 175/2007).

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício GDRC Of. nº 66/2007, de sua Excelência Deputada Rita Camata, solicitando esclarecimentos sobre a redação dada ao art. 2º, do PL nº 1.288/2007 (PLS nº 175/2007), em revisão nesta Casa.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, constatado lapso manifesto no texto do **Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2007**, enviado à Câmara dos Deputados, determinou a confecção e o envio de novos autógrafos àquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2007

Acrescenta parágrafo único ao art. 1.698, do Código Civil.

Art. 1º O artigo 1.698, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), fica acrescido do seguinte dispositivo:

“Parágrafo único. Havendo litisconsórcio passivo na ação de prestação alimentícia, qualquer decisão judicial somente será tomada após audiência das partes obrigadas a prestar alimentos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se, igualmente, as demais disposições contrárias ao disposto no parágrafo único do art. 1º.

Justificação

Tem sido comum na justiça brasileira decisões que se apresentam de forma imoral nas prestações alimentícias, seja pela ânsia de se conseguir de imediato o benefício, seja para garantir a pretensão antes de se tentar todos os meios possíveis para o pagamento da pensão alimentícia. Com isso, os parentes mais próximos se eximem da responsabilidade de criarem seus filhos.

Não obstante, a teor do artigo 1.698, do Código Civil, a responsabilidade para a prestação alimentícia dos ascendentes é sucessiva e complementar e devida na forma de concorrência.

O nosso intuito é a de preservar o parente chamado à lide que se vê obrigado a pagar a pensão alimentícia, desde logo decretado pela justiça, sem lhe dar chance de indicar os demais parentes que deveriam contribuir na proporção dos respectivos recursos.

Se não for provada a impossibilidade dos pais ou dos demais parentes em prestar os alimentos, não se pode exigir que apenas um parente satisfaça a obrigação. Do contrário, sempre que o primeiro parente fosse acionado, sendo decretado, desde logo, o valor da pensão alimentícia, os demais parentes até que fossem chamados ao processo, ainda que desfrutassem de melhores condições financeiras, o alimentando usufruiria dos alimentos devidos somente do primeiro acionado.

Não deve o alimentando receber o benefício da pensão alimentícia sem que antes sejam ouvidos todos os demais parentes que devam concorrer com a lide, daí, nobres pares, a necessidade de se preservar o direito do parente que for apenado sozinho, ou seja, pagar de imediato a pensão e esperar não se sabe quanto tempo para que todos os concorrentes estariam sendo chamados ou quando estariam aceitando ou contestando a ação.

Portanto, como o recebido da pensão alimentícia não é devolvido, deve-se assegurar o mínimo de garantia, ainda que o alimentante venha reconhecer o seu dever de alimentar, evitando que somente o primeiro reclamado seja penalizado.

Do exposto, peço aos nobres Parlamentares que acolham a presente proposição; visando corrigir uma distorção da lei.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO CIVIL

SUBTÍTULO III
Dos Alimentos

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.

Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide.

Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as economias modernas exigem elevados níveis de poupança, eficiência, produtividade e investimento, para financiar de maneira adequada empreendimentos públicos e privados, necessários para assegurar estabilidade econômica e níveis elevados de crescimento.

Os fundos de pensão desempenham importante papel como fontes de poupança estáveis necessárias ao processo de desenvolvimento econômico e social. Constituem-se, ainda, em mecanismo moderno para tornar nossa economia mais aberta, mais competitiva, mais globalizada e com práticas comparáveis às vigentes no chamado “Primeiro Mundo”.

No Brasil, os fundos de pensão completam 30 anos de existência, acumularam um montante de recursos superior a 380 bilhões de reais, equivalentes a 16,7% do Produto Interno Bruto e contribuirão diretamente para o bem-estar atual e futuro da classe média brasileira. Além disso, representam uma opção mais moderna para a antiga aposentadoria funcional garantida pelo Tesouro Nacional.

Novas empresas e novas agências governamentais passaram a utilizar o mecanismo dos fundos de pensão, como instrumento de valorização do seu quadro de pessoal.

Como instituições fundamentais do capitalismo moderno, os fundos de pensão contribuíram para o processo de privatização de diversas empresas públicas, reduzindo os excessos do antigo setor estatal, dando mais eficiência e dinâmica à economia, como um todo.

Os fundos de pensão norteiam seus investimentos por uma lógica de longo prazo, diversamente dos parâmetros observados pelo mercado financeiro, baseados na lucratividade de curto prazo, que envolve um componente de natureza especulativa.

Como investidores institucionais, os fundos de pensão trabalham com um horizonte temporal mais longo do que o investidor individual, podendo financiar empreendimentos necessários ao desenvolvimento da economia, com prazo de retorno de longo prazo.

A crise das finanças públicas, que se agravou a partir dos anos 80, realça o papel estratégico dos fundos de pensão, como ferramentas essenciais ao desenvolvimento da economia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de destacar o papel desempenhado pelo fundo de pensão que tem como mantenedora uma das maiores instituições nacionais: a Caixa Econômica Federal.

A Caixa, além de sua missão relevante como agente financeiro governamental, tem preocupação especial com seu quadro de funcionários e apóia de forma incontestada a Funcef, entidade fechada de previdência complementar, organizada sob a forma de fundação.

A Caixa Econômica, cumprindo seu papel de entidade patrocinadora, tem zelado pela política de aplicações da Funcef, que privilegia o equilíbrio atuarial, a ética, a prudência, a transparência, a eficácia e a profissionalização dos seus dirigentes.

O patrimônio da Funcef atingiu a cifra de R\$24,9 bilhões, em dezembro de 2006, o que demonstra o trabalho incansável desenvolvido pela atual administração, que enfrentou momentos difíceis, decorrentes de investimentos realizados no passado sem o devido rigor técnico.

A construção de um novo plano de benefícios, a mudança do estatuto, a eleição para representan-

tes dos participantes e a criação dos Comitês de Ética, Benefícios e Investimentos são conquistas dos servidores da Caixa Econômica e da Funcef que merecem destaque e apontam para um futuro de sucesso e vitórias.

Quero, neste momento, me congratular com os servidores da Caixa Econômica Federal e, particularmente, com os associados da Funcef e seus dirigentes, pelo trabalho relevante que estão realizando no campo da previdência social e no desenvolvimento de nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a comemorar os 180 anos da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, de acordo com o **Requerimento nº 503, de 2007**, do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 16 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, *que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 18-9-2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007, *que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7-7-2007)

Prazo final (prorrogado): 3-10-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, *que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios* (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9-7-2007)

Prazo final (prorrogado): 5-10-2007

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que

aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos*

sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso*

ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001,

na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob n°s 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento n° 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 83, de 2006 (n° 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob n°s 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 108, de 2006 (n° 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob n° 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 33, de 2007 (n° 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 35, de 2007 (n° 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 204, de 2006 (n° 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob n° 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 502, de 2006 (n° 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção n° 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como*

o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

26**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e*

o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos,

celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas.)

PARECER Nº 19, DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Aviso nº 03/2007-CN (Aviso nº 56 – Seses – TCU - Plenário, de 31 de janeiro de 2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 53, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativos ao levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3 (TC-002.083/2006-1).

Relator: Senador **AUGUSTO BOTELHO**

1 RELATÓRIO**1.1 Histórico**

O Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), por meio do Aviso nº 56 – Seses – TCU - Plenário, de 31/01/2007, cópia do Acórdão nº 53/2007 – TCU - Plenário, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, relativos ao levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3 (Processo TC 002.083/2006-1).

A documentação em análise foi protocolada, no Congresso Nacional, como Aviso nº 003/2007-CN, do qual fui designado Relator.

1.2 Descrição do Programa de Trabalho envolvido

As obras objeto do aviso estão a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT), especificamente da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Mato Grosso (11ª UNIT). A empresa contratada para a execução dos serviços é a Agrimat Engenharia Indústria e Comércio LTDA.

As obras em apreço estão incluídas no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual para 2007 – Lei nº 11.451, de 8/2/2007 (LOA 2007), que trata de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, indicados pelo TCU. Portanto, em função do disposto no art. 104 da Lei nº 11.439, de 29/12/2006 (LDO 2007), a execução orçamentária, física e financeira dos contratos relativos a essas obras está condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação desta Comissão.

A funcional e programática sob o abrigo da qual essas obras poderiam ser executadas é, para o ano de 2006, 26.782.0220.1F40.0001 – Obras rodoviárias emergenciais (Crédito Extraordinário) – Nacional e para o ano de 2007, 26.782.0220.1F40.0101 – Obras rodoviárias emergenciais (Crédito Extraordinário) – Nacional. Não há registro, para o contrato em exame, de execução orçamentária em 2007. No exercício de 2006, a execução orçamentária foi a seguinte:

Ano	Favorecido	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a pagar inscritos	Restos a pagar pagos
2006	Agrimat Eng., Ind. e Com. LTDA.	1.272.549	1.272.549	0	1.272.549	486.819

Valores em R\$. Posição de 07/05/2007.

1.3 Análise dos indícios de irregularidades

1.3.1 Das irregularidades apontadas pela Unidade Técnica

As irregularidades que motivaram a paralisação do contrato nº UT/11.1.0.00.03/2006-0 vinculado às obras em comento, detectadas no levantamento de auditoria realizado no âmbito do Programa Emergencial de ~~Trabalhadores~~ e Segurança.

(PETSE), lançado pelo Poder Executivo, foram as seguintes, tendo em vista os trabalhos de fiscalização realizados pela Unidade Técnica no período de 14 a 22/02/2006:

- a) Irregularidade nº 1 - a não escolha da empresa Cavalca Empreendimentos Ltda. para o fornecimento de material pétreo (brita) para pavimentação e de toda a massa asfáltica, o que reduziria a distância média de transporte (DMT) do material betuminoso em aproximadamente 85,00 km e reduziria a zero a DMT para o transporte de brita; a Unidade Técnica, além de não recomendar o prosseguimento da obra, considerou a irregularidade grave, e argumentou que o transporte de massa asfáltica a partir de uma usina mais distante do local da obra equivaleria a um superfaturamento, pois acarretava o pagamento de serviços de transporte em quantidades superiores às necessárias;
- b) Irregularidade nº 2 - a constatação de que parte do trecho não se encontrava em situação emergencial e, ademais, estavam sendo executadas obras em trechos não emergenciais; a Unidade Técnica, além de não recomendar a continuidade da obra, considerou a irregularidade grave e afirmou que a contratação dos serviços, sem que houvesse licitação, estava em desacordo com o disposto no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93¹;
- c) Irregularidade nº 3 - a constatação de que nos dois dias de fiscalização "in loco", não foi encontrado nenhum fiscal do DNIT no local dos serviços e de que não havia controle de qualidade e nem da quantidade dos serviços prestados; a Unidade Técnica, além de não recomendar o prosseguimento dos serviços, considerou a irregularidade grave e afirmou que a constatada ineficiência da fiscalização poderia causar sérios danos ao erário, em virtude da possibilidade de pagamento de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e medidos em quantidades superiores às efetivamente executadas;

¹ Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

- d) Irregularidade nº 4 - a não existência de um projeto básico suficientemente detalhado capaz de justificar os serviços (e suas respectivas quantidades e localização no trecho) constantes da planilha elaborada pela 11ª UNIT que integrava o processo de dispensa de licitação; a Unidade Técnica, além de não recomendar o prosseguimento dos serviços, considerou a irregularidade grave e argumentou que os problemas detectados poderiam gerar pagamentos indevidos, com prejuízos ao erário (inciso IX do art. 6º e art. 7º, ambos da Lei nº 8.666/93)¹;
- e) Irregularidade nº 5 - a não existência de um contrato; a Unidade Técnica, embora não tenha recomendado a paralisação da obra, considerou a irregularidade grave; afirmou também que a dispensa de licitação do trecho havia sido publicada no Diário Oficial da União de 24/02/2006 (seção 3, pág. 101) e que, de acordo com informação do DNIT, os contratos encontravam-se em Brasília para ratificação, o que ocorreria em curto prazo;
- f) Irregularidade nº 6 - a contratação de empresa sem indicação de equipamento e instalações mínimas adequadas e de pessoal técnico qualificado para a execução do objeto do contrato;
- g) Irregularidade nº 7 – execução de serviços em desacordo com as normas do DNIT.

Na ocasião, a Unidade Técnica, em seu parecer conclusivo, entendeu que a situação do trecho não permitia considerá-lo como emergencial e considerando, ainda, a existência de licitação em andamento para contratação de serviços de conservação e que os serviços já realizados descaracterizavam a necessidade de intervenção futura próxima de caráter emergencial no trecho, deveria a obra ser paralisada e os pagamentos dos serviços já executados suspensos, até posterior manifestação do TCU.

Em resumo, a proposta de encaminhamento da Unidade Técnica foi no sentido de que:

¹ Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) a execução dos serviços prestados pela empresa Agrimat fosse cautelarmente suspensa, sem a oitiva prévia dos responsáveis, porém com prazo de 15 dias para que se manifestassem a respeito, em razão dos indícios de irregularidades apontados;
- b) fosse realizada audiência com o Diretor-Geral do DNIT e com o Coordenador da 11ª UNIT, para que apresentassem razões de justificativas para os indícios de irregularidades apontados.

Tanto o Diretor Técnico como a Secretária de Controle Externo manifestaram-se, na ocasião, de acordo com a equipe de fiscalização.

1.3.2 Das justificativas apresentadas pelo DNIT e pela empresa Agrimat

Inicialmente, o Ministro Relator optou, antes de se pronunciar acerca da concessão da medida cautelar de paralisação das obras, por promover a oitiva do Diretor-Geral do DNIT, do Coordenador da 11ª UNIT e do representante da empresa Agrimat.

A análise das respostas dos envolvidos foi objeto de um relatório do Diretor Técnico da Secretaria de Controle Externo do TCU, que assim sintetizou as explicações dos responsáveis no que se refere às irregularidades nºs 1, 2, 3 e 4, apontadas pela Unidade Técnica:

- a) Irregularidade nº 1 – a empresa Agrimat alegou que apresentou proposta oferecendo um desconto de 20% em relação aos valores inicialmente estimados pelo DNIT para a execução dos serviços; que, posteriormente, o DNIT reduziu o valor estimado e a empresa manteve o desconto de 20% inicialmente proposto, não havendo, portanto, como se falar em superfaturamento; que a empresa Cavalca não teria condições de fornecer toda a massa asfáltica, tendo em vista que a produção de brita daquela empresa atende somente às suas necessidades; já o DNIT apresentou uma correspondência da empresa Cavalca afirmando que a sua prioridade (da empresa Cavalca) seria o atendimento de suas próprias obras; que, em função disso, não poderia o DNIT indicar uma empresa cuja capacidade produtiva estaria comprometida com suas próprias obras, para participar da execução de serviços prioritários e emergenciais, como os que foram contratados

- b) Irregularidade nº 2 - a empresa Agrimat informou que foi convidada a apresentar proposta para a realização dos serviços; que o trecho objeto do contrato encontrava-se em estado precário; que, ao longo dos últimos 20 anos, o trecho não havia sido alvo de uma manutenção tecnicamente adequada; que o seu pavimento nunca tinha sido revitalizado; que uma visita técnica de apenas um dia, como a realizada pela equipe de fiscalização do TCU, não teria sido suficiente para dar aos técnicos uma visão adequada da situação; que anteriormente à inspeção da equipe de fiscalização, serviços já haviam sido realizados no trecho; por seu turno, a 11ª UNIT alegou que desde a década de 80 o trecho não havia sido objeto de intervenções significativas; que, por ocasião do lançamento do PETSE, o trecho apresentava alta concentração de buracos, o que já apontava para a necessidade de uma intervenção imediata; que, por ocasião da visita da equipe de fiscalização, os buracos já haviam sido tapados e os serviços de recomposição de revestimento estavam em fase final; que o próprio manual do DNIT registra que panelas e buracos são defeitos muito graves; que essas imperfeições, se não reparadas rapidamente, acarretam a decomposição dos trechos adjacentes; que a decisão de se iniciar, em caráter de emergência, os serviços de manutenção, foi acertada, vez que durante todo o período chuvoso que se seguiu à intervenção, o trecho apresentou condições de tráfego; no que se refere à avaliação do DNIT de 09/2005, que considerou alguns segmentos do trecho como BOM e REGULAR, a 11ª UNIT alegou que devido a fatores climáticos e ao tráfego, houve uma deterioração substantiva das condições da pista em curto espaço de tempo e que a condição do pavimento, por ocasião do lançamento do PETSE, em 01/2006, enquadrava-se naquela prevista no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93;
- c) Irregularidade nº 3 - a empresa Agrimat argumentou que o fato de a auditoria não ter encontrado o fiscal no dia da visita da equipe de fiscalização não seria motivo suficiente para considerar a fiscalização como deficiente, sendo essa também a argumentação da 11ª UNIT; que na usina da Agrimat haveria registros de todo o material empregado; que a experiência profissional do engenheiro responsável seria suficiente para garantir a qualidade dos serviços executados, sem o risco de se medir além do realizado; já a 11ª UNIT informou que a programação do serviço, o material aplicado e o resultado final seriam parâmetros suficientes para se avaliar

o trabalho executado pela Agrimat; que o PETSE tem recebido atenção especial por parte da 11ª UNIT, tendo sido formadas comissões específicas de fiscalização, com a participação, inclusive, do 9º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção);

- d) Irregularidade nº 4 - a empresa Agrimat informou que havia um projeto básico, elaborado em 2005; porém, em função da dinâmica de desgaste do trecho, o projeto encontrava-se defasado, não traduzindo a real situação da rodovia no momento da declaração da situação de emergência; que os serviços foram definidos a partir de uma visita ao trecho e que, a partir daí, elaborou-se a planilha orçamentária; por seu turno, a 11ª UNIT relatou que não havia uma vinculação exata entre as quantidades previstas na planilha orçamentária e as que realmente deveriam ser executadas, tendo em vista a urgência que foi requerida na elaboração do documento de vistoria e da planilha orçamentária; finalmente, argumentou que dado o caráter emergencial da obra, foi elaborado apenas um orçamento e não um Projeto Básico, na forma prevista no art. 6º, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

1.3.3 Da análise, por parte da Unidade Técnica, das justificativas apresentadas pelo DNIT, pela 11ª UNIT e pela empresa Agrimat

A análise dessas justificativas, por parte da Unidade Técnica, está resumida a seguir:

- a) Irregularidade nº 1 – a Unidade Técnica acolheu as justificativas apresentadas.
- b) Irregularidade nº 2 - a Unidade Técnica acolheu as justificativas apresentadas;
- c) Irregularidade nº 3 – a Unidade Técnica reconheceu que o trabalho conjunto do DNIT e do DEC (Departamento de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro) reduziu o risco de ocorrência de pagamentos de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas;
- d) Irregularidade nº 4 – a Unidade Técnica acolheu as justificativas apresentadas;

Em seguida, a Unidade Técnica apresentou proposta de encaminhamento, no sentido de considerar procedentes as justificativas apresentadas por parte do DNIT, da 11ª UNIT e da empresa Agrimat, ficando, dessa forma,

descaracterizados os indícios de irregularidades graves inicialmente apontados (Irregularidades nºs 1, 2, 3 e 4).

1.3.4 Do despacho exarado pelo titular da Unidade Técnica

Posteriormente, o titular da Unidade Técnica, em virtude de novas informações prestadas pela 11ª UNIT, elaborou despacho acerca das justificativas apresentadas, com as seguintes observações relevantes:

- a) Irregularidade nº 1 – o titular endossou a análise da Unidade Técnica, mas acrescentou proposta de encaminhamento no sentido de determinar à 11ª UNIT que, doravante, estude a viabilidade econômica da utilização de massa asfáltica e brita da empresa Cavalca, em obras de conservação e restauração da BR-070, mais precisamente em trechos próximos a Serra São Vicente;
- b) Irregularidade nº 2 – o titular endossou a análise da Unidade Técnica;
- c) Irregularidade nº 3 – o titular entendeu que a fiscalização e o acompanhamento da execução das obras por parte da 11ª UNIT ficou a desejar e, para corroborar a sua afirmação, fez as seguintes ponderações: praticamente nada do que fora por ele solicitado à 11ª UNIT, por meio do ofício nº 351 (cópia do diário de obras, cópia dos ensaios técnicos realizados pela fiscalização, suprimento de fundos, controle dos veículos utilizados pela fiscalização do PETSE, relatórios semanais elaborados pela fiscalização), foi atendido, o que o levou à conclusão de que as normas de medição dos serviços, emanadas pelo DNIT, não foram obedecidas; os resultados dos ensaios de controle do material utilizado na pavimentação não possuíam assinatura do engenheiro residente da Agrimat e as folhas dos diários de obras não continham visto ou assinatura por parte da fiscalização; ao longo de quase 6 meses somente foram apresentadas 3 requisições de veículos para a realização de trabalhos de fiscalização; o engenheiro da fiscalização informou que utilizava os veículos da empresa construtora para realizar o seu trabalho, o que, no mínimo, seria uma conduta condenável por comprometer a independência e ferir a isenção dos trabalhos de fiscalização. Na opinião do titular da Unidade Técnica, a consequência mais grave de todos os achados da equipe de fiscalização do TCU, no que se refere à irregularidade nº 3, é o fato de que o DNIT se apoiava apenas

em estimativas pouco confiáveis para quantificar os serviços, o que poderia gerar distorções nos pagamentos, principalmente se a empresa contratada agisse com má fé ao fazer os seus apontamentos. Ao final, o titular considerou que tendo em vista a deficiência de pessoal da 11ª UNIT e a significativa redução do valor do contrato com a Agrimat, os indícios de irregularidades apontados poderiam ser relevadas, visto que não trouxeram maiores prejuízos ao erário.

- d) Irregularidade nº 4 – de início, o titular observou que, de modo geral, a falta de detalhamento orçamentário dificulta a ação da fiscalização externa e pode favorecer o desvio de recursos, com sérios prejuízos ao erário; em relação ao valor global do contrato, chamou a atenção para o fato de que a redução não foi espontânea por parte do DNIT e que somente ocorreu em virtude dos questionamentos provocados pelo Ministério Público da União e do TCU; contudo, tendo em vista a carência de pessoal da 11ª UNIT por ocasião dos fatos e que, no âmbito do PETSE, os serviços de tapa-buraco e remendo de trincas podem ser considerados de baixa complexidade e, ainda, que não restou configurado dano ao erário, as irregularidades poderiam ser atenuadas.

Em seu despacho, o titular da Unidade Técnica também teceu comentários a respeito dos indícios de irregularidades que não foram analisados pelos responsáveis (Irregularidades nºs 5, 6 e 7). As considerações foram as seguintes:

- a) Irregularidade nº 5 – o titular considerou o problema da falta de contrato superado tendo em vista que os termos de contrato e a correspondente comprovação da publicação do extrato no DOU haviam sido encaminhados e inseridos nos autos do processo;
- b) Irregularidade nº 6 - o titular, tendo em vista que os serviços objeto do contrato foram prestados integralmente e de forma satisfatória, passou a considerar a irregularidade apenas como cometimento de uma falha normal;
- c) Irregularidade nº 7 – o titular também considerou que os problemas levantados foram sanados, tendo em vista as fotos acostadas aos autos que mostram, de certa forma, que as normas da DNIT passaram a ser mais bem observadas.

Finalmente, o titular da Unidade Técnica apresentou a sua proposta de encaminhamento, em que considerou procedentes as justificativas apresentadas pelos

responsáveis, descaracterizando, portanto, todos os indícios de irregularidades apontadas no relatório do levantamento de auditoria. Além disso, a proposta de encaminhamento fez uma série de recomendações de caráter administrativo à 11ª UNIT.

1.3.5 Da análise, pelo Ministro Relator, das irregularidades apontadas pela Unidade Técnica do TCU

Em seguida, de posse das respostas dos responsáveis, das considerações da Unidade Técnica e do despacho e da proposta de encaminhamento do titular da Unidade Técnica, assim se manifestou o Ministro Relator em seu voto.

Inicialmente, o Ministro Relator achou oportuno informar que o contrato firmado entre o DNIT e a empresa Agrimat encontrava-se finalizado, tendo em vista o prazo de 180 dias estabelecido pela legislação em vigor para contratação direta de serviços emergenciais. Em seguida, ao analisar os indícios de irregularidades, assim se manifestou:

- a) Irregularidade nº 4 – o Ministro Relator informou que, em sua opinião, se confirmaram as graves deficiências apontadas pela Unidade Técnica na fiscalização das obras; que esse fato foi corroborado pela omissão da 11ª UNIT no envio de parte da documentação solicitada pelo titular da Unidade Técnica; pela falta de assinatura do engenheiro da Agrimat e do fiscal do DNIT nos resultados dos ensaios realizados nos materiais utilizados na obra; pelo fato de terem sido apresentadas apenas 3 requisições de veículos para a fiscalização dos trabalhos; e, ainda, pelo fato de o engenheiro residente do DNIT ter afirmado que muitas visitas às obras ocorriam em veículo da Agrimat. O Ministro Relator entendeu também que o fato de ter havido um ganho econômico com a redução do valor global do contrato não elimina os indícios de que a fiscalização dos serviços era deficiente. Igualmente chamou a atenção para o fato de que o 9º BEC colaborou com a fiscalização das obras por apenas 3 meses (janeiro a março de 2006), ao passo que o contrato estendeu-se até julho de 2006, o que significa dizer que a atuação do BEC cobriu apenas a metade da duração do contrato com a Agrimat. O Ministro Relator concluiu afirmando que, em sua opinião, as justificativas apresentadas pelos responsáveis pelo DNIT, pela 11ª UNIT e pela Agrimat, não

foram suficientes para demonstrar a existência de controles de quantidades e qualidade dos serviços executados.

- b) Irregularidade nº 7 – o Ministro Relator entendeu que os registros fotográficos acostados aos autos não foram suficientes para comprovar o efetivo cumprimento dos normativos do DNIT na execução dos serviços, vez que as fotos são de serviços executados em um trecho pequeno (1 ou 2 quilômetros), ao passo que o contrato contempla uma extensão de aproximadamente 75 quilômetros; entretanto, ao final, o Ministro Relator alinhou-se com a conclusão da Unidade Técnica no sentido de considerar sanada essa irregularidade, tendo em vista as diversas providências já tomadas pelo TCU em relação às obras integrantes do PÉTSE;

Por fim, o Ministro Relator, em relação aos demais indícios de irregularidades, manifestou-se de acordo com o posicionamento da Unidade Técnica no sentido de acatar os argumentos de defesa apresentados pelos responsáveis e pela contratada.

1.4 Análise do Acórdão nº 53/2007 – TCU - Plenário

No acórdão submetido ao Plenário do TCU e por esse aprovado, o Ministro Relator propôs, resumidamente:

- a) promover a audiência do titular da 11ª UNIT acerca da constatada fiscalização deficiente e omissa dos serviços objeto do contrato com a empresa Agrimat;
- b) determinar àquela mesma unidade que se abstenha de autorizar o início de obras sem a devida cobertura contratual e passe a escolher, como fornecedores de material para obras de conservação e restauração de rodovias, os que se apresentem como a melhor opção socioeconômica;
- c) enviar cópia do acórdão a CMO, informando que as obras analisadas não apresentam irregularidades que possam ensejar a paralisação dos serviços.

A redação do item c do acórdão é, no mínimo, imprópria. Isso porque o próprio Ministro Relator informou que o contrato firmado entre o DNIT e a empresa Agrimat encontrava-se finalizado (ver item 1.3.5 deste relatório), portanto não haveria sentido a menção a “paralisação dos serviços”, pelo simples motivo que eles não

poderiam estar em andamento. Em segundo lugar, vez que as obras já se encontravam suspensas, tendo em vista a sua inclusão no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual para 2007 – Lei nº 11.451, de 8/2/2007 (LOA 2007), também não há que se falar em “paralisação dos serviços”.

2 VOTO

Diante do exposto, considerando que:

- a) segundo o acórdão do TCU, as *“obras analisadas não apresentam irregularidades que possam ensejar a paralisação dos serviços”*;
- b) o acórdão do TCU já determina outras providências ao DNIT; e
- c) que há restos a pagar inscritos relativos ao exercício de 2006,

voto por que esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8/2/2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3, na forma do anexo projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, em de de 2007.


Senador **AUGUSTO BOTELHO**
Relator

Senador **JOSÉ MARANHÃO**
Presidente

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

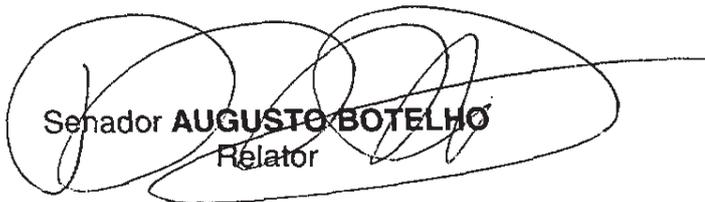
Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3, no Estado de Mato Grosso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam excluídas do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3, no Estado de Mato Grosso, objeto do contrato celebrado pelo DNIT com a Construtora Agrimat Engenharia Indústria Ltda.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2007.


Senador **AUGUSTO BOTELHO**
Relator

Senador **JOSÉ MARANHÃO**
Presidente

Of. Sec. n. 04/2007-CMO (Circular)

Brasília, 31 de maio de 2007.

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Parlamentar

Câmara dos Deputados e Senado Federal

Assunto: Prazo de Emendas ao Relatório Apresentado ao Aviso nº 03/2007-CN.

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que o Relatório apresentado pelo Senador Augusto Botelho ao **Aviso nº 03/2007-CN**, que *“Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 53, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativos ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entrocamento com a MT-453 e o entrocamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), km 345,4 ao km 421,3 (TC-002.083/2006-1).”*, o qual concluiu por um **Projeto de Decreto Legislativo – PDL**, está disponível na *Página da Comissão Internet* (Acesso rápido – “Relatórios apresentados à CMO por relatores”) e na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico que de acordo com o estabelecido no art.120, inciso III, da Resolução nº 01/2006-CN, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo será no período de **01 a 08 /06/2007 – 05 (cinco) dias úteis**.

Informo, ainda, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente,

PI Maídes J. S. Soldanha
MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 8 de agosto de 2007, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Augusto Botelho, ao Aviso nº 3/2007-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à Exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 2007, das obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3, no Estado de Mato Grosso. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 1º a 8-6-2007 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte, Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr, Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, 8 de agosto de 2007.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3, no Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídas do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3, no Estado de Mato

Grosso, objeto do contrato celebrado pelo DNIT com a Construtora Agrimat Engenharia Indústria Ltda.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de agosto de 2007. – Senador **Jose Maranhão**, Presidente – Senador **Augusto Botelho**, Relator.

PARECER Nº 20, DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Aviso nº 04/2007-CN (Aviso nº 89 – Seses – TCU -Plenário, de 7 de fevereiro de 2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 103, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativos ao levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do km 193,3 ao km 345,4 (TC-002.080/2006-0).

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

1.1 Histórico

O Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), por meio do Aviso nº 89 – Seses – TCU – Plenário, de 7/02/2007, cópia do Acórdão nº 103/2007 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, relativos ao levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do km 193,3 ao km 345,4 (Processo TC-002.080/2006-0).

A documentação em análise foi protocolada, no Congresso Nacional, como Aviso nº 004/2007-CN, do qual fui designado Relator.

1.2 Descrição do Programa de Trabalho envolvido

As obras objeto do aviso estão a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT), especificamente da 11ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre – 11ª UNIT, no Estado do Mato Grosso. A empresa contratada para a execução dos serviços é a Objetiva Engenharia e Construções Ltda.

As obras em apreço estão incluídas no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual para 2007 – Lei nº 11.451, de 8-2-2007 (LOA 2007), que trata de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, indicadas pelo TCU. Portanto, em função do disposto no art. 104 da Lei nº 11.439, de 29-12-2006 (LDO 2007), a execução orçamentária, física e financeira dos contratos relativos a essas obras está condicionada a adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas a prévia deliberação desta Comissão.

A funcional e programática sob o abrigo da qual essas obras poderiam ser executadas é, para o ano de 2006, 26.782.0220.1F40.0001 – Obras rodoviárias emergenciais (Crédito Extraordinário) – Nacional e para o ano de 2007, 26.782.0220.1F40.0101 – Obras rodoviárias emergenciais (Crédito Extraordinário) – Nacional. Não há registro, para o contrato em exame, de execução orçamentária em 2007. No exercício de 2006, a execução orçamentária foi a seguinte:

Ano	Favorecido	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Pagos
2006	Objetiva Engenharia e Construções LTDA	1.987.073	1.987.2073	1.084.891	0	0

Valores em R\$. Posição de 07-05-2007.

1.3 Análise dos indícios de irregularidades

1.3.1 Das irregularidades apontadas pela Unidade Técnica

As irregularidades que motivaram a paralisação do contrato nº UT/11.1.0.00.002/2006-00, vinculada as obras em comento detectadas no levantamento de auditoria realizado no âmbito do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança (PETSE), lançado pelo Poder Executivo, foram as seguintes, tendo em vista os trabalhos de fiscalização realizadas pela Unidade Técnica no período de 13 a – 21-2-2006:

- a) Irregularidade nº 1 – a não escolha da empresa Cavalca Empreendimentos Ltda., para a fornecimento de material pétreo (brita) para pavimentação e de toda a massa asfáltica, o que reduziria a distância média de transporte (DMT) do material betuminoso em aproximadamente 85,00km e reduziria a zero a DMT para a transporte de brita; a Unidade Técnica, além de não recomendar o prosseguimento da obra, considerou a irregularidade grave, e argumentou que o transporte de massa asfáltica a partir de uma usina mais distante do local da obra equivaleria a um superfaturamento, pois acarretava o pagamento de serviços de transporte em quantidades superiores as necessárias;
- b) Irregularidade nº 2 – a constatação de que nos dois dias de fiscalização “in loco” não foi

encontrado nenhum fiscal do DNIT no local dos serviços e de que não havia controle de qualidade e nem da quantidade dos serviços prestados; a Unidade Técnica, além de não recomendar o prosseguimento dos serviços, considerou a irregularidade grave e afirmou que a constatada ineficiência da fiscalização poderia causar sérios danos ao erário, em virtude da possibilidade de pagamento de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e medidas em quantidades superiores as efetivamente executadas;

- c) Irregularidade nº 3 – a não existência de um projeto básico suficientemente detalhado capaz de justificar os serviços (e suas respectivas quantidades e localização no trecho) constantes da planilha elaborada pela 11ª UNIT; a falta de justificativas para o fato de a DNIT não ter realizado as serviços por meio de aditivo ao convênio de manutenção da estrada, firmado com a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste e ainda vigente na época do início do Petse ou por meio de nave convênio específico para os serviços do Petse, o que acarretaria considerável diminuição nas DMT consideradas; a Unidade Técnica, além de não recomendar a prosseguimento dos serviços, considerou a irregularidade grave e argumentou que os problemas detectados

poderiam gerar pagamentos indevidos, com prejuízos ao erário (inciso IX do art. 6º e art. 7º ambos da Lei nº 8.666/93).

- d) Irregularidade nº 4 – a não existência de um contrato; a Unidade Técnica, embora não tenha recomendado a paralisação da obra, considerou a irregularidade grave; afirmou também que a dispensa de licitação do trecho havia sido publicada no **Diário Oficial da União** de 24-2-2006 (seção 3, pág. 101) e que, de acordo com informação da DNIT, os contratos encontravam-se em Brasília para ratificação, a que ocorreria em curto prazo;
- e) Irregularidade nº 5 – a constatação de que parte do trecho não se encontrava em situação emergencial embora não tivessem sido encontrados indícios de execução de serviços nesses trechos; a Unidade Técnica questionou a razão de os serviços ditos emergenciais não terem sido executados por intermédio do convênio TT-237/2003-00, firmado entre a DNIT e a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, tendo em vista que a inexistência de contrato de manutenção no trecho foi utilizada como fundamento para a contratação emergencial por dispensa de licitação, segundo informações do coordenador da 11ª UNIT; embora a DNIT tenha informado a existência de decisão judicial determinando intervenções no trecho, a Unidade Técnica entendeu que a decisão judicial não amparou a contratação direta de serviços em desacordo com a Lei de Licitações; além disso, a decisão restringiu-se ao trecho compreendido entre o km 193,3 e 277,4 e determinou que fossem utilizados recursos orçamentários previstos na lei orçamentária de 2005;
- f) Irregularidade nº 6 – a contratação de empresa sem indicação de equipamento e instalações mínimas adequadas e de pessoal técnico qualificado para a execução do objeto do contrato;
- g) Irregularidade nº 7 – execução de serviços em desacordo com as normas do DNIT.

Na ocasião, a Unidade Técnica, em seu parecer conclusivo, entendeu que a situação do trecho que vai do km 193,3 ao km 275, acarretava apenas a necessidade de execução de serviços de tapa buracos e remendos profundos e que o trecho que vai do km 275 ao km 345,4, não poderia ser caracterizado como emergencial, motivo pelo qual deveria ser excluído do contrato a ser firmado.

Em resumo, a proposta de encaminhamento da Unidade Técnica foi no sentido de que:

- a) o DNIT restrinja os serviços do contrato a ser firmado com a empresa Objetiva à execução de tapa buracos e remendos profundos e apenas no trecho entre o km 193 e o km 277,4, sem a oitiva prévia dos responsáveis;
- b) fosse realizada audiência com o Coordenador da 11ª UNIT.

Tanto o Diretor Técnico como o Secretário de Controle Externo manifestaram-se, na ocasião, de acordo com a equipe de fiscalização.

1.3.2 Das justificativas apresentadas pelo DNIT e pela empresa Objetiva

Inicialmente, o Ministro Relator optou, antes de se pronunciar acerca da concessão da medida cautelar de paralisação das obras, por promover a oitiva do Diretor-Geral do DNIT, do Coordenador da 11ª UNIT e do representante da empresa Objetiva.

A análise das respostas dos envolvidos foi objeto de um relatório do Diretor Técnico da Secretaria de Controle Externo do TCU, que assim sintetizou as explicações dos responsáveis no que se refere às irregularidades apontadas pela Unidade Técnica:

- a) Irregularidade nº 1 – a empresa Cavalca informou ao DNIT que não teria condições de fornecer regularmente massa asfáltica, apenas de forma ocasional, o que efetivamente ocorreu; já o DNIT apresentou uma correspondência da empresa Cavalca afirmando que a sua prioridade (da empresa Cavalca) seria o atendimento de suas próprias obras; que, em função disso, não poderia o DNIT indicar uma empresa cuja capacidade produtiva estaria comprometida com suas próprias obras, para participar da execução de serviços prioritários e emergenciais, como os que foram contratados; que o orçamento da obra foi refeito o que reduziu o valor original do contrato em 20 %;
- b) Irregularidade nº 2 – a empresa Objetiva argumentou que o fato de a auditoria ter visitado a obra apenas nos dias 14 e 15 de fevereiro não proporcionou à equipe conhecimento suficiente dos serviços e do seu controle que embasassem uma solicitação de paralisação; que havia acompanhamento dos serviços por parte de técnicos do DNIT, do IPR – Instituto de Pesquisas Rodoviárias e da auditoria interna do DNIT, os quais possuíam todos os controles dos materiais empregados e tinham amplo conhecimento técnico do trecho; que, a partir

de um determinado momento, os serviços de fiscalização também tinham o auxílio do 9º BEC 9º Batalhão de Engenharia de Construção; já a 11ª UNIT informou que a programação do serviço, o material aplicado e o resultado final seriam parâmetros suficientes para se avaliar o trabalho executado pela Objetiva; que o PETSE tem recebido atenção especial, tendo sido formadas comissões específicas de fiscalização, com a participação, inclusive, do 9º BEC, do IPR e da auditoria interna do DNIT;

- c) Irregularidade nº 3 – a empresa Objetiva informou que, em vistoria realizada em conjunto com os técnicos do DNIT, constatou que a situação da rodovia exigia ação imediata, tendo em vista o crítico estado do pavimento; que a rápida atuação da empresa reduziu sensivelmente os riscos de acidente; a 11ª UNIT informou que os relatórios de vistoria e orçamento foram elaborados em curtíssimo espaço de tempo, tendo em vista a urgência requerida para a elaboração daqueles documentos, visando à implantação do PETSE; que foi feita apenas uma estimativa de quantitativos físicos e orçamentários; que não há uma vinculação exata entre esses dois elementos; que os valores corretos são apropriados quando da elaboração da medição dos serviços realmente executados; que os volumes de serviços relacionados aos serviços de correção de defeitos estão corretos; sobre a aditivação do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, a 11ª UNIT informou que esse procedimento dependia da análise de prestação de contas de parcelas anteriores do convênio, além de fatores operacionais como a possibilidade de a prefeitura vir a executar a obra diretamente;
- d) Irregularidade nº 4 – a empresa Objetiva informou que ao ser convidada para apresentar a sua proposta já estava em andamento o procedimento de contratação em caráter emergencial; que foi publicada a dispensa de licitação no **DOU** de 24/02/2006; que os contratos estavam no DNIT, em Brasília, para ratificação; a 11ª UNIT não se manifestou a respeito;
- e) Irregularidade nº 5 – a empresa Objetiva argumentou que os segmentos rodoviários em questão estavam em situação precária, o que justificava uma intervenção imediata; que ao ser convidada para apresentar a sua proposta o estado de emergência já havia sido caracterizado, o crédito especial já havia sido

aberto, o levantamento das necessidades e da quantidade de serviços já havia sido realizado e estavam em curso os procedimentos para a contratação; a 11ª UNIT reconheceu que as condições do trecho não eram uniformes, mas que mesmo o trecho compreendido entre o km 277,4 e km 345,4 apesar de estar em melhores condições, ainda assim requeria intervenções imediatas; que considerar a densidade de buracos como parâmetro único de avaliação para a condição emergencial equivale a simplificar o problema;

- f) Irregularidade nº 6 – a empresa Objetiva informou que desde 1992 vem prestando serviços ao DNIT e que atualmente executa mais dois contratos de manutenção e conservação rodoviária; a 11ª UNIT apresentou documentos que comprovam a sua capacidade técnica;
- g) Irregularidade nº 7 – a empresa Objetiva informou que os serviços estavam sendo executados de acordo com as normas do DNIT; a 11ª UNIT informou que os auditores e a equipe de fiscalização estão atentos ao cumprimento das normas técnicas do DNIT e que não serão apropriados serviços executados fora das normas do DNIT.

1.3.3 Da análise, por parte da Unidade Técnica, das justificativas apresentadas pelo DNIT, pela 11ª UNIT e pela empresa Objetiva

A análise dessas justificativas, por parte da Unidade Técnica, está resumida a seguir:

a) Irregularidade nº 1 – a Unidade Técnica acolheu as justificativas apresentadas.

b) Irregularidade nº 2 – a Unidade Técnica reconheceu que o trabalho conjunto do DNIT e do DEC (Departamento de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro) reduziu o risco de ocorrência de pagamentos de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas;

c) Irregularidade nº 3 – a Unidade Técnica considerou procedentes tanto as justificativas da 11ª UNIT acerca da impossibilidade de elaboração de um Projeto Básico como as referentes à impossibilidade de aditivação do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste;

d) Irregularidade nº 4 – A Unidade Técnica descaracterizou a irregularidade grave, inicialmente apontada, frente à constatação da existência de um grande número de contratos na sede do DNIT à espera de ratificação,

da decisão da 5ª Vara da Justiça Estadual de Mato Grosso, que determinou ao DNIT e à União Federal o imediato início dos trabalhos de recuperação da malha rodoviária federal no Estado de Mato Grosso e da existência, nos autos, de provas fartas que revelam o vínculo jurídico entre as partes, além do fato de que os procedimentos administrativos visando a assinatura do contrato encontravam-se em andamento;

e) Irregularidade nº 5 – a Unidade Técnica acolheu as justificativas apresentadas;

f) Irregularidade nº 6 – a Unidade Técnica acolheu as justificativas apresentadas;

g) Irregularidade nº 7 – a Unidade Técnica recomendou que o DNIT e o DEC exigissem que os trabalhos fossem refeitos toda vez que fosse constatada a inobservância das normas técnicas pertinentes.

Em seguida, a Unidade Técnica apresentou proposta de encaminhamento com várias recomendações de cunho técnico ao DNIT e ao DEC, além de considerar procedentes as justificativas apresentadas por parte do DNIT, da 11ª UNIT e da empresa Objetiva, no que se refere às irregularidades nºs 1 a 6.

1.3.4 Do despacho exarado pelo titular da Unidade Técnica

Posteriormente, o titular da Unidade Técnica, de posse de informações atualizadas prestadas pela 11ª UNIT, elaborou despacho acerca das justificativas apresentadas, com as seguintes observações relevantes:

a) Irregularidade nº 1 – o titular considerou a questão levantada pela Unidade Técnica saneada;

b) Irregularidade nº 2 – o titular considerou satisfatórios os serviços de fiscalização e supervisão praticados pelo DNIT;

c) Irregularidade nº 3 – o titular entendeu que não restou configurado dano ao erário;

d) Irregularidade nº 4 – o titular entendeu que a questão ficou resolvida com a publicação do extrato do contrato no **Diário Oficial** da União;

e) Irregularidade nº 5 – o titular considerou que, caracterizada a situação de emergência, a contratação sem a regular licitação, estaria, em tese, justificada;

f) Irregularidade nº 6 - o titular considerou que a capacidade técnica da empresa Objetiva restou comprovada;

g) Irregularidade nº 7 – o titular considerou sanadas as questões levantadas pela Unidade Técnica.

Finalmente, o titular da Unidade Técnica apresentou a sua proposta de encaminhamento, em que considerou procedentes as justificativas apresentadas pelos responsáveis, descaracterizando, portanto, todos os indícios de irregularidades apontadas no relatório do levantamento de auditoria. Além disso, a proposta de encaminhamento fez uma série de recomendações de caráter administrativo à 11ª UNIT.

1.3.5 Da análise, pelo Ministro Relator, das irregularidades apontadas pela Unidade Técnica do TCU

Em seguida, de posse das respostas dos responsáveis, das considerações da Unidade Técnica e do despacho e da proposta de encaminhamento do titular da Unidade Técnica, assim se manifestou o Ministro Relator em seu voto.

Inicialmente, o Ministro Relator achou oportuno informar que o contrato firmado entre o DNIT e a empresa Objetiva encontrava-se finalizado, tendo em vista o prazo de 180 dias estabelecido pela legislação em vigor para contratação direta de serviços emergenciais. Em seguida, ao analisar os indícios de irregularidades, assim se manifestou:

a) Irregularidade nº 3 – o Ministro Relator entendeu que a irregularidade poderia ser atenuada tendo em vista tratar-se de um programa emergencial;

b) Irregularidade nº 2 – o Ministro Relator entendeu que as justificativas apresentadas não foram suficientes para demonstrar a existência de controles de quantidade e qualidade dos serviços executados, o que justificaria uma audiência com o DNIT;

c) Irregularidade nº 7 – o Ministro Relator entendeu que os registros fotográficos acostados aos autos não foram suficientes para comprovar o efetivo cumprimento dos normativos do DNIT na execução dos serviços, vez que as fotos são serviços executados em um trecho de 46 quilômetros, de um total de 152; entretanto, ao final, o Ministro Relator alinhou-se com a conclusão da Unidade Técnica no sentido de considerar sanada essa irregularidade, tendo em vista as diversas providências já tomadas pelo TCU em relação às obras integrantes do PETSE.

Por fim, o Ministro Relator, em relação aos demais indícios de irregularidades, manifestou-se de acordo com o posicionamento da Unidade Técnica no senti-

do de acatar os argumentos de defesa apresentados pelos responsáveis e pela contratada.

1.4 Análise do Acórdão nº 103/2007 – TCU – Plenário

No acórdão submetido ao Plenário do TCU e por esse aprovado, o Ministro Relator propôs, resumidamente:

- a) acolher as razões de justificativas apresentadas em respostas às oitivas pelos responsáveis e pela empresa Objetiva;
- b) determinar à 11ª UNIT que desenvolva eficientes mecanismos de fiscalização e supervisão de obras;
- c) enviar cópia do acórdão a CMO, informando que as obras analisadas não apresentam irregularidades que possam ensejar a paralisação dos serviços.

A redação do item e do acórdão é, no mínimo, imprópria. Isso porque o próprio Ministro Relator informou que o contrato firmado entre o DNIT e a empresa Objetiva encontrava-se finalizado (ver item 1.3.5 deste relatório), portanto não haveria sentido a menção a “paralisação dos serviços”, pelo simples motivo que eles não poderiam estar em andamento. Em segundo lugar, vez que as obras já se encontravam suspensas, tendo em vista a sua inclusão no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual para 2007 – Lei nº 11.451, de 8-2-2007 (LOA 2007), também não há que se falar em “paralisação dos serviços”.

II – Voto

Diante do exposto, considerando que:

- a) segundo o acórdão do TCU, as “obras analisadas não apresentam irregularidades que possam ensejar a paralisação dos serviços”;
- b) o acórdão do TCU já determina outras providências ao DNIT; e
- c) que há restos a pagar inscritos relativos ao exercício de 2006, voto por que esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8-2-2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do km 193,3 ao km 345,4, na forma do anexo projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, de 2007. – Senador **Augusto Botelho**, Relator – Senador **João Maranhão**, Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do km 193,3 ao km 345,4, no Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídas do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do km 193,3 ao km 345,4, no Estado de Mato Grosso, objeto do contrato celebrado pelo DNIT com a Construtora Objetiva Engenharia e Construções Ltda.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2007. – Senador **Augusto Botelho**, Relator – **João Maranhão**, Presidente.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada 8 de agosto de 2007, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Augusto Botelho, ao Aviso nº 4/2007-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à Exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007, de 2007, das obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do km 193,3 ao km 345,4, no Estado de Mato Grosso. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 8 a 14-6-2007 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Cláudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Júnior,

Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Régis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Sílvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, 8 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – **Augusto Botelho**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453, do km 193,3 ao km 345,4, no Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídas do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-110 e o entroncamento com a MT-453, do km 193,3 ao km 345,4, no Estado de Mato Grosso, abjeto do contrato celebrado pelo DNIT com a Construtora Objetiva Engenharia e Construções Ltda.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – **Augusto Botelho**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3, no Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídas do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 8 de fevereiro de 2007, as obras rodoviárias emergenciais na BR-070/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-453 e o entroncamento com a BR-163/364/MT-140 (São Vicente), do km 345,4 ao km 421,3, no Estado de Mato Grosso, objeto do contrato celebrado pelo DNIT com a Construtora Agrimat Engenharia Indústria Ltda.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Senador **Augusto Botelho**, Relator.

PARECER Nº 21, DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 17, de 2007-CN (nº 797-SESES-TCU/2007, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1090, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Restauração e Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes – DNIT, mas executadas, por destaque orçamentário dos recursos, por batalhões de engenharia e construção do Exército Brasileiro (TC-008.219/2006-9).”

Relator: Deputado **Gonzaga Patriota**

I – Relatório

Trata-se do Aviso nº 17, de 2007-CN (nº 797-SESES-TCU/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.090, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 6-6-07. Tal deliberação está inserida nos autos TC 008.219/2006-9, que cuidam do levantamento de auditoria realizado nas obras de Restauração e Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes – DNIT, executadas pelos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército mediante destaque dos recursos orçamentários.

Segundo as informações remetidas pelo TCU,

2. O relatório aqui tratado já foi objeto de apreciação inicial por parte desta Corte, ocasião em que foi proferido o Acórdão nº 2.637/2006-Plenário. Naquela apreciação preliminar, parte da matéria de mérito tratada nos autos teve encaminhamento definitivo, ficando pendentes de deliberação final os seguintes pontos: (1) os fatos irregulares atribuídos ao Secretário-Geral da Fundação Ricardo Franco, Sr. Roberto Aiex, acerca dos quais foi determinada a audiência do responsável; (2) as determinações alvitadas pela Secex/PB em face das falhas

de menor gravidade apontadas no relatório; (3) os fatos relacionados ao Contrato nº 22/2006, celebrado com a empresa Astep Engenharia Ltda., objetivando a “consultoria técnica e operacional nas avaliações e na determinação técnica dos valores de 150 propriedades a serem desapropriadas nos lotes de construção 1, 5 e 6 da duplicação da BR-101/NE”.

3. Trata-se da Fundação Ricardo Franco – FRF, fundação de apoio vinculada ao Instituto Militar de Engenharia, órgão do Exército Brasileiro que, por meio de alguns de seus Batalhões de Engenharia, participa da execução das obras de duplicação da BR-101/NE. A FRF é ainda parte contratante no Contrato nº 22/2006 firmado com a Astep.
4. Tendo em vista a acusação de que tal contrato originou-se de licitação em que houve conluio das licitantes visando à vitória da referida empresa, a Corte, por meio daquele **Decisum**, determinou a suspensão da execução do contrato até decisão definitiva, promovendo, ato contínuo, a oitiva do Sr. Presidente da FRF a respeito dos fatos caracterizadores do conluio, facultando à empresa ingresso nos autos para manifestação acerca dos mesmos fatos.

Em razão disso, o Contrato nº 22/2006 foi inserido no Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), vinculado ao subtítulo 26.782.0235.105T.0025 – Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PB/RN – Divisa PB/PE – na BR-101 – no Estado da Paraíba – no Estado da Paraíba.

Contudo, a unidade técnica, após análise das justificativas, concluiu:

19.4. Que seja considerada prejudicada a medida cautelar determinada no subitem 9.2 do Acórdão nº 2.637/2006-TCU-Plenário, **in** Ata nº 49/2006, por perda de seu objeto, em vista do término da vigência do Contrato nº 22/2006 e entrega do respectivo objeto, os quais se deram em momento anterior à expedição da própria cautelar, sem prejuízo de ser autorizado, com fulcro no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, os pagamentos pelos serviços efetivamente realizados pela Empresa Astep Engenharia Ltda., em face do Contrato nº 22/2006-FRF, até a data de 13-12-2006.

Acrescentou, ainda,

19.6. que seja encaminhada cópia do presente Acórdão, assim como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Comissão Mista

de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ressaltando que as apurações realizadas neste feito não recomendam a paralisação das obras e que as irregularidades apontadas como graves foram objeto de sanção no âmbito deste Tribunal, inclusive no tocante ao Contrato nº 22/2006-FRF, não acarretando óbice ao prosseguimento das presentes obras.

O Relator, Ministro Augusto Nardes, por sua vez, assim se manifestou, por meio de seu voto:

39. A Secex/PB advoga, relativamente aos serviços executados até 13-12-2006 no âmbito do Contrato nº 22/2006, firmado com a empresa Astep, que tais serviços sejam devidamente pagos na forma prevista contratualmente, uma vez que só a partir daquela data passou a ter eficácia a suspensão cautelar daquela avença determinada no subitem 9.2 do Acórdão nº 2.367/2006-Plenário. Porém, tendo em vista as considerações emitidas no tópico I deste voto, entendo que não subsistem mais razões para a suspensão ou anulação do contrato, razão por que todos os pagamentos ainda devidos à empresa sejam liberados, mesmo por serviços que tenham ocorrido após a data referida.

Por tudo isso, os Ministros do Tribunal de Contas da União deliberaram:

9.4. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, mediante envio de cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, que a obra de Restauração e Adequação da BR-101, no Estado da Paraíba (duplicação da BR-101/NE), objeto do Programa de Trabalho nº 26.782.0235.105T.0025, não apresenta indícios de irregularidades que ensejem o bloqueio dos recursos que lhe são destinados, tendo este Tribunal acolhido as alegações oferecidas pelos responsáveis pela Fundação Ricardo Franco, em resposta às oitivas e audiências promovidas em cumprimento ao Acórdão nº 2.376/2006-Plenário, tornando insubsistente a medida cautelar suspensiva da execução do Contrato nº 22/2006, celebrado com a firma Astep Engenharia Ltda.

É o relatório.

II – Voto

Diante do exposto, considerando que as manifestações dos diversos órgãos do Tribunal de Contas da

União são uniformes no sentido do desbloqueio dos recursos, e tendo em vista o disposto no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 17, de 2007-CN, e das peças que o acompanham;

b) exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo 26.782.0235.105T.0025 – Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PB/RN – Divisa PB/PE – BR-101 – no Estado da Paraíba – no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (UO nº 39.252), nos termos do projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) o subtítulo 26.782.0235.105T.0025 – Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PB/RN – Divisa PB/PE – BR-101 – No Estado da Paraíba – No Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) o subtítulo 26.782.0235.105T.0025 – Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PB/RN – Divisa PB/PE – BR-101 – No Estado da Paraíba – No Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (UO 39.252).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de 2007. – Deputado **Goza-ga Patriota**.

Of. Sec. nº 6/2007-CMO (Circular)

Brasília, 16 de julho de 2007

Ao Excelentíssimo(a) Senhor(a) Parlamentar
Câmara dos Deputados e Senado Federal

Assunto: Prazo de Emendas ao Relatório Apresentado ao Aviso nº 17/2007-CN.

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que o Relatório apresentado pelo Deputado Gonzaga Patriota ao Aviso nº 17/2007-CN, que “Encaminha ao

Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.090, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Restauração e Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes – DNIT, mas executadas, por destaque orçamentário dos recursos, por batalhões de engenharia e construção do Exército Brasileiro (TC-008.219/2006-9)”, o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL, está disponível na Página da Comissão Internet (Acesso rápido – “Relatórios apresentados à CMO por relatores”) e na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico que de acordo com o estabelecido no art. 120, inciso III, da Resolução nº 1/2006-CN, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo será no período de 17-7 a 6-8-2007 – 5 (cinco) dias úteis.

Informo, ainda, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 8 de agosto de 2007, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Manoel Júnior, Relator **ad hoc** (designado Relator anteriormente o Deputado Gonzaga Patriota), ao Aviso nº 17/2007-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 2007, do subtítulo 26.782.0235.105T.0025 – Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PB/RN – Divisa PB/PE – BR-101 – no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (UO 39.252). Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 17-7 a 6-8-2007 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia,

Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, 8 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente. – Deputado **Manuel Júnior**, Relator *ad hoc*.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) o subtítulo 26.782.0235.105T.0025 – Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa

PB/RN – Divisa PB/PE – BR-101 – no Estado da Paraíba – no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) o subtítulo 26.782.0235.105T.0025 – Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PB/RN – Divisa PB/PE – BR-101 – no Estado da Paraíba – no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (UO 39.252).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Manoel Júnior**, Relator *ad hoc*.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia DEM – Antonio Carlos Júnior* (S) DEM – César Borges* PDT – João Durval **	Rio Grande do Sul BLOCO-PT – Paulo Paim* BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi* PMDB – Pedro Simon**	Amazonas PSDB – Arthur Virgílio* PDT – Jefferson Péres* BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)
Rio de Janeiro BLOCO-PRB – Marcelo Crivella* PMDB – Paulo Duque* (S) BLOCO-PP – Francisco Dornelles **	Ceará BLOCO-PSB – Patrícia Saboya* PSDB – Tasso Jereissati* BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**	Paraná BLOCO-PT – Flávio Arns* PDT – Osmar Dias * PSDB – Alvaro Dias **
Maranhão DEM – Edison Lobão* PMDB – Roseana Sarney * BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **	Paraíba DEM – Efraim Morais* PMDB – José Maranhão* PSDB – Cícero Lucena **	Acre PMDB – Geraldo Mesquita Júnior* BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S) BLOCO-PT – Tião Viana**
Pará PSOL – José Nery* (S) PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S) PSDB – Mário Couto**	Espírito Santo PMDB – Gerson Camata* BLOCO-PR – Magno Malta* BLOCO-PSB – Renato Casagrande**	Mato Grosso do Sul BLOCO-PT – Delcídio Amaral * PMDB – Valter Pereira* ^(S) PSDB – Marisa Serrano**
Pernambuco DEM – Marco Maciel* PSDB – Sérgio Guerra* PMDB – Jarbas Vasconcelos**	Piauí DEM – Heráclito Fortes* PMDB – Mão Santa * BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**	Distrito Federal PDT – Cristovam Buarque * DEM – Adelmir Santana * ^(S) PTB – Gim Argello** ^(S)
São Paulo BLOCO-PT – Aloizio Mercadante* DEM – Romeu Tuma* BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**	Rio Grande do Norte PMDB – Garibaldi Alves Filho * DEM – José Agripino* DEM – Rosalba Ciarlini**	Tocantins BLOCO-PR – João Ribeiro * PMDB – Leomar Quintanilha* DEM – Kátia Abreu**
Minas Gerais PSDB – Eduardo Azeredo* PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S) DEM – Eliseu Resende**	Santa Catarina BLOCO-PT – Ideli Salvatti* PMDB – Neuto De Conto * ^(S) DEM – Raimundo Colombo **	Amapá PMDB – Gilvam Borges* PSDB – Papaléo Paes* PMDB – José Sarney **
Goiás DEM – Demóstenes Torres * PSDB – Lúcia Vânia* PSDB – Marconi Perillo**	Alagoas PMDB – Renan Calheiros* PSDB – João Tenório* ^(S) BLOCO-PTB – Fernando Collor**	Rondônia BLOCO-PT – Fátima Cleide* PMDB – Valdir Raupp* BLOCO-PR – Expedito Júnior**
Mato Grosso DEM – Jonas Pinheiro * BLOCO-PT – Serys Slhessarenko* DEM – Jayme Campos **	Sergipe PMDB – Almeida Lima* BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares* DEM – Maria do Carmo Alves **	Roraima BLOCO-PT – Augusto Botelho* PMDB – Romero Jucá* BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: somcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> (*) Vago
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), ocorrido em 20-7-2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS